

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Ciências Sociais

A PRODUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL CIDADÃO:  
A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL.

DELMIRO SOARES

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome

Porto Alegre  
2017

DELMIRO SOARES

A PRODUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL CIDADÃO:  
A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do professor Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome.

Porto Alegre  
2017

SOARES, DELMIRO  
A PRODUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL CIDADÃO:  
A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO NO  
BRASIL.

DELMIRO SOARES. 12 2017  
91 folhas

Orientador : Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome.

Trabalho de conclusão de curso ( Graduação ) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharel em Ciências Políticas, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. EDUCAÇÃO. 2. QUALIDADE. 3. POLÍTICA I. JACOME, CESAR MARCELO BAQUERO, orient. II. Título

Ao Prof. Marcelo Baquero por ter aceitado a difícil tarefa de me orientar neste trabalho que pode ser o início de uma nova etapa na educação. As professoras Rute Baquero e Jennifer Azambuja na condição de minhas revisoras e avaliadoras.

Ao Fábio, por ter servido também de exemplo e dedicação responsável com relação à educação como exemplo de professor.

A Adelayde e Darci (in memoriam) por terem me dado a direção da retidão na minha infância.

Dedico também a todos os jovens alunos do Brasil que precisam de uma educação de qualidade.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível porque tive muitas pessoas que colaboraram e apoiaram a sua realização me direcionando e interagindo.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome, na condição de meu orientador, pela dedicação do seu tempo e participação no direcionamento de dúvidas, esclarecimentos e correções de caminhos para a formatação final e qualidade do trabalho.

Agradeço as Professoras Rute Baquero e Jennifer Azambuja de Moraes, na condição de minhas avaliadoras, pela presteza com que atenderam à solicitação de apoiar, revisar e avaliar este trabalho.

Agradeço também a Rosa, esposa e companheira, que caminhou comigo e me apoiou nesta jornada difícil e cansativa.

A Rhuany e ao Fábio, minha filha e genro, parceiros de todos estes anos me alentando, incentivando e dizendo para caminharmos juntos que chegaríamos ao final, também por terem acreditado que poderíamos juntos concluir mais esta etapa de nossas vidas.

Aos meus pais, Darci (In memoriam ) e Adelayde, semianalfabetos, por terem me mostrado a direção da educação com retidão e empenho, sempre cuidando para que esta direção fosse a do sucesso.

A todos os alunos do Brasil, a quem dedico este trabalho, esperando ser a primeira gota de água, que derramará o copo e formará o rio que direcionará para uma verdadeira qualidade do nosso ensino e que este possa servir de base para termos cidadãos livres, tanto na questão de cidadania como na questão de pensar, não ficando refém de lacunas e direcionamentos em seu aprendizado e formação, que os deixarão escravos de um sistema social deficitário e um sistema político falido.

A todos os meus familiares, irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, cunhados, cunhadas, aos amigos Pedro Holsback e Edison Zancanaro, enfim todos que fazem parte da minha vida e participaram comigo desta vitória.

A Expedita e Antonio (in memoriam) por terem me ensinado, mesmo sendo analfabetos, o valor da lealdade, ética e moral, valores estes tão escassos hoje na sociedade. Aprendi muito com vocês. Obrigado.

“Usaremos o “idiota útil” na linha de frente. Incitaremos o ódio de classes. Destruiremos sua base moral, a família e a espiritualidade. Comerão as migalhas que caírem de nossas mesas. O Estado será Deus. A minoria organizada irá derrotar a maioria desorganizada todas as vezes”.  
(Vladimir Ilich Lênine ; 1870-1924 )

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar os resultados parciais e totais obtidos pelas escolas brasileiras em avaliações oficiais da educação no ensino fundamental e médio no período de 2007 até 2015. Com estes dados, buscou-se parâmetros de relação existentes entre os baixos resultados nos exames institucionais da educação escolar e o sistema de poder político Brasileiro, verificando se esta estagnação dos índices de aproveitamento escolar e a baixa qualidade da educação brasileira, interferem no sistema político - para a fraca representatividade existente e a não renovação dos quadros políticos em nosso país. Para tanto, utilizou-se os dados oficiais que servem de parâmetro para a promoção de políticas públicas para a área educacional, como os resultados do ENEM e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Quais fatores, apesar de algumas intervenções diretas e programas na área de educação, intervém no baixo nível de aprendizagem dos alunos. Esta baixa qualidade da educação está contribuindo para o crescimento do analfabetismo funcional? Este problema é um fato gerador para a cultura apática nas escolas e é causal para a não renovação nos quadros políticos? Priorizou-se a verificação de dados da qualidade do ensino nos níveis finais do ensino básico, sobretudo devido à relevância destes nas etapas de transição na educação básica para o ensino superior, bem como a condição de desenvolvimento cognitivo escolar para a escolha de representações nas questões políticas.

Três questões podem ser colocadas: i) Que fator ou quais fatores ligados a questão política podem ainda estar influenciando para esta baixa qualidade na educação? ; ii) Como nós educadores, podemos contribuir para alterar o quadro para uma melhor proficiência da educação dentro das instituições de ensino? ; e iii) Manter este baixo nível da qualidade da educação brasileiras é intencional? A mesma está direcionada para comprometer a compreensão e decodificação sobre política nos alunos? As reflexões acima visam a estimular um estudo mais aprofundado para a compreensão dos marcos que delimitam os domínios e pouco interesse das áreas de educação em estudos mais aprofundados em torno do binômio “política direcionada” e “qualidade da educação”.

Palavras-chave: Educação; Política; Analfabetismo; Qualidade; Cultura Política

## ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the partial and total results obtained by the Brazilian schools in official evaluations of the education in elementary and middle schools in the period of 2007 to 2015. With these data, to fetch parameters of relationship between the low results in the institutional examinations of school education and the Brazilian political power system, verifying whether this stagnation of the indexes of school utilization and the low quality of Brazilian education, interfere directly in the political system - for the weak existing political representation and non-renewal of these political frameworks in our country. For this purpose, were used the official data that serves as a parameter for the promotion of public policies for the educational area, such as the results of the (ENEM) and the Basic Education Evaluation System (SAEB). What factors, despite some direct interventions and programs in the educational area, intervenes in the low level of student learning. Is this low quality of education contributing to a growth of functional illiteracy? Is this problem a generative fact for apathetic culture in schools and is it a causal for non-renewal in political frameworks? It was prioritized the verification of quality data of the teaching at the finals levels of basic education, mainly due to the relevance of these in the transitional stages in basic education for higher education, as well as the condition of cognitive development in school for the choice of representations in policies issues.

Three questions may be asked: i) What factor or factors linked to the political issues may still be influencing for this low quality in education? ; ii) As we educators, can we contribute to altering the framework for better proficiency of education within of the educational institutions?; and iii) Is maintaining this low level of the quality of Brazilian education, is intentional? Is it directed to compromise the understanding and decoding of policy in students? The above reflections aims to stimulate a more deeper study for the understanding of the landmarks that delimits the domains and little interest of the areas of education in more thorough studies around the binomial “directed policy” and “quality of education”.

Keywords: Education ; Politics ; Illiteracy ; Quality ; Political Culture



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Taxa de desemprego período março/2012 a março/2017.

Gráfico 02 – Níveis de aprendizado do 5º ao 9º ano ensino básico.

Gráfico 03 – Comparativo da queda no nível de aprendizado entre o 5º ano e o 9º ano do ensino básico.

Gráfico 04 –Evolução dos resultados do Brasil no SAEB (1995 a 2015). Proficiências médias em Língua Portuguesa.

Gráfico 05 – Evolução dos resultados do Brasil no SAEB (1995 a 2015). Proficiências médias em Matemática.

Gráfico 06 – Classificação do Brasil no PISA 2015.

Gráfico 07 – Classificação do Brasil no PISA 2015 – Ciências.

Gráfico 08 - Classificação do Brasil no PISA 2015 - Matemática.

Gráfico 09 - Classificação do Brasil no PISA 2015 - Leitura.

Gráfico 10 – Distribuição dos alunos por nível de proficiência no PISA 2015 – Ciências.

Gráfico 11 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência no PISA 2015 - Matemática.

Gráfico 12 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência no PISA 2015 – Leitura.

Gráfico 13 – Proficiência média de alunos associados ao indicador de nível sócio econômico (INSE) 5º ano do ensino fundamental – Língua Portuguesa.

Gráfico 14 – Proficiência média de alunos associados ao indicador de nível sócio econômico (INSE) 5º ano do ensino fundamental – Matemática.

Gráfico 15 – Proficiência média de alunos associados ao indicador de nível sócio econômico (INSE) 9º ano do ensino fundamental – Língua Portuguesa.

Gráfico 16 – Proficiência média de alunos associados ao indicador de nível sócio econômico (INSE) 9º ano do ensino fundamental – Matemática.

Gráfico 17 – Pesquisa NUPESAL – Qual a escolaridade de sua mãe?

Gráfico 18 – Pesquisa NUPESAL – Com relação aos partidos políticos listados abaixo, com qual deles VOCÊ mais se identifica?

Gráfico 19 – Pesquisa NUPESAL – Como você se sente com relação a política?

Gráfico 20 – Pesquisa NUPESAL – Você se interessa por política?

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I – IDEB 5º ano do ensino fundamental por estados .

Tabela II – IDEB 9º ano do ensino básico por estados.

Tabela III – IDEB 3º ano do ensino médio por estados.

Tabela IV – Pesquisa NUPESAL: Além de estudar, você trabalha?

Tabela V – Pesquisa NUPESAL: Ao definir o seu voto, o que leva em conta?

Tabela VI – Pesquisa NUPESAL: Qual a faixa de renda de toda a sua família (Somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa).

Tabela VII – Pesquisa NUPESAL: Você acha que os meios de comunicação listados abaixo, influenciam a sua forma de pensar?

Tabela VIII – Pesquisa NUPESAL: Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda: A participação das pessoas é importante para resolver os problemas do país?

Tabela IX – Pesquisa NUPESAL: Nas redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Ler ou assistir vídeo.

Tabela X – Pesquisa NUPESAL: Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Todos os políticos são corruptos.

Tabela XI – Pesquisa NUPESAL: Você conversa com alguém sobre as postagens políticas que vê nas redes sociais?

Tabela XII – Pesquisa NUPESAL: Você assistiu ou ouviu: Horário gratuito de TV ou rádio?

Tabela XIII – Pesquisa NUPESAL: Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em: Política.

## **ANEXOS**

Anexo 1 – Variação mensal da taxa de desemprego março/2012 a março/2017.

Anexo 2 – Lista das 24 melhores escolas do Brasil no IDEB.

Anexo 3 – A escala SAEB de matemática para o 3º ano do ensino médio.

Anexo 4 – A escala SAEB de Língua Portuguesa para o 3º ano do ensino médio.

## **QUADROS**

Quadro 1 – Distribuição de pontos da Escala SAEB em níveis qualitativos.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INSE - Indicador de Nível Socioeconômico das escolas  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MEC - Ministério da Educação  
NUPESAL: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina  
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OMC – Organização Moral e Cívica  
OSPB – Organização Social e Política do Brasil  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação  
PIB – Produto Interno Bruto  
PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes  
PME - Pesquisa Mensal de Emprego  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PWC – Price Waterhouse Coopers Network  
RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano  
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica  
TPE – Todos pela Educação  
TRI - Teoria de Resposta ao Item  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>13</b>
1.1. Apresentação do Tema .....	13
1.2. Problema de Pesquisa .....	14
1.3. Justificativa.....	14
1.4. Objetivos.....	16
1.4.1. Geral .....	16
1.4.2. Específicos .....	16
1.5. Métodos e Técnicas de Pesquisa - Dados Oficiais e Pesquisa Empírica .....	16
<b>2. Referencial Teórico .....</b>	<b>17</b>
2.1. O Capital Cultural.....	18
2.2. O Capital Humano .....	21
2.3. O Capital Social .....	26
2.4. A Educação na Sociologia de Durkheim.....	30
<b>3. Educação e Política .....</b>	<b>33</b>
3.1. Análise de Dados.....	33
3.2. Currículo OSPB e currículo OMC.....	34
3.3. A escola tradicional, a escola nova, a escola construtivista.....	37
3.4. A limitação nas instituições e na cultura.....	40
3.5. A questão da não participação política da juventude.....	42
3.6. Qual o futuro para o ensino superior?.....	48
3.7. A qualidade da educação.....	53
3.7.1. Os números da educação .....	54
3.7.2. IDEB 2015 Análise estatística.....	54
3.7.3. Comparativo entre as séries do ensino básico .....	57
3.7.4. Análise Comparativa do novo modelo de avaliação.....	59
3.7.5. Avaliação do PISA - Análise.....	62
3.7.6. Considerações nível de aprendizagem x nível social .....	67
<b>4. Da pesquisa exploratória - dados sobre cultura política .....</b>	<b>72</b>
<b>5. Conclusão.....</b>	<b>80</b>
<b>6. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>84</b>
<b>7. Gráficos &amp; Anexos.....</b>	<b>88</b>

## 1. Introdução

Tentar refletir sobre a qualidade da educação em nosso país se constitui num desafio, devido ser um tema complexo pela sua importância para o país e para a sociedade. Falar em qualidade da educação e seu efeito na política implica, *a priori*, uma discussão sobre como mensurar esta qualidade e a influência da mesma nas questões de ordem política. Os questionamentos que este trabalho busca esclarecer e responder através de dados são: Qual é a causa da educação de baixa qualidade no Brasil? Quais fatores interferem na mesma? Por que cresceu tanto a discussão e a preocupação com a disseminação ideológica dentro das nossas instituições educacionais nos últimos anos? Porque certo setores políticos falam tanto em ideologia, sem se aprofundar na reflexão a respeito da existência de uma cultura política apática e indiferente aos alunos? Qual a relação entre a baixa qualidade da educação e questões de natureza política?

Este trabalho foi formatado conforme definido nas normas ABNT NBR 6023.

### 1.1. Apresentação do Tema

Numa época em que especialistas em educação se preocupam em como utilizar no ensino as novas tecnologias, o Brasil ainda têm um contingente considerável de analfabetos conforme dados do último PNAD, e o nível de analfabetismo funcional, segundo estes dados, estão evoluindo conforme as últimas avaliações das escolas. A qualidade da educação de um país é um fator importante para seu desenvolvimento, como pode ser constatado na experiência de diversos países asiáticos e países que se encontram no topo do IDH mundial. Dentro desse quadro, o ensino médio pode ser um ponto de inflexão na obtenção de índices melhores de qualidade para um país, visto se constituir em setor ligação entre o ensino básico e o ensino superior. Nesta perspectiva, constata-se um problema de política pedagógica ao instituir a progressão continuada, que em termos práticos torna-se progressão automática. Desse modo, surge uma questão que se torna política dentro da missão profissional e, portanto, relevante para a educação brasileira.

Existe um consenso a respeito da importância da educação como mecanismo de promoção do desenvolvimento de um país, uma vez que a formação de recursos humanos qualificados se constitui sua maior riqueza. Assim, pode-se afirmar que nas questões relacionadas com a cidadania, desenvolvimento do país, desenvolvimento pessoal e nas questões inerentes à política, o papel da escolarização é fundamental, pois os alunos precisam

ter o aprendizado que os qualifique para contribuir com o desenvolvimento social do país. Nessa direção, a educação no Brasil necessita atingir níveis satisfatórios de qualidade, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. O foco deste estudo prioritariamente será no ensino médio devido à especificidade que esse segmento apresenta como um ponto de inflexão na busca pela qualidade num projeto de desenvolvimento nacional.

## **1.2. Problemas de Pesquisa**

Assim, se problematiza para análise neste trabalho, por que o baixo nível escolar compromete a compreensão e a codificação da política por parte dos alunos? Quis os efeitos desse analfabetismo funcional cidadão na cultura política dos alunos no ensino médio?

## **1.3. Justificativa**

No atual momento estamos vivendo no Brasil uma situação crítica em relação a diversos fatores que atingem diretamente a sociedade, dentre estes fatores há dois primordiais que são o cerne para o desenvolvimento do país e para bem estar da sociedade: Educação e Política.

Na educação o momento é de extrema preocupação devido ao baixo nível de aprendizado dos alunos no país face aos dados divulgados nos últimos anos pelos órgãos de avaliação escolar do governo, onde não ocorreu as projeções estimadas, mesmo com várias intervenções nas metodologias de ensino, conteúdos e formas de avaliação dos alunos. Neste momento se cogita uma nova reforma onde o governo tenta reeditar as mesmas fórmulas já utilizadas e que não alcançaram o resultado desejado. Entre estas estão a supressão de matérias, conteúdos, novamente uma “maleabilização” ou “facilitação” na maneira de avaliar ao aluno. Ora, se há vários anos este processo está sendo implantado e só tivemos regressões no nível de aprendizado dos alunos, devemos reeditar o que não deu certo? Por que a conivência e apoio de alguns intelectuais com este sistema que se comprovou não ser efetivo?

Na política o momento não é diferente, o sistema e as instituições políticas vivem em um total descrédito da sociedade em todos os sentidos: corrupção extrema e sem limites, falta de ética, corporativismo, ideologias e um sistema eleitoral que é condenado por toda a sociedade, mas que para ser alterado depende das próprias instituições políticas. Neste contexto surgem ameaças à democracia, ao crescimento econômico e ao estado de direito, levando a um outro ponto, que é a discussão sobre a questão ideológica partidária dentro das escolas.

O que deveríamos estar discutindo hoje, tanto na área de currículo escolar como no processo de entendimento dentro da sociedade, é o de uma reestruturação política, mas o que temos é um projeto de lei que novamente divide a sociedade, que é o “Escola sem Partido”<sup>1</sup>, este é um tema ardiloso colocado por parte de um grupo de políticos. Ardiloso pois tira o foco do que realmente seria a razão para se discutir para as nossas escolas. É importante referir Paulo Freire que destaca que não há neutralidade na educação, e que toda prática de ensino, mas principalmente aquela que se diz neutra, é necessariamente carregada de ideologia.

Isto se torna claro nas declarações do Senador Magno Malta, um dos proponentes do “Projeto Escola sem Partido”, quando refere que este projeto “é a essência de uma educação isenta e sem viés ideológicos no mais amplo sentido”, declaração feita em entrevista<sup>2</sup> em 20 de julho de 2016. Logo após, ocorreu uma mudança importante na política do país com o impeachment e mudança de governo, e após este fato o projeto, por coincidência, foi esquecido por quem estava direcionando o mesmo. A mudança de um governo foi a causa principal para resolver a questão de ideologias partidárias nas escolas? Ou agora a ideologia correta é a da direita? Com um governo de centro-direita agora no poder a questão ideológica foi banida de nossas escolas? No cerne destes questionamentos esta a cultura política que garante um “Contrato Social” e que na perspectiva de Rousseau deveria preservar a liberdade natural do homem e ao mesmo tempo garantir a segurança e o bem-estar da vida em sociedade. Segundo Rousseau (2001), isso seria possível através de um contrato social, por meio do qual prevaleceria a soberania da sociedade, a soberania política da vontade coletiva, do bem estar para uma verdadeira cidadania. Este é um ponto central a ser discutido nas escolas. As escolas “não são neutras”, mas tem que debater com objetividade esta questão de administração do poder e dos recursos.

Assim, nestes tempos de globalização é preciso repensar o ensino como um todo, levando-se em conta os vários métodos de ensino e também a forma que o aluno de hoje aprende e interage com o mundo à sua volta, e este interagir deverá estar conectado tanto as necessidades de conhecimentos como as necessidades de entendimento de saberes que os influenciam diretamente, como a questão da cultura política tratada neste estudo.

---

<sup>1</sup> O Programa Escola sem Partido é uma proposta de lei que torna obrigatória a afiação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio de um cartaz com conteúdos de não direcionamentos ideológicos nas escolas.

<sup>2</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=jPlisetjT-s> (Magno Malta, entrevista 20 julho 2016 ).

## **1.4. Objetivos**

### **1.4.1. Geral**

Este trabalho tem por objetivo geral examinar os dados de avaliação do ensino básico e médio e da pesquisa: “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”, realizada nas três capitais da região sul do Brasil pelo núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da UFRGS, e a partir dos mesmos examinar a relação entre nível de qualidade de ensino e tipo de cultura política escolar prevalente no país.

### **1.4.2. Específicos**

- Refletir sobre o significado da educação e seu papel na sociedade e no desenvolvimento do país.
- Examinar estudos teóricos sobre causas e fatores influentes na qualidade da educação e na cultura política escolar.
- Verificar a situação da educação brasileira através da análise dos índices de 2007 a 2015.
- Estudar a legislação, os planos, os programas, os projetos e as ações estratégicas do governo brasileiro na área educacional visando a um ensino de qualidade.
- Problematizar por qual razão não há na LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação) ou na PNE (Plano Nacional de Educação) capítulos específicos e diretos sobre a questão política Brasileira para serem ministrados nas escolas.

## **1.5. Métodos e técnicas da pesquisa – Dados Oficiais e Pesquisa Empírica**

Os dados utilizados neste trabalho foram pesquisados nos sites oficiais do governo federal que tratam sobre educação, sendo eles: SAEB, INEP, MEC e QEDU.

A pesquisa qualitativa se dirige especificamente aos eixos que direcionem para discussão do tema, a relação existente entre a baixa qualidade da educação no Brasil e a cultura política que existe dentro das escolas e na sociedade. Os dados de natureza quantitativa utilizados provêm da pesquisa: “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no sul do Brasil”, realizada nas três capitais da região sul do Brasil pelo Nuposal - núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da UFRGS.



A ideia de utilizar esta pesquisa é poder subsidiar a natureza deste trabalho, cruzando os dados também disponibilizados pelo INEP, em relação a Prova Brasil e ao ENEM, estratificando a curva com relação ao aprendizado, fazendo um levantamento entre os dados da pesquisa e os resultados dos exames brasileiros de proficiência, com o propósito de mostrar indicadores que indiquem a relação do ensino com as questões de interesses e conhecimento político dentro das instituições de educação, por parte dos alunos.

Em relação a qualidade do ensino, utilizarei somente o índice geral do IDEB das notas dos exames, apresentado para verificação entre os anos de 2007 e 2015, e abrangerá todas as escolas que participaram da Prova Brasil e do ENEM, públicas e privadas. Com isto quero demonstrar que o problema da baixa qualidade do ensino básico brasileiro não está somente nas escolas públicas, as escolas privadas também carecem de uma atenção especial.

Não utilizarei dados comparativos referentes à estrutura material: biblioteca, sala de informática, internet e laboratório de ciências entre outros, haja visto que no último exame do Ensino Médio, tivemos escolas do interior nordestino entre as primeiras colocadas, escolas estas com quase nenhuma estrutura material.

As variáveis renda e escolaridade dos pais serão utilizados para analisar a visão dos alunos e portanto se isto pode ter uma relação com a cultura política escolar dos jovens.

## **2. Referencial Teórico**

No âmbito da sociologia da educação são inúmeros os pensadores que se dedicaram a apreender e desenvolver concepções acerca dos objetivos e funções que a educação – e até mesmo o espaço escolar – poderiam proporcionar na sociedade. Estes estudos nos permitem uma visão mais aprofundada do fenômeno educativo como um todo e se apresentam como essenciais em qualquer análise sociológica do universo escolar. Assim, o foco da questão a ser tratada da baixa qualidade do nosso ensino é, se a mesma é influenciada por questões como renda, capital social, classe social entre outros. Este estudo também pretende verificar se as variáveis: qualidade, nível e currículo da educação - também influenciam para nossa baixa cultura política nas escolas e na sociedade. As estruturas dos estudos sobre o Capital Cultural, o Capital Humano e o Capital Social serão utilizados neste estudo para delinear um ponto referencial inicial de significância se a falta destes “capitais” influenciam na qualidade de ensino e aprendizagem escolar.

## 2.1. O Capital Cultural

O Capital Cultural é tratado por Bourdieu como uma forma para explicar como a cultura em uma sociedade dividida em classes, se transforma em uma espécie de moeda onde as classes sociais mais altas denominadas pelo autor como classes dominantes, tem o maior poder. O Capital Cultural pode ser livros, diplomas, conhecimentos aprendidos e influencia no meio social. O capital cultural se transforma assim em um instrumento de dominação entre as classes.

Para Bourdieu o processo de acumulação do Capital Cultural já se inicia na infância, onde pais com um maior nível cultural “passarão” este conhecimento e uma melhor formação aos seus filhos, chegando já na escola com um saber pré-inserido.

“Ora, “todo ensino, e mais particularmente o ensino de cultura (mesmo científica), pressupõe implicitamente um corpo de saberes, de saber-fazer e, sobretudo, de saber-dizer que constitui o patrimônio das classes cultivadas” (BOURDIEU; PASSERON, 1985, pág. 36 apud VALLE, 2013, pág. 420) .

Segundo os autores,

“o sistema escolar opera, objetivamente, uma eliminação ainda mais total quando se trata das classes mais desfavorecidas” (BOURDIEU; PASSERON, 1985, pág. 11). Fica demonstrado, também, que “as chances de acessar ao ensino superior resultam de uma seleção que, ao longo do percurso escolar, se exerce com um rigor desigual segundo a origem social dos sujeitos” (BOURDIEU; PASSERON, 1985, pág. 12 apud VALLE, 2013, pág. 420) .

A carreira e o êxito escolar não decorrem, portanto, somente das desigualdades econômicas, pois o

“peso da herança cultural é tal que se pode desfrutar dela sem ter necessidade de excluir, pois tudo se passa como se fossem excluídos apenas os que se excluem” (BOURDIEU; PASSERON, 1985, pág. 43 apud VALLE, 2013, pág. 420) .

Segundo Bourdieu, aparentemente a escola é um lugar democrático que passa o conhecimento de forma igual para todos os alunos. Aparentemente, pois

“É nesse quadro de reflexão que os autores revelam a força dos princípios meritocráticos na legitimação dos mecanismos escolares e universitários de seleção, e em contrapartida, a fragilidade do processo de democratização da educação, provocando um profundo desencantamento face ao sistema escolar.” (VALLE, 2013, pág. 420) .

Ainda em relação as desigualdades do Capital Cultural na forma de ensino, conforme Bourdieu, este não é transmitido da mesma forma para todos os alunos como se faz parecer nas instituições de ensino que se dizem igualitárias e democráticas. Bourdieu destaca que o aprendizado escolar está diretamente ligado a classe social e a bagagem cultural herdada da família

“Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionada pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, as aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de ‘dons’ ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em ‘distinção de qualidade’, e legitima a transmissão da herança cultural (BOURDIEU, 1999, pág. 58 apud VALLE, 2013, pág. 421 ).

O trabalho de Bourdieu e Passeron foi desenvolvido no contexto do ensino Francês, em 1964, em meio a um cenário de conjuntura política e social marcado por diferentes interesses, tanto pela perspectiva de que era necessário formar elites científicas e técnicas para implementar o desenvolvimento econômico, quanto pelo aumento das demandas sociais por escolarização, considerada cada vez mais como mecanismo de ascensão social.

Este estudo justifica no caso do Brasil, o baixo nível de aprendizado de alunos das camadas sociais de menor capital cultural, social e econômico e que

“Entre as políticas sociais, a educação ocupa posição especial, não só de acordo com as teorias de capital humano, que atribuem à educação um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, como também pela constatação mais recente, e muito bem documentada para o Brasil, de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida.” (SCHWARTZMAN, 2005, pág. 10).

Há também estudos que contestam a questão relacionada entre a renda e o desempenho escolar. Aqui Tzanakis, em seu trabalho sobre a “Tese de Reprodução Social de Bourdieu e o papel do Capital Cultural no aproveitamento escolar: Uma revisão dos principais estudos empíricos”, traz diversos outros autores que fizeram um trabalho sobre esta tese e constatam que a mesma não se sustenta como uma condição absoluta.

De acordo com o autor,

“O capital Cultural dos pais parecia ser uma explicação parcial de como a educação familiar afeta suas crianças nas notas escolares. Mas isto não é necessariamente uma evidência de transmissão do Capital Cultural. Isto é por que nós não sabemos se os alunos possuem Capital Cultural próprio, não medido naquele estudo, e também se estava relacionado com as notas, nitidamente do Capital Cultural familiar. A menos que esta relação exista, não pode ter nenhum apoio para a Teoria da Reprodução do Bourdieu de privilégio social, e nenhuma indicação de transmissão, ambas centrais nas teses do Bourdieu. (TZANAKIS, 2011, pág. 80).

O autor ainda segue afirmando de que a tese de Bourdieu

“Sem tal prova, a constatação de um efeito do Capital Cultural dos pais sobre o aproveitamento escolar das crianças é uma indicação preliminar de ainda outra desigualdade de recursos, associada com a classe social dos pais, nas disparidades na realização educacional da sua prole. (TZANAKIS, 2011, pág. 80).

Também os estudos feitos por Tzanakis, em sua obra: “Bourdieu’s Social Reproduction Thesis and The Role of Cultural Capital in Educational Attainment: A Critical Review of Key Empirical Studies”, traz que além da classe social, é descartado qualquer referência no que diz respeito a etnias, grupos ou classes na ênfase Bourdeuna da assimilação do Capital Cultural. O autor se baseou em diversos outros trabalhos, que também contestavam a tese de Bourdieu, onde

“Evidências empíricas não apoiaram a tese de reprodução social de Bourdieu no caso das minorias étnicas e raciais. Houve vários esforços para desvendar os efeitos da etnicidade e da raça daqueles de classe social, a fim de identificar déficits particulares no capital cultural de grupos étnicos particulares (DiMaggio e Ostrower, 1992; Trienekens, 2002; Van Wel, Couwenbergh-Soeterboek, Couwenbergh, ter Bogt e Raaijmakers, 2006). No entanto, tanto as pesquisas quantitativas (Ljaug, 1995, Driessen, 2001) quanto qualitativas (Lareau e McNamara-Horvat, 1999, Blackledge, 2001, Matthews, 2002, Trueba, 2002, Monkman, Ronald e Théràmène, 2005) Do capital cultural produzido e transmitido em famílias étnicas minoritárias está muito distante da concepção de Bourdieu.”. (TZANAKIS, 2011, pág. 81).

Um adendo é feito pelo autor quando se refere ao cruzamento de dados dos pais com a prole, onde ele afirma que uma parte direcionada a questão social até pode influenciar, referindo-se a “rede social da classe dos pais”, onde os pais frequentam ou se conectam em uma rede. Este estudo será analisado em outro capítulo como “Capital Social”.

Nas palavras de Tzanakis (2011),

“No entanto, mesmo onde a classe social e o Capital cultural dos pais, e o capital cultural e a capacidade cognitiva da criança são todos controlados, os resultados devem ser interpretados com cautela. Jaeger e Holm (2003), por exemplo, mediram o capital cultural dos pais como a Educação. Assim, os efeitos reivindicados da classe social e do capital cultural dos pais, na realização educacional da prole, são suscetíveis de capturar o efeito da rede social da classe dos pais, do efeito de um de seus componentes, e não do capital cultural dos pais como teorizado por Bourdieu.” (TZANAKIS, 2011, pág. 80).

O autor conclui que o estudo, devido a sua complexidade, carece ainda de mais investigações sobre a relação da questão social e do Capital Cultural influenciar diretamente no rendimento escolar e justifica que

“Esta revisão defende uma retenção do capital cultural como um conceito heurístico e analiticamente útil para a sua expansão para além dos limites da classe social. Nesse sentido, podem ser identificados o capital cultural étnico, o capital cultural religioso, o capital cultural ocupacional, bem como o capital cultural baseado em redes sociais. (...) De fato, pode haver capital cultural dentro do capital social. Uma nova teoria é, portanto, necessária para acomodar essa flexibilidade conceitual em reajustar a questão das persistentes desigualdades sociais na realização educacional.” (TZANAKIS, 2011, pág. 85)

## **2.2. O Capital Humano**

O atual momento para o Brasil é de crise econômica, social e de falta de estabilidade. Diante disso o desemprego atingiu um dos maiores números nos últimos anos. A taxa de desemprego no Brasil, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), ficou em 13,7% no trimestre encerrado em março de 2017 (Gráfico 1; Anexo I). A população desempregada é de 14,2 milhões de pessoas, este número de desempregados mais que dobrou nos últimos três anos, com isto a renda per capita também diminuiu devido ao alto índice de desempregados. Os setores onde houve mais redução de trabalhadores foram os setores de construção (-9,5% ou -719 mil pessoas), agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura (-8,0% ou -758 mil pessoas), indústria geral (-2,9% ou -342 mil pessoas) e serviços domésticos (-2,9% ou -184 mil pessoas), como verificamos, setores que utilizam mão de obra com baixa escolaridade. Renda e emprego são duas variáveis dependentes da educação, sendo correlacionadas ao baixo nível de aprendizagem e escolaridade. Com base nesta realidade, alguns estudos focalizam a educação como um Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano foi desenvolvida por Theodore Schultz na década de 1960. O autor realizou um levantamento acerca da situação do ensino de países pobres e ricos

no mundo. Após anos de pesquisa, Schultz começa a constatar que quanto maior a riqueza de um país, maior era o nível de instrução de sua população. Em consequência disto seguindo uma razão direta, segundo ele, os índices de analfabetismo e pobreza em países com melhor situação de ensino são sempre menores. Com esta observação Schultz percebeu que a educação era o fator que fazia a diferença no que diz respeito à riqueza de um país, pois fazendo a comparação de alguns países mais pobres, que possuíam grandes riquezas naturais – como exemplo países da África com as produções de diamantes - e a Suíça que não tinha nada de produção natural, a renda per capita deste pequeno país Europeu era muito superior a estes países da África. Com base nestas constatações, Schultz (1967) afirma que há efetivamente uma relação entre escolarização e riqueza, e sua conclusão foi que quanto mais estudo tivesse a pessoa mais capital individual esta pessoa teria. Desta forma, como uma analogia ao capital econômico, teríamos também o Capital Humano.

“O capital humano é assim a soma dos investimentos do indivíduo em aquisição dos conhecimentos (capital adquirido em sua totalidade nas escolas e universidades) e que a qualquer momento reverte benefícios econômicos para o próprio indivíduo (por exemplo, na posse das melhores empregos e vantagens na aquisição de novas aprendizagens para o mercado de trabalho). Este capital, diferentemente do econômico, não pode ser roubado ou transferido, vindo a constituir um bem pessoal que acompanha o sujeito durante toda a vida de alguma forma influência em sua trajetória social e econômica.” (BOASQUIVES, 2011, pág. 12).

Mesmo sob diferentes propósitos, para a grande maioria dos estudiosos, a educação é colocada como o alicerce para o desenvolvimento das nações e a solução para as diferenças sociais. Testemunha-se um constante movimento de conceitos sobre o Capital Humano, Schultz(1967) e Gary Becker(1962) trabalharam este conceito e contribuíram para o desenvolvimento do tema, onde o indivíduo poderia investir em Capital Humano via educação, treinamento e aperfeiçoamento de suas habilidades, e o resultado que esta pessoa obteria, dependeria em parte de quanto Capital Humano esta pessoa acumulou.

Aqui não se entrará em outras variáveis desta teoria, que é a da utilização pela sociedade capitalista contemporânea deste capital para aumento de produção, onde o papel da educação teria a função de maior lucratividade e produtividade com a força de trabalho, assim se tornando um instrumento a serviço das classes dominantes para perpetuação deste modelo que vigora, mas sim como esta teoria busca vincular a escolarização e a obtenção de algumas competências como forma de alcançar uma melhor posição social, aqui relacionado com o Capital Social e Capital Cultural.

O aumento de investimento no Capital Humano é um importante fator para o desenvolvimento econômico e pessoal. Gaudêncio Frigotto (1993) é veemente ao concluir que a educação não apenas “passa” conhecimentos para o mercado, mas também articula e desarticula outros conhecimentos para os interesses dominantes prevalecerem. Esta leitura do autor dá sustentação ao questionamento feito anteriormente: -“Termos esta baixa qualidade da educação no Brasil, é intencional?”

Silva (2010) em sua tese “Teoria do Capital Humano e a Relação Educação e Capitalismo”, se refere que o Capital Humano neste sistema é utilizado somente como força de produção, a escola prepara uma mão de “obra qualificada” até o ponto que seja suficiente para os interesses do capital, pois segundo a autora

“A escola oferece o saber deformado, funcional para o capital. Essa distribuição desigual do saber dentro da escola já é uma reprodução do próprio capitalismo, é uma maneira de formar valores úteis e pertinentes para o capital nos indivíduos.” (SILVA, 2010, pág. 524).

A autora cita Frigotto (1993), no seu estudo o qual afirma que,

“a escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros” (FRIGOTTO, 1993 pág. 44 Apud SILVA, 2010, pág. 518).

Ela relata a ineficiência da escola quando a mesma se torna funcional a algum interesse, seja do capital ou político, pois

“Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital”. (FRIGOTTO 1993, pág. 224 Apud SILVA, 2010, pág. 523).

Ora, a questão acima vai de encontro à teoria do Capital Cultural destacado no capítulo 2.1, a reprodução do conhecimento não se dá através de uma transmissão direta da hierarquia da família conforme Bourdieu em sua teoria, como se fosse por um DNA, mas sim pela reprodução de condições inerentes ao acesso igualitário deste conhecimento, seja nas escolas ou em redes (Capital Social). Neste caso os pais podem ser analfabetos, mas os filhos destes tendo uma oportunidade igual de educação, aos filhos de pais com um Capital Cultural elevado, poderão atingir níveis semelhantes de conhecimento.

O interesse das instituições parecem ser evidente quando formam “os que não pensam”, “os que não raciocinam” e “os que não conseguem ter a visão” de que no mundo globalizado atual, o nível de conhecimento fará a diferença. Isto é possível ser percebido na área do trabalho, hoje o serviço mecânico e braçal está sendo substituído pelos serviços automáticos de robôs, o serviço de manutenção na área de hardware em eletrônicos, por exemplo, deixou de existir, a troca da peça defeituosa é muito mais rápida, prática e barata. A mão de obra braçal para isto se tornou extremamente cara e obsoleta. O domínio atual é o de prestação de serviços na área de tecnologia com um ganho considerável para o profissional que detém este conhecimento. Até mesmo carreiras consideradas imunes ao risco de desaparecer frente à globalização e à tecnologia, como jornalismo, operação de Bolsa de Valores e radiologia estão passando por um processo de interrupção lenta do curso normal para um processo de disrupção, ou seja, funções que estão sob alto risco de serem substituídas por máquinas em um curto espaço de tempo.

Baseado na teoria do Capital Humano para a área do conhecimento, é que se abre a questão da condição política do nosso país nos últimos anos, este baixo nível de conhecimento que não é adquirido nas escolas, faz com que nossa sociedade não consiga ver que “os políticos ao invés de melhorar estão piorando e que são de péssima qualidade” (BAQUERO, 2004, pág.125) ao mesmo tempo faz com que

“os jovens atualmente se envolvam menos com a política convencional, tem pouca informação sobre ela e não mostram pré-disposição de se afiliar a partidos políticos e talvez, o mais grave, não consideram o voto como uma responsabilidade cívica” (BAQUERO, 2004, pág. 122) .

Este desinteresse dos jovens pode ser consequência de um entendimento sobre questões que lhes influenciam diretamente que é enxergar quais as armas que eles necessitarão ter para poderem fazer frente a esta guerra que é a globalização. O conhecimento, o Capital Humano é essencial assim para o objetivo: maior conhecimento, maior empoderamento.

Neste estudo, tenta-se fazer o elo entre os diferentes conceitos de Capitais, o que existe de correspondência entre eles, e com relação à globalização, se a mesma está inserida dentro dos três conceitos, interferindo dentro de cada um de uma maneira direta e impar. Aqui dentro deste tópico do Capital Humano tenho que justificar o “problema” globalização, que está



dentro do Capital Social também, principalmente em países pobres ou dependentes como o Brasil, mesmo sendo a sétima economia mundial conforme a PWC<sup>3</sup>.

Baquero (2006) na obra “ Globalização e Democracia Inercial – O que o Capital Social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?” externa sua preocupação com este tema, haja visto que este novo processo é externo e irreversível, ou seja, já vem com suas próprias regras definidas por políticas capitais de interesses capitalistas e impõe a países dependentes como o Brasil, como deverá aceitar e assimilar o jogo que o mercado externo impõe. Baquero refere que o processo de globalização tem merecido críticas pois o mesmo “alterou significativamente a matriz de relações sociais intra e entre países” (BAQUERO, 2006), e “tem sido mais danoso para países em desenvolvimento, pontualmente o Brasil, tendo como decorrência desse processo a incidência negativa na constituição de capital social (capacidade associativa)”, (BAQUERO, 2006).

O processo de globalização mundial foi e é inevitável, imposto por um processo de ordem econômica por países e empresas capitalistas, o mesmo é complexo e para países como o Brasil

“tem contribuído para a constituição de uma cultura política fragmentada e com escasso capital social. Na dimensão econômica, as consequências são desemprego em massa, concentração de renda, políticas públicas socialmente deficientes e aumento da exclusão social” (BAQUERO, 2006 – pág. 48) .

Nazzari, sobre este tema se refere ao impacto deste processo nos países da América Latina e o quanto foram afetados pela globalização. Desenvolve um estudo para “investigar até que ponto agências socializadores, como família, escola e meios de comunicação, tem contribuído para a geração do capital social” (NAZZARI, 2006), e na pesquisa com os jovens analisou a confiança (um dos indicadores do capital social), onde a “preocupação dos jovens em relação ao futuro está aliada ao capital humano” (NAZZARI, 2006). Se há preocupação nos jovens devido a uma “deficiência” do Capital Humano por eles adquirido, isto poderá fazer que eles também não tenham a confiança necessária para enfrentar as regras de mercado imposta pela globalização. Estas lacunas que existem na interligação dos processos e que poderiam estruturar as condições para uma base de mudança na cultura política do país, não se sustentam sem um conhecimento, sem um Capital Humano, devido a

---

<sup>3</sup> - [https://www.pwc.com.br/PricewaterhouseCoopers network](https://www.pwc.com.br/PricewaterhouseCoopers%20network)

“existência de lacunas na ciência política, no que compete aos temas do capital social e da socialização política da juventude, justifica a realização de estudos que visem buscar alternativas para o problema da cooperação social e para a estruturação de uma cultura política democrática” (NAZZARI, 2006 – pág. 205).

### 2.3. O Capital Social

Em estudos recentes, pesquisadores e teóricos tem abordado este conceito na área de Sociologia, destacando que o Capital Social é fundamental na “cultura política e na sociedade civil com vistas ao processo de construção democrática”, (BAQUERO, 2006). Para a sociologia, o Capital Social é o que possibilita a cooperação entre duas partes. Os fundamentos deste conceito é tratado por Coleman onde o

“capital social é gerado como um corolário do envolvimento dos indivíduos em atividades que exigem sociabilidade. Coleman usou o conceito para mostrar de que forma os laços sociais e as normas compartilhadas podiam enaltecer a eficiência econômica e ajudar as pessoas a se tornar mais educadas, encontrar empregos e acumular capital. A principal influência desse estudo foi a de convencer os economistas de que deveriam dar mais atenção para os laços sociais e para a cultura. ( BAQUERO, 2006, pág. 6)

E na perspectiva de Putman

“a confiança, as normas e as redes de reciprocidades que se estabelecem numa comunidade formam o Capital Social, o que, por sua vez, produz eficiência da sociedade constituída para superar os problemas de ação coletiva.” (PUTMAN 1993 apud BAQUERO, 2004, pág. 126)

Alguns autores indicam que o conceito de Capital Social não implicaria necessariamente algo positivo sempre, já que associações entre pessoas podem ter outros fins que poderão ter uma direção negativa (como exemplo associações criminosas) (D’ARAUJO, 2010, pág. 10), mas esta observação é pertinente para esclarecer que o conceito de “Capital Social” para a sociologia e para o estudo aqui proposto, pressupõe uma sociabilidade de um grupo de pessoas, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso como equipe, para um bem comum e progresso coletivo.

Baquero aborda este conceito em diversos trabalhos direcionado aos nossos jovens de hoje, do atual momento que eles vivem, de suas frustrações, esperanças e decepções, devido as necessidades que não são supridas por um Estado carente e sem programas mínimos de inclusão, tanto em nível de educação como de emprego, necessidades estas básicas para a

juventude, que os fazem reféns de um processo de desvio dos seus objetivos. Esta insatisfação tem um impacto direto no processo social, contribuindo para “o aumento de uma geração de jovens desencantados e irresponsáveis. Essa afirmação estaria justificada pela observação de comportamentos de desobediência à lei e desrespeito as regras estabelecidas” com a política. (BAQUERO, 2004).

Conforme o autor

“Na dimensão social, vários estudos tem demonstrado que existe atualmente um declínio de Capital Social, ou seja, na habilidade das pessoas trabalharem juntas. Os jovens não demonstram uma predisposição ao desenvolvimento de redes e normas que valorizem e facilitem uma ação coordenada e cooperativa. Cada vez mais, a possibilidade de constituir identidades coletivas entre os jovens se torna rara” ( BAQUERO, 2004, pág. 131).

Podemos afirmar assim que o Capital Social é formado pelas redes sociais, pela confiança mútua entre os participantes destas redes e pelas normas efetivas. Estas três noções ou conceitos (rede; confiança; normas), não são fáceis de definir com certeza na área de Sociologia, e podem variar dependendo do ponto de vista de quem analisa e de que ângulo analisa.

Baquero trata em vários estudos, o Capital Social como caminho alternativo de empoderamento dos jovens, com o objetivo do desenvolvimento de uma consciência social, política e de responsabilidade.

Para o autor os

“elementos que tem levado a uma situação de declínio da participação dos jovens na política e a uma insatisfação com o sistema democrático contemporâneo são de três ordens, a saber: fatores sociais, políticos e mediáticos” (BAQUERO, 2004, pág. 131)

Um ponto a ser discutido é com relação a utilizarmos consciência ou conhecimento para tentarmos esclarecer os pontos acima de estudo. Na minha concepção para se ter consciência de fatos, para poder discernir o certo ou errado, teremos que ter primeiro o conhecimento. Com relação ao ponto mediático, e a pessoa sendo um analfabeto funcional, não haverá possibilidade de o mesmo poder entender a informação que está sendo difundida e transmitida pela mídia. Podemos examinar este ponto de duas formas, a primeira utilizando os conceitos da física e podemos fazer a seguinte pergunta: - A escuridão existe? Muito poderão responder que sim, conforme o senso comum do que esta pessoa “enxerga e sente”. Mas podemos afirmar, baseado nas leis da física, que a escuridão não existe, a escuridão é ausência da luz, bem como o frio é a ausência do calor. A luz e o calor existem, a escuridão e o frio são

consequências da ausência deles. Para a área de Humanas podemos utilizar uma analogia semelhante, da área da Teologia para responder: - O mal existe? E da mesma forma podemos afirmar que o mal, conforme as escrituras é a ausência do bem. Assim a falta de consciência, denota da ausência de conhecimento.

As questões de conhecimento sociais, políticos e de responsabilidades são adquiridos através de informações trabalhadas e exemplos discutidos em um ambiente próprio. Quando as fontes que dariam a base para os jovens é falha, teremos na outra ponta uma deficiência de base para estes jovens poderem discernir o que seria o adequado e correto para uma cultura social, política e responsável. Assim como a falta de conhecimento, temos este déficit de consciência em nossos jovens, abrindo uma lacuna nesta questão do Capital Social (rede, confiança, normas).

Assim Baquero direciona esta questão de preparo dos jovens dizendo que

“Não é surpresa, portanto, constatar que a maior parte dos estudos sobre a juventude, até recentemente, os caracterizava como estando menos preparados que gerações anteriores para assumir papéis produtivos e tornarem-se bons cidadãos” BAQUERO, 2004, pág. 123).

A questão política constituída no Brasil tem uma grande parcela de responsabilidade neste despreparo dos jovens. Sem um conhecimento profundo da importância que a questão política tem em suas vidas, não haverá interesse, e estes jovens não terão então “consciência” para poder em seus meios de comunicação, e aí se incluem as redes sociais, se organizar e poderem reivindicar melhorias sociais, como a educação e emprego. Tais lacunas na cultura social, advém de “um certo” despreparo na parte de cima da pirâmide, da área que deveria direcionar o conhecimento, assim

“Esse posicionamento fundamenta-se na ideia de que os cientistas políticos ( e sociais, grifo meu ) operam, de maneira geral, com uma concepção estrita do que é o domínio “político”, o que seria consequência de dependência de métodos quantitativos que tendem a negligenciar uma análise mais profunda de como os jovens constroem e definem o que é político.” (BAQUERO, 2004, pág. 122).

Baquero com base nas características atuais do contexto brasileiro, “busca analisar de que forma o processo de construção democrática no país proporciona as bases para a construção ou não de capital social, levando em conta os dispositivos disponíveis de construção de identidades coletivas da pós-modernidade”. (BAQUERO, 2016).

O autor destaca que “a formação da personalidade política, via socialização política dos jovens tende a produzir e reproduzir uma prática política que fragiliza não somente a formação de capital social como também fragiliza a relação estado-sociedade” (BAQUERO, 2016).

Angelita Silveira (2005), na tese “Capital Social e Educação - Perspectivas sobre o empoderamento da Juventude em Porto Alegre”, utiliza-se do conceito de Capital Social para a área da política, direcionando-o para a educação. O objetivo foi verificar se as nossas instituições escolares podem contribuir para possibilitar este empoderamento e formar um Capital Social junto aos jovens. A conclusão neste trabalho é relevante, devido a pesquisa ter sido realizado no ano de 2005, onde o nosso país estava saindo de uma situação de incerteza política e econômica.

O trabalho busca mostrar que a baixa qualidade do nosso ensino é o foco causador de vários fatores relacionados a uma subutilização do Capital Social, do Capital Político e do Capital Cultural em nossa sociedade, pois

“as instituições de ensino, enquanto agências socializadoras, são catalizadoras no processo da constituição de valores e atitudes que estimulem práticas no campo cognitivo do Capital Social. As propostas de engajamento cívico e de trabalho voluntários acenam a possibilidade de construção do Capital Social nos processos educativos, assim como, a ideia da educação cidadã contribui para a questão do empoderamento dos jovens” (SILVEIRA, 2005, pág. 93).

Com estas lacunas deixadas no processo de aprendizagem, percebe-se que a “desilusão dos jovens em relação as instituições políticas reflete o grau de participação destes jovens em relação à esfera política” (SILVEIRA, pág. 94). Passados doze anos desta pesquisa, o que temos constatado é que não se fez nada para alterar esta situação, na verdade a situação piorou, tanto na questão da educação quanto na questão política. Podemos afirmar então que “a escola, enquanto agência de socialização formal (conteúdos, engajamento cívico) e informal (relações no ambiente escolar), não tem desempenhado adequadamente esta função. Desta forma para atingirmos um nível aceitável de “capitais” - Cultural, Social e Político, devemos “oferecer aprendizados fundamentais na formação e capacitação dos jovens com o objetivo de fortalecer práticas democráticas” (SILVEIRA, 2005, pág. 96). Neste sentido é fundamental, segundo a autora, “promover tanto a formação intelectual como a formação baseada na moral e ética da realidade de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, formando a juventude racional e emocionalmente.” (SILVEIRA, 2005, pág. 96).

## 2.4. A Educação na Sociologia de Durkheim

Na questão educação onde tento fazer um paralelo entre a ausência dela e as questões de entendimento social e político cultural entre os jovens ou mesmo na nossa sociedade, poderíamos trazer diversos estudiosos deste tema e analisarmos cada um dos estudos, mas não há como não trazer os estudos de um clássico como Durkheim nesta área. A razão deste capítulo é devido que os estudos de Durkheim datam do início dos anos 1900, assim foram escritos há mais de um século, e é leitura obrigatória em todas as faculdades brasileiras na área de humanas, então por qual razão não há uma discussão para desconstruir ou verificar o que todos dizem e é senso comum, de que a causa principal da baixa aprendizagem, de níveis baixíssimos de proficiência seriam inerentes somente a fatores sociais, como a pobreza, poucos recursos, falta de estruturas nas escolas entre outros. Não podemos descartar por completo que o aprendizado não é dependente em parte destes fatores, lógico que os mesmos contribuem em uma pequena parcela, mas o aprendizado é inerente a cada ser humano.

Esta conclusão pode ser confirmada através de fatos e dados. Conforme o último senso escolar, dados do INEP e IDEB, tivemos entre as melhores escolas brasileiras na avaliação escolas do nordeste, região do país onde está um dos menores PIB per capita. Os dados mostram que 77 entre as 100 melhores escolas do ensino básico e fundamental<sup>4</sup> estão no nordeste, e mais, escolas localizadas em cidades do sertão nordestino. Outro exemplo provem da China, que confirma que uma educação de boa qualidade pode ser possível em um cenário de pobreza. O nível de renda per capita da província de Xangai na China é semelhante ao brasileiro (11.118 dólares versus 10.816 dólares no Brasil), mas no exame PISA de 2012 no teste de educação mais conceituado do mundo, a China ficou em primeiro lugar em todas as disciplinas, enquanto o Brasil não ficou nem entre os cinquenta melhores. Caso tivesse embasamento concreto de que a pobreza está relacionada ao baixo índice de proficiência e aprendizado, não haveriam 77 escolas entre as 100 primeiras colocadas, com os melhores índices da avaliação na região mais pobre do país ou que uma cidade com o nível de renda semelhante ao brasileiro ficasse com os melhores resultados no mundo.

Durkheim em sua obra intitulada “Educação e sociologia” questiona “o que é educação?”. Logo de início, o autor faz uma delimitação, explicita que a concepção de educação que ele toma como referência diz respeito à ação que os homens imprimem sobre os próprios homens e ressalta que “a ação entre homens pertencentes à mesma faixa etária

---

<sup>4</sup>[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206)

diferem da que os adultos exercem sobre os mais jovens” (DURKHEIM, 2011, pág. 43). Ou seja, “a concepção de educação está atrelada à preparação das gerações atuais para a vida social realizada pelas gerações anteriores” (FERRARO, 2016, pág. 124).

Para Durkheim, “a harmonia perfeita não pode ser apresentada como objetivo final da educação” (DURKHEIM, 2011, pág. 45). Conforme o autor, isto não seria completamente plausível, pois “nem todos nós fomos feitos para refletir; são precisos homens de sensação e ação. Ao contrário, são precisos outros cujo trabalho seja pensar” (DURKHEIM, 2011 pág. 44).

Na concepção de Durkheim não existe uma educação ideal pelo fato dos sistemas “educativos ao se desenvolverem sempre dependeram seja da religião, da organização política, do desenvolvimento das ciências, do Estado, da indústria” (DURKHEIM, 2013, pág. 48). Neste sentido, a educação acaba por ser uma construção social. Ambos são produtos de uma vida comum refletindo seus anseios e necessidades, que

“[...] na verdade, cada sociedade, considerada em determinado momento de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos como uma força geralmente irresistível” (DURKHEIM, 2011, pág. 47-48).,

Durkheim define a educação como

“a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular” (DURKHEIM, 2011, pág. 53-54).

Conforme o próprio autor, não é difícil poder observar isto, quando afirma que na natureza congênita do ser humano não estão inscritas leis que o fazem obedecer. Isto é um efeito das forças morais que pautam a regulação da sociedade, as quais seus sistemas educativos corroboram perpetrando-as. A questão educacional no Brasil vem por anos desqualificando, sem uma reversão destas “forças morais que pautam a regulação da sociedade” (DURKHEIM, 2011, pág. 55) no Estado.

O atual momento no Brasil, tanto social como político, avaliza o estudo de Durkheim. A educação há vários anos sofre com sua baixa qualidade, há vários anos temos uma média de somente 15% de estudantes que adquirem proficiência no seu desempenho. Para a formação

do jovem cabe a educação revelar-lhe as potencialidades, abrir os horizontes para este jovem conseguir uma vida regulada em sociedade,

“Portanto a cada nova geração, a sociedade se encontra na presença de uma tábula quase rasa sobre a qual se deve construir novamente. É preciso que, pelos mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um outro capaz de levar vida moral e social. Esta é a obra da educação, cuja grandeza podemos reconhecer. ( DURKHEIM, 2011, pág. 55).

A educação é um instrumento de transmissão de habilidades necessárias à vida social (DURKHEIM, 2013, pág. 56). Assim temos que discutir o papel do Estado no processo educativo. Ao mesmo tempo em que a educação é de interesse da sociedade, a sociedade é de interesse da educação, mas atualmente, no caso brasileiro, a educação está em uma posição nem um pouco prioritária.

A educação está assentada segundo Delors<sup>5</sup> (2012) em quatro pilares fundamentais e que são essenciais para o desenvolvimento e crescimento dos Capitais Humano, Social e Cultural.

Estes quatro pilares são:

(1) Aprender a conviver ; (2) Aprender a fazer; (3) Aprender a aprender e (4) Aprender a ser.

O pilar 1 é o eixo da competência relacional. É a relação do indivíduo com os outros e com o meio-ambiente entendida na sua concepção mais ampla. Relaciona-se com a cidadania, com a participação e a democracia.

O pilar 2 é o eixo da competência produtiva. Mais do que desenvolvimento de habilidades voltadas para a qualificação profissional, mas, em sentido ampliado, preparando o indivíduo para enfrentar e superar experiências sociais de maneira efetiva.

O pilar 3 é o eixo da competência cognitiva. Trata-se de preparar o indivíduo para ser um caçador de conhecimentos, ou seja, criar o desejo de educar-se constantemente, cuidando do seu próprio desenvolvimento, do autodidatismo.

O pilar 4 é o eixo da competência pessoal. É a relação do indivíduo consigo mesmo, desenvolvendo e fortalecendo sua identidade, autoestima, autoconceito, autoconfiança, autodeterminação, autocuidado.

---

<sup>5</sup> Os quatro pilares da Educação são conceitos de fundamento da educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI , coordenada por Jacques Delors



### **3. Educação e Política**

O objetivo nesta parte do trabalho será construir a ideia e a concepção de que a baixa qualidade da educação em nossos país carece de mais estudos em relação das prováveis causas do déficit de aprendizagem dos nossos alunos. Aqui serão abrangidos pontos referenciais históricos da educação e políticos, onde poderemos dialogar que a baixa qualidade do nosso ensino pode estar relacionado com a condição do sistema político em nosso país. Relação esta que está ligada as nossas instituições de não priorizarem um pilar de extrema importância para qualquer nação, onde em um estudo mais aprofundado fica um parecer de que o conhecimento, aprendizagem e nível cultural está delegado a um segundo plano, não importando que este nível cultural tenha relação direta com a questão social em nosso país.

Desconstruir a ideia de que fatores sociais e culturais são os únicos responsáveis pelo baixo nível de aprendizado, eximindo assim a responsabilidade de quem deve formatar um melhor conceito de aprendizagem, currículo, pedagogia, formação de professores e de um sistema de aprovação em nossas escolas coerente com a realidade. Nossas escolas pararam de produzir indivíduos capazes de pensar, críticos, e estão produzindo uma legião de analfabetos funcionais que não poderão fazer frente ao mundo globalizado e tecnológico atual. O que “significa que todos devem se esforçar e adquirir múltiplas competências e habilidades, para que não fiquem desempregados” (SOUZA, 2016), e assim “A educação, por sua vez, que sempre foi entendida como instrumento de humanização, tornou-se em nossa época um instrumento de reificação” (SOUZA, 2016).

#### **3.1. Análise de Dados**

Nesta seção examinaremos a questão da consciência política nos jovens em duas diferentes épocas no Brasil. Os períodos a serem discutidos são o atual momento e o período da década de sessenta e setenta, no qual o Brasil teve um governo militar, época também denominada de regime ou ditadura militar nas literaturas.

Tecerei algumas observações com relação a contradições sobre o binômio educação/política, no período da década de 1960 até início de 1985, tratado como anos de estagnação, inflação e cerceamento de qualquer liberdade, e o atual momento, de liberdade, democracia e direitos sociais plenos.

### 3.2. Currículo OSPB e Currículo OMC

Esta questão é discutida fortemente por diversos pensadores e professores, direcionando que a disciplina OMC ( Organização Moral e Cívica) foi instituída na época do governo militar com uma nítida intenção ideológica, de condicionamento dos estudantes. Mas em uma pesquisa mais profunda e verificando o histórico da base curricular entra elas, veremos que as mesmas foram modificadas, como todas as disciplinas são modificadas nos currículos sempre que há uma reforma do ensino. Para isto basta verificarmos a LDB de 1996, com alterações que se julgavam necessárias na época. Vejamos então a questão aqui analisada referente ao tema político nas escolas e as disciplinas que englobariam este tema :

O ensino de OSPB ( Organização Social e Política Brasileira ) foi proposto por Anísio Teixeira, durante o governo de João Goulart ( Governo civil e democrático ), na Indicação Nº 1 do Conselho Federal de Educação, de 24 de abril de 1962. Conforme o conselheiro Newton Sucupira<sup>6</sup>, o seu estudo deveria servir para apresentar aos jovens estudantes as instituições da sociedade brasileira e a organização do Estado, a constituição, os processos democráticos, os direitos políticos e deveres do cidadão. Seus modelos eram a "Instrução Cívica" francesa (LOPES e CHAVES, 2012) e o modelo americano de patriotismo.

No modelo proposto desta disciplina, para o modelo Americano, o ponto principal seria a questão da obrigatoriedade do ensino a todas as crianças e o civismo destacado na constituição Americana, ou seja, todas as crianças sem exceção dentro das escolas e a defesa do país em primeiro lugar. A questão que aqui vai se aprofundar, será o modelo que se seguiu da “Instrução Cívica Francesa” e adotado no Brasil.

Na obra de Lopes & Chaves, cujo título é “A História da Educação em Debate”, as autoras trazem esta informação a respeito da instrução moral e cívica numa dimensão mais profunda da formação dos cidadãos da República, menciona a matriz Francesa, e que dentro desta matriz de educação, previa a introdução da instrução moral e cívica nas escolas primárias através de uma lei.

Conforme as autoras, na matriz “ Os programas de “instrução cívica, direito comum e noções de economia política”” (LOPES e CHAVES, 2012, pág. 87), direcionava para uma concepção de educação

---

<sup>6</sup> Newton Lins Buarque Sucupira foi um Professor, Secretário de Educação Superior do MEC e membro do Conselho Nacional de Educação. Foi professor emérito da UFRJ e é conhecido como pai da pós-graduação no país.

“com vistas ao despertar de uma ideia nacional nos jovens, com instruções sobre os direitos e deveres dos cidadãos, aos quais se juntavam noções sobre organização política da França ( ciclo superior).

A educação moral, que programaticamente aparece associada à “educação física” e à “educação intelectual”, visava, através da tripartição dos fins educativos (intelectuais, físicos e morais) e no projeto reformista de Jules Ferry, promover uma educação liberal, por meio do despertar das faculdades da infância, mais do que o preenchimento dos cérebros.( LOPES e CHAVES, 2012, pág. 88 ).

A questão sobre este modelo Francês de instrução também é tratado por Leão, o qual refere que

“Nunca se havia discutido tanto a formação do cidadão como durante os seis anos de vida da Revolução Francesa. A escola pública é filha dessa revolução burguesa. Os grandes teóricos iluministas pregavam uma educação cívica e patriótica inspirada nos princípios da democracia, uma educação laica, gratuitamente oferecida pelo Estado para todos. Tem início com ela a ideia da unificação do ensino público em todos os graus. Mas ainda era elitista: só os mais capazes podiam prosseguir até a universidade. (GADOTTI, 1995. pág. 88 - Apud LEÃO, 1999, pág. 190).

O currículo da disciplina de OMC foi implantado em setembro de 1969, por meio do decreto-lei n.º 869. Subscrito pelos ministros militares, ele instituiu a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades do País. Na época, dizia-se que o objetivo da nova matéria era “estimular uma atitude e consciência cívica” nos jovens. Nas escolas a bandeira do Brasil era hasteada ao som do Hino Nacional, pelo menos uma vez por semana, como mandava o decreto-lei. A letra da música tinha de estar na “ponta da língua”.

O objetivo da matéria seria o culto à pátria, bem como aos seus símbolos, tradições e instituições. A matéria deveria constar em todas as grades curriculares brasileiras durante o primário, que hoje equivaleria ao ensino fundamental, e era uma forma de exaltar o nacionalismo. Eram abordados, também, conteúdos que “aprimoravam o caráter do aluno por meio de apoio moral e dedicação tanto à família quanto à comunidade” ([www.terra.com.br/noticias/educação](http://www.terra.com.br/noticias/educação)). Os professores ensinavam a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítica e econômica do País.

Esses conteúdos eram ensinados com mais profundidade na disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no segundo grau - atualmente, ensino médio, disciplina esta que não foi abolida pelo governo militar como pregam a maioria dos textos escritos sobre

este tema. Por não ser considerada parte de um regime democrático, Educação Moral e Cívica e OSPB foram extintas da grade curricular brasileira em 1993, por meio da Lei 8.663, assinada pelo ex-presidente Itamar Franco.

“Porém, partes da matéria foram incorporadas em outros conteúdos, mas sem o viés ideológico. Os conteúdos da disciplina que abordavam questões históricas e políticas foram somados a Estudos Sociais e História, por exemplo. Em relação à questão cívica, ainda é comum cantar o Hino Brasileiro e hastear a bandeira nas escolas em datas comemorativas, como na Independência do Brasil.” (www.terra.com.br/noticias/educação).

As duas disciplinas que foram pensadas em diferentes épocas e governos, nada mais foram do que continuar seguindo um modelo que já havia sido proposto anteriormente em nosso país. Anísio Teixeira, ministro da Educação do governo João Goulart, que instituiu a OSPB no currículo, tinha a proposta de dar conhecimento de leis e questões políticas para que o povo pudesse interferir com melhores condições nas decisões da sociedade. Esta disciplina não foi retirada do currículo escolar no governo militar, ela continuou na grade curricular. A OMC instituída no governo militar, além de exaltar o nacionalismo, também tinha como objetivo o desenvolvimento da cidadania, aprimorando o caráter do aluno, dando uma atenção as regras e normas e apoio a família e comunidade, valores hoje raros de serem encontrados em nossas instituições e sociedade. Parte do currículo de Sociologia e Filosofia que foram suprimidas da base curricular em 1968, foram agregados a estas duas disciplinas.

Temos aqui uma discussão que não é tratada pelos professores e é omitida do debate nas instituições, há um desvio ou um desconhecimento da história e dos fatos dentro das universidades e escolas. A disciplina de OSPB, criada e elaborada por Anísio Teixeira para dar uma condição cidadã e política aos estudantes, em 1962, ficou sendo parte do currículo obrigatório no governo militar junto com a disciplina de OMC elaborada em 1968. As duas matérias foram tornadas obrigatórias pelo Decreto-Lei 869, de 1969, que foi revogado pela Lei 8.663, de 1993, assinada pelo então presidente Itamar Franco.

O questionamento sobre o atual momento brasileiro de inércia e desconhecimento em relação à questão de ordem política já discutidos em diversos tópicos, é um problema do período de governo militar? Que instituiu duas disciplinas para poder formar politicamente os cidadãos brasileiros ou é um problema gerado por um governo civil, democrático, liberal que simplesmente por um decreto disseminou do currículo o ensino político? Ou talvez de um governo que mesmo com formação na área – Sociologia-, não aprova a inserção de uma

disciplina que poderia ser utilizada para suprir a carência das disciplinas que foram suprimidas em um governo anterior. A questão é saber se é interessante haver o conhecimento da: organização do Estado, a constituição, os processos democráticos, os direitos políticos e deveres do cidadão proposto por Anísio Teixeira e mantido no governo militar - e valores como a cidadania, caráter, regras e normas propostos no governo militar - ou se é mais interessante para o poder político o atual estágio de anomia e desconhecimento cultural político. Questões que devem ser discutidas imediatamente para a base curricular.

O ponto acima deve ser visto como um ponto de estudo para a educação política no país, e não como um ponto político direcionado a formas de diferentes governos, democráticos ou não.

### **3.3. A escola tradicional, a escola nova, a escola construtivista**

Para a questão de se conceber um padrão sobre qual seria a melhor forma de inserção de conhecimentos sobre política no ensino básico e médio, retorna-se a questão de modelo de escola que se adaptaria para suprir esta lacuna existente hoje na base da sociedade, haja visto que as escolhas políticas devem se dar por conhecimento, pesquisa, histórico, informação entre outros.

A escola tradicional conforme Saviani, fundamentou-se na filosofia da essência de Rousseau (SAVIANI, 2012). Tal pedagogia acredita na igualdade essencial entre os homens: a de serem livres, e essa igualdade vai servir de base para estruturar a pedagogia da essência respaldando o surgimento dos sistemas nacionais de ensino, que, por sua vez, foram fundamentais para proporcionar a escolarização para todos.

“Nesse sentido, a educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, converte-se num fator de marginalização, já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural e, especificamente escolar” (SAVIANI, 2012, pág. 5).

O ensino tradicional que ainda predomina hoje nas escolas se constituiu depois da revolução industrial, foi implantado nos chamados sistemas nacionais de ensino, redes estas criadas a partir de meados do século passado oficialmente em um momento de consolidação do poder burguês, onde denomina-se como uma “escola redentora da humanidade, universal,

gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática”. (SAVIANI, 2012. pág. 54)

Temos ainda uma desigualdade educacional, e não sabemos por quanto tempo perdurará uma educação para os pobres e outra para os ricos, mas com certeza a escola por si só, não é redentora da humanidade, mas a base e a estrutura para formar o cidadão.

Saviani destaca o caráter científico desta escola ao afirmar que

“O ensino tradicional pretende transmitir os conhecimentos, isto é, os conteúdos a serem ensinados por esse paradigma seriam previamente compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Dessa forma, é o professor que domina os conteúdos logicamente organizados e estruturados para serem transmitidos aos alunos. A ênfase do ensino tradicional, portanto, está na transmissão dos conhecimentos”(SAVIANI, 1991 Apud LEÃO, 1999, pág. 191).

Saviani resume abaixo o método expositivo, que essencialmente caracteriza o ensino tradicional. Esta metodologia expositiva privilegia o papel do professor como o transmissor dos conhecimentos e o alicerce desse processo será produto da aprendizagem a ser alcançado pelo aluno. Concluindo-se o processo e verificando que o aluno foi capaz de reproduzir os conteúdos ensinados, ainda que de forma automática e invariável, houve aprendizagem.

“Eis, pois, a estrutura do método; na lição seguinte começa-se corrigindo os exercícios, porque essa correção é o passo da preparação. Se os alunos fizerem corretamente os exercícios, eles assimilaram o conhecimento anterior, então eu posso passar para o novo. Se eles não fizeram corretamente, então eu preciso dar novos exercícios, é preciso que a aprendizagem se prolongue um pouco mais, que o ensino atente para as razões dessa demora, de tal modo que, finalmente, aquele conhecimento anterior seja de fato assimilado, o que será a condição para se passar para um novo conhecimento. (SAVIANI, 1991. pág. 56 Apud LEÃO, 1999, pág. 193).

De acordo com Saviani (2012), o método tradicional continua sendo o mais utilizado pelos sistemas de ensino, principalmente os destinados aos filhos das classes populares. Ele também refere que as escolas conceituadas do mundo, entre elas, as inglesas e as suíças, são as mais tradicionais possíveis, até por serem muito antigas.

Um novo modelo de educação e ensino surge então como opção para o modelo tradicional, é o modelo de uma escola com uma prática docente construtivista. Onde a referência que se tem nas bibliografias é de que o Construtivismo não é um método e nem

uma técnica. Como na escola tradicional, não se utiliza de uma metodologia e sim uma postura em relação à aquisição do conhecimento.

Para Becker

“Construtivismo significa isto: a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER, 1993 pág. 88 Apud LEÃO, 1999, pág. 195).

O construtivismo, que se baseou na estratégia historicista<sup>7</sup>, afirma que o conhecimento resulta da interação do indivíduo com o ambiente. Piaget é um dos principais teóricos do Construtivismo.

Um dos pontos principais da visão construtivista de ensino é que a aprendizagem é uma construção da própria criança, em que ela é o centro no processo, e não o professor. A adaptação ao meio é definida por Piaget como a própria função do desenvolvimento da inteligência. Ocorre por meio de dois processos complementares: assimilação e acomodação<sup>8</sup>

“...a adaptação intelectual, como qualquer outra, é um estabelecimento de equilíbrio progressivo entre um mecanismo assimilador e uma acomodação complementar... em todos os casos, sem exceção, a adaptação só se considera realizada quando atinge um sistema estável, isto é, quando existe equilíbrio entre a acomodação e a assimilação. (PIAGET, 1975. Pág. 18 apud LEÃO, 1999, pág. 198).

Para Piaget, a aprendizagem se estabelece pelos dois processos complementares descritos: A assimilação e a acomodação, ou seja, “aprender, apreender ou fixar ideias ou ensinamentos” e após “conformar-se ou adequar-se a uma situação”, ou seja, ter condições de aceitar ou refutar o que aprendeu, mas para isto é necessário o devir, processo de mudanças efetivas e aprendizagem pelas quais todo ser passa, sendo após isto capaz de criar, transformar e modificar tudo o que existe.

---

<sup>7</sup> Historicista . Século XIX . voltada para o *modus faciendi* das coisas, seu elemento próprio é o devir e as correlações do devir.

<sup>8</sup> O significado desses dois termos utilizados por Piaget não se refere ao senso comum. Cotidianamente, assimilar refere-se a aprender, apreender ou fixar ideias ou ensinamentos; acomodar significa conformar-se ou adequar-se a uma situação.

Podemos questionar, no entanto, a qualidade do ensino da escola tradicional na atualidade? Constatamos informalmente, que ela está empobrecida, se comparada às escolas existentes nas décadas passadas. Os conhecimentos não estão sendo transmitidos com o mesmo rigor daquela antiga escola tradicional que instruiu nossos pais e avós, para não dizer a nós mesmos.

Com relação ao problema da marginalidade cultural, para Saviani

“[...]a “Escola Nova” o agravou. Com efeito, ao enfatizar a “qualidade do ensino”, ela deslocou o eixo de preocupação do âmbito político (relativo a sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (relativo ao interior da escola), cumprindo ao mesmo tempo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses. É a esse fenômeno que denominei “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante” (SAVIANI, 2012, pág.10).

Um processo implantado por este “modelo novo” em nossa estrutura escolar, é o do nosso sistema de avaliação, que denominaram sistema de avaliação progressiva: a avaliação é contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos “qualitativos” sobre os quantitativos, dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas onde se verifica o nível de proficiência e aprendizado. Assim

“A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional” (SAVIANI, 2012, pág.11).

Ou seja, cada mudança na reforma do ensino, maleabiliza, diminui e facilita o currículo, facilita o modelo de aprovação, coloca-se metas medíocres de aprendizado para se atingir em um longo tempo, desta forma manipula-se dados de níveis como sendo “um pouco melhores”, mas verificamos que são incoerentes com os verdadeiros níveis de nossos alunos. Pergunta-se: Se os dados melhoraram, nossos alunos estão com um melhor nível de proficiência e aprendizado, porque os resultados do exame de PISA estão caindo a cada ano? Ficando piores?

### **3.4. A limitação nas instituições e na cultura**

A questão que se se pretende mostrar neste trabalho é que a educação ou a baixa qualidade de nossa educação, está ligada a nossa baixa qualidade política e é diretamente



proporcional, e talvez a principal razão do declínio social em nosso país. Quando se fala em baixa qualidade política, estou me referindo ao quadro de representantes públicos, com diversas ações de improbidade contra a maioria destes representantes no congresso e senado, e do setor executivo de base do governo bem como ministros. Os acordos e conchavos para votações de matérias duvidosas em troca de cargos no governo e de liberação de verbas para os partidos e os próprios políticos, é algo que no atual momento se tornou comum.

Isto, em qualquer democracia do mundo, afeta diretamente as relações sociais, políticas e culturais, pois

“O século XX segundo Chossudovsky (2002), será visto na história mundial como um período de empobrecimento global marcado pelo colapso dos sistemas produtivos no mundo desenvolvido, o declínio das instituições nacionais, a desintegração da saúde e dos programas educacionais” (BAQUERO, 2004, pág. 120) .

A ordem constitucional está longe desta ser estabelecida. Temos o conhecimento por uma ínfima parcela da sociedade do que é necessário fazer, mas não há vontade de ser feito, pois isto causaria o rompimento de um ciclo que já é tido como de domínio, ou seja, ter um número de pessoas razoavelmente calculado para manter o país andando, mesmo que seja uma inércia de baixíssima velocidade e controlada, e o resto da massa, que no Brasil chega a oitenta por cento da população, semianalfabeta que servem de massa de manobra para a classe política em períodos eleitorais. E isto dá as condições para termos as conjunturas políticas no Brasil, sem renovações plausíveis, sem representatividade de mulheres, de negros e as votações ocorrendo conforme os interesses de grupos formados dentro de um congresso forjado de corrupção e interesses pessoais de grupos capitalistas.

Temos diversos teóricos e pesquisadores na área de Sociologia, uma área que seria a principal para estas mudanças, mas por qual razão não há ainda um trabalho desenvolvido na direção de tentar confirmar que este *modus operandi* do poder é intencional? Por qual razão não há dentro das universidades, nos PPGs e nos setores educacionais um recrudescimento de mostrar que quem poderia mudar é uma educação de melhor qualidade? E que esta voz para mudar o nosso sistema de ensino e fazer com que o mesmo seja alterado para um verdadeiro currículo, aprendizado e direcionamento dos nossos estudantes para todas as áreas, inclusive na política, deve começar pelo valor moral da educação?.

O que temos hoje nos nossos sistemas de ensino, um quadro quase que completo de anomia, pois a “anomia” seria um estado de falta de objetivos e regras e de perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno.

A partir do surgimento do capitalismo e da tomada da razão como forma de explicar o mundo, há um brusco rompimento com valores tradicionais, fortemente ligados à concepção religiosa. Nos tempos atuais, com a globalização e com intensos processos de mudança, não fornece novos valores que preencham os anteriores demolidos, ocasionando uma espécie de vácuo de significado no cotidiano de muitos indivíduos. Há um sentimento de se "estar à deriva," participando inconscientemente dos processos coletivos e sociais, com uma perda quase total da atuação consciente e da identidade.

Em sua obra "A divisão do trabalho social" (2013), Émile Durkheim teorizou o conceito da anomia, no qual ele define o termo como uma condição em que as normas sociais e morais são confundidas, pouco esclarecidas ou simplesmente ausentes, assim

“um corpo de regras é a forma definida que, com o tempo, adquirem as relações que se estabelecem espontaneamente entre as funções sociais, podemos dizer *a priori* que o estado de anomia é impossível onde quer que os órgãos solidários se encontrem em contato suficiente e suficientemente prolongado. De fato, sendo contíguos, eles são facilmente advertidos, em cada circunstância, da necessidade que têm uns dos outros e, por conseguinte, possuem um sentimento vivíssimo e contínuo de sua dependência mútua.”(Durkheim, 2013, pág. 385).

Este tema será mais aprofundado em um capítulo posterior onde será perguntado qual será o futuro do ensino superior em nosso país.

Como o desenvolvimento na sociedade é “limitado”, e como consequência limita o aprendizado, isto faz com que os jovens se desenvolvam com limites.

“suas representações sobre a política e suas instituições como algo alheio a sua realidade, visto que, por meios convencionais, não, conseguem alterar o cenário no qual estão inseridos. Este fenômeno é agravado pelos argumentos mais aceitos na política contemporânea de que os políticos em vez de melhorar estão piorando e que são de péssima qualidade. (Baquero, 2004, pág. 125).

### **3.5. A questão da não participação Política da juventude**

Este capítulo pode se iniciar dizendo que “Os jovens brasileiros de hoje são alienados, apertados, não possuem senso crítico e a imprensa é uma das grandes culpadas, bem como o processo educacional atual”. Esta opinião foi retirada de uma entrevista<sup>9</sup> do jornalista Paulo

---

<sup>9</sup> <http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/2010/01/06>.

Henrique Amorim que, contundente, acredita ser a internet uma saída para a mediocridade da imprensa e da falta de discussão política na sociedade. Aqui verificamos um dos pontos já discutidos, o Capital Social como uma forma de inserção destes jovens na política através das redes, mas para Baquero

“[...] vários estudos tem mostrado que existe atualmente um declínio de capital social, ou seja, na habilidade das pessoas trabalharem juntas. Os jovens não demonstram uma predisposição ao desenvolvimento de redes e normas que valorizem e facilitem uma ação coordenada e cooperativa” (BAQUERO, 2004, pág. 131).

A falta de uma normatização política no ensino dos jovens, fazendo parte da educação, tira esta condição dele ser portador de uma soberania política, “Entretanto ser cidadão não é algo que cresce naturalmente nos homens, é preciso aprender a sê-lo e para isso é absolutamente essencial uma educação política” ( KEIL, 2004).

Para este tópico vou utilizar o trabalho de Ivete Keil “Dos Jovens Contestadores aos Jovens de hoje” onde ela realizou uma pesquisa com jovens universitários de duas épocas distintas: um grupo que nasceu em meados do período militar e viveu na década de 1990 e o outro grupo que nasceu no período anterior ao período militar. Conforme a autora, a razão para a realização deveu-se a constatações de que a política está em uma fase crítica, e isto a levou a querer saber como está o comportamento político dos brasileiros. Para isto desenvolveu pesquisa com estas duas gerações distintas que viveram tempos políticos diferentes. Assim para ela o

“interesse específico nesta investigação é conhecer a socialização política dos jovens universitários pesquisados, o que eles pensam a respeito da política e chamar atenção para a importância da educação neste campo como necessária a produção de subjetividades capazes de (re)aprender a ação política, liberar e defender as relações que determinam a sociedade democrática e o exercício da cidadania”. (KEIL, 2004, pág.19).

A verificação de diferente condição de cultura política nestas duas épocas foi visível, onde na primeira época a autora se refere ao período como “anos de chumbo”, mas também parece que foi um período em que mais se teve participação política da sociedade e dos jovens, que conforme a autora, foi “através de mobilizações políticas radicais” que ocorreu um dos fatos mais importantes da época, a intervenção através do AI5. Para o momento atual a autora faz uma observação com referência à globalização, no qual ela diz que “O capital conseguiu que as relações econômicas se tornassem mais independentes do controle político

e, conseqüentemente, a soberania política declinou” (KEIL, 2004), e que “ O século XXI parece produzir outro jovem a sua semelhança – apático, alienado, despolitizado e muito mais consumidor” (KEIL, 2004, pág. 24). Estes pontos são fundamentais para entendermos a questão da educação concatenada a ações políticas. Através destes estudos, podemos verificar que no período em que tínhamos duas disciplinas obrigatórias de política, havia um maior entendimento, uma maior participação dos estudantes. Havia assim neste período maiores contestações e reivindicações nas escolas e em todo o Brasil. Também neste período pesquisado pela autora, tivemos a criação de um dos maiores partidos políticos de esquerda, o qual fez com que ocorressem as maiores paralisações jamais vistas na área da indústria e automotiva. Pelos estudos os jovens e a sociedade eram extremamente politizados, levando-se a constatar que este nível de cultura política originava-se de uma escolarização mais direcionada.

Em sua pesquisa a autora fala que

“Podemos constatar que, diferentemente dos jovens que lutaram pelos ideais democráticos durante o período de chumbo, os jovens de hoje estão desinteressados pelo bem comum, desencantados. Falta-lhes afeto pela política e parecem não possuir convicção arraigada dos valores da democracia. De fato observa-se na sociedade Brasileira que tantos os movimentos estudantis quanto a participação política dos jovens estão se tornando quase inexpressivos” (KEIL, 2004, pág. 27),

mas que no período militar no Brasil “os jovens lutavam contra a ditadura militar, contra a reforma educacional, contra o autoritarismo. Essas mobilizações políticas radicais dos estudantes foram utilizadas como argumento para o fechamento do Congresso e para a decretação do AI5<sup>10</sup>”. (KEIL, 2004).

Hoje em um país que se diz ser uma democracia, não temos mais nenhum destes processos políticos, o país está adormecido, a juventude não sabe nem o que é cultura política, conforme a autora, “Atualmente os jovens estão frequentemente ausentes das estruturas políticas e na maioria das vezes não as compreendem, mas será que eles tem realmente possibilidade de fazê-lo?” (KEIL, 2004).

A autora diz que, na visão dos jovens, as instituições e questão política perdem a cada dia a credibilidade e

---

<sup>10</sup> O AI-5 foi emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Isso resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais.

“A perda da credibilidade, tanto política quanto institucional produz ruptura dos laços que unem os jovens ao fazer político, isto é, aos referenciais que podem influenciar a produção de uma subjetividade política crítica capaz de lutar pela emancipação e pela democracia” (KEIL, 2004, pág. 31).

Os jovens se sentem excluídos das realidades políticas, desta forma eles se desinteressam por que se sentem impotentes face a distância que há entre o conhecer e a experiência política, eles se sentem incompetentes para o mundo político. Assim, “A educação política comprometida com os ideais democráticos deve produzir ferramentas de análise da realidade, muito mais amplas e adequada” (KEIL, 2004).

A autora refere que temos uma desordem nacional, evidenciada no desmantelamento do Estado-Nação, no declínio da renda, na enorme corrupção que assola o país, na impunidade do nosso corpo político, aumento da violência, justiça social nula, e todos estes pontos em que os jovens ficam desencorajados. Ora, todos estes problemas estão ligados a questão política, às ações dos políticos e de políticas públicas ineficientes. Na minha concepção, esta educação de qualidade teria que ter no currículo, disciplinas de educação política, melhores conteúdos, um sistema de verificação que não fosse facilitado e que pudéssemos ver verdadeiramente a progressão dos alunos e assim poder corrigir distorções fora de um padrão. Desta forma há um enorme desinteresse e incapacidade dos jovens atuais de compreender os conflitos políticos, e

“É sob esta perspectiva de um Brasil sem projeto próprio que podemos entender o comportamento dos jovens e daí pensar sobre as suas e as nossas reais possibilidades históricas. Ora, os jovens entrevistados dizem que não dispõem de elementos-chaves para a compreensão da realidade social, econômica e política contemporânea” (KEIL, 2004, pág 33).

O mundo mudou e com eles os jovens, conforme a autora o compromisso político e cultural dos jovens que viveram nos anos 60 e 70, incontestavelmente os tornaram os principais personagens do período. As ondas de contestações nos anos 60 e 70 partiram de dentro dos campos universitários e escolas, com a soma de uma pequena parcela da sociedade.

Além de haver nos jovens de hoje um completo “buraco negro”, não só em relação a questão política, mas também quanto ao aprendizado como um todo, a autora relata que a maioria dos pesquisados mostrou “uma completa ignorância no assunto”. Alguns sequer “sabiam que houve no Brasil recente uma ditadura militar” e que jovens foram perseguidos.

Os pontos colocados anteriormente por mim de lacunas históricas do Brasil serem omitidas ou não ensinadas dentro das escolas e das universidades se confirmam neste estudo da Keil. Em uma visão de qualidade de educação, é inaceitável que universitários não tenham sequer conhecimento de um dos momentos históricos mais importantes do nosso país.

Na pesquisa, alguns jovens apontaram os problemas políticos, econômicos e sociais como “uma decorrência da educação” e “se no Brasil tivesse educação para a cidadania[...] fosse ensinado respeito, as pessoas exigiriam respeito e não deixariam os políticos fazerem e acontecerem. Muitas coisas poderiam mudar com a educação” (KEIL, 2004, pág.38). Assim fecha esta leitura, quando jovens dentro das escolas percebem estas lacunas existentes na educação, lacunas que não são percebidas ou são intencionalmente deixadas em branco por quem faz a educação, temos que nos perguntar se é para poderem assim ter controle de uma sociedade que não consegue pensar em agir. Vimos assim na pesquisa que nos anos 60 e 70 o nível cultural e políticos eram mais ativos, talvez em razão de uma educação mais direcionada a estes conteúdos. Esta colocação com certeza carece de uma aprofundamento e pesquisas mais detalhadas, haja visto que vários estudos divergem deste ponto.

Rute Baquero desenvolveu um trabalho semelhante, centrando basicamente na análise da participação política dos jovens estudantes, suas práticas e valores de representações, a partir da matriz observada nos anos 60 e 70. Para este trabalho a autora examinou publicações expressas pela Revista Ensino na década de 60 e 70, e analisou a compreensão dos jovens daquela época a partir de textos desta revista.

A leitura nos permite verificar que o estudo teve em um dos pontos a mesma conclusão da obra da Keil, no qual os jovens daquela época eram muito mais politizados do que os jovens de hoje. Isto nos permite verificar que existe um vazio dentro das escolas hoje de um ensino dirigido para a política, como havia naquela época e que se estendeu até o ano de 1993. As questões de civismo eram aprendidas dentro das escolas, a cultura política era transmitida através de duas disciplinas (OSPB e OMC) para os jovens do ensino básico ao ensino médio. Quando estes jovens chegavam nas universidades com toda uma bagagem de conhecimento que traziam dos ensinamentos de base, era coerente eles terem uma cultura social e política mais forte para exigir melhorias em suas vidas.

“Não se trata, creio, de criar polarizações a respeito dos jovens dos anos 60 e dos jovens dos anos 90, do “jovem politizado” em oposição ao “jovem alienado”, e sancioná-los pela ciência, mas de problematizar o seu processo de socialização, buscando um entendimento a respeito de sua participação social e política”.(BAQUERO, 2004, pág. 50).

Assim como nas experiências das instituições onde

“Os indivíduos aprendem orientações políticas, de modo intencional, em classes de civismo, mas também aprendem através de outras experiências que não tem o objetivo de se constituir em lições sobre política, como quando os jovens ouvem os pais discutindo política ou quando observam a ação do sistema político” (BAQUERO, 2004, pág. 50).

A obra nos traz também outras informações retiradas dos textos das revistas, no qual o direcionamento dos conhecimentos, tanto para jovens como para os adultos, eram para a condição do Capital Humano, da educação pensada para a produção. Conforme a autora “no período de 64 a 74, o discurso da revista se pauta teoricamente na economia da educação, de cunho liberal, na chamada teoria do capital humano” (BAQUERO, 2004, pág. 57). Em um segundo momento, no “período de 75-78, o discurso em relação à Educação de Adolescentes, enfatiza a integração social e uma pedagogia de consenso”, ( BAQUERO, 2004, pág. 56).

Quanto a questão de ser dirigida ao Capital Humano, não houve alteração neste processo, haja visto que todas as pesquisas fazem a relação entre a renda e escolaridade, as duas andam linearmente.

O que temos assim nas duas pesquisas é que tínhamos uma educação direcionada tanto ao processo de formação política, quanto ao preparo para o mercado, objetivos estes que não estão muito presentes em nossas escolas, onde podemos dizer que nossas instituições não estão mais preparadas e não estão preparando nossos jovens, o objetivo da educação hoje é somente transformar em números os números transformados, isto porque

“Em geral, os esforços dos sistemas educativos tem se orientado na direção de um processo de democratização da educação, isto é, visando garantir acesso a demanda por educação a contingentes cada vez maiores da população do país, buscando, ao mesmo tempo, a sua permanência na escola e a redução das taxas de evasão escolar” (BAQUERO, 2009, pág. 260).

Este processo que se auto alimenta de aprovações e diminuição da evasão escolar, desconsiderando totalmente um currículo mais elaborado, planejado e dirigido para melhora do processo de aprendizado, nos deixa refém deste processo de “democratização da educação”. Assim este trabalho tenta mostrar através de fundamentos e dados, que a questão de permanência do aluno na escola e redução da evasão, não está contribuindo em nada para o objetivo esperado que é a melhoria da qualidade de ensino e de aprendizado dos jovens.

### 3.6. Qual o futuro para o ensino superior?

Aqui iremos tecer algumas considerações sobre o quadro atual do ensino superior. Algo que não se ouvia falar até uns cinco anos atrás, hoje é assunto comum em livros e reportagens diversas sobre o nível de analfabetismo funcional dentro das universidades. Diante do exposto, podemos mostrar uma preocupação com os rumos das universidades e coloca em cheque a qualidade do nível cultural dos formandos. As preocupações que antes eram inerentes ao ensino pré-universidade, hoje se estenderam a elas, e a razão pode estar interligada as deficiências na educação básica que levam os estudantes com problemas de alfabetização ao ensino superior. Ainda temos uma premissa de que, no ensino superior, estão em formação cidadãos críticos e pensantes para o exercício de sua função, de maneira que a interpretação dos instrumentos utilizados pelos universitários não pode passar despercebida dentro das atividades adotadas pelos professores. Hoje temos conforme dados de pesquisa<sup>11</sup>, que os jovens que saem do ensino regular e ingressam no ensino superior, tem níveis baixíssimos de compreensão dos conteúdos e defasagem de aprendizado, o chamado analfabetismo funcional<sup>12</sup>, fazendo com que isto interfira no desenvolvimento intelectual destes alunos dentro das universidades.

O que temos verificado são universidades regredindo do seu objetivo fundamental, que seria dar continuidade ao aprofundamento e especialização do conhecimento, que deveriam ter sido administrado no ensino básico. Nessa perspectiva, questiona-se: A universidade está tomando para si um papel que não deveria ser seu: o de ensinar o básico? Os jovens estão preparados para o ensino superior? Até que ponto essa defasagem trará prejuízo para o aluno no exercício de sua profissão? E até que ponto esse fator prejudica o ensino superior, tirando seu foco real de ensino para o ensino básico?

O analfabetismo funcional nas universidades não é uma ficção, mas sim uma realidade. Segundo um estudo do IPM (Instituto Paulo Montenegro) e da ONG Ação Educativa, 38% dos alunos de universidades brasileiras não dominam habilidades básicas de leitura e escrita, ou seja, são analfabetos funcionais. Apesar deste estudo não ser oficial por parte do governo, ele é supervisionado pelo IBOPE, através de uma equipe de inteligência, assim podemos dizer que há credibilidade nos números e dados.

---

<sup>11</sup>. [http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf](http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf)

<sup>12</sup>. Livro Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do Inaf, publicado em 2015 pela Editora Autêntica\*.

\*. As duas instituições contaram com a parceria do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Juventude e Ação Comunitária (Cenpec)



Conforme se verifica na página 08-Tabela 2a da citada pesquisa, apenas 22% situam-se na condição de proficiente da escala considerada, que vem a ser um critério mínimo ao acadêmico de ensino superior, isto é, seu grau de proficiência em seu nível de alfabetização. A pesquisa deste Instituto demonstra a existência de apenas 22% de alunos nessa situação, por conseguinte 78% dos demais alunos não são, neste nível de ensino, alfabetizados funcionalmente.

Para corroborar estes números, em 2012, um levantamento feito pelo professor Afonso Celso Tanus Galvão da Universidade Católica de Brasília, deflagrou questionamentos na sociedade acadêmica, pelo fato de ter identificado um índice de analfabetismo funcional ligeiramente maior do que 50% em sua pesquisa. O estudo, entretanto, foi feito apenas com 800 alunos de seis faculdades do Distrito Federal.

Apesar destes números não serem oficializados pelo Estado, eles têm credibilidade devido a fonte no qual foram gerados. Este estudo está sendo referenciado neste capítulo para dar fundamento a este trabalho de que o problema da estrutura política brasileira estar corrompida e mesmo assim perdurar o processo de descaso com o social pelas instituições representativas, é consequência em quase toda sua totalidade do nível cultural e da qualidade do ensino. O analfabetismo funcional é um fenômeno multifacetado que se confunde com a organização histórica da estrutura social brasileira, de uma sociedade apartada e excludente, onde estamos negando a muitas pessoas um direito à uma alfabetização digna e de qualidade para fazer frente ao mundo. Entretanto, nossas instituições responsáveis pela educação ainda não afirmaram sua responsabilidade para corrigir estes desvios e dar uma educação de qualidade, produzindo assim a cada dia, um maior número de analfabetos funcionais. Desta forma parece ficar marcado o analfabeto funcional como gerador do problema e o semianalfabetismo como enfermidade social.

A educação superior também é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), onde as funções da educação superior estão descritas entre os artigos 43 até o artigo 57. Fazendo um pequeno resumo de qual seria a finalidade da educação superior, a lei diz que ela significa: “estímulo da produção cultural - espírito científico e pensamento crítico - formação contínua - divulgação de conhecimentos - e permanente aperfeiçoamento cultural, numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração”.

Ione Ribeiro Valle et al ( 2015) em sua obra “O Fim dos Intelectuais Acadêmicos”, faz uma reflexão sobre a questão da estrutura das universidades, seus professores e para qual fim ela está sendo designada. A autora refere os ajustes ultraliberais na economia e a reforma do

Estado, atingindo assim as universidades no que seria seu objetivo final, formar alunos com qualidade e formatar pesquisas científicas coerentes, mas o que está ocorrendo é uma diretriz para produção de trabalhos, não importando que os mesmos sejam repetições e cópias com uma pequena alteração no título e alguns parágrafos, mas a mesma essência, o que está importando é quantos e não quais.

“A mercadorização da ciência, sua utilização cada vez maior para o aumento da produção e do mais valor, que implica controle cada vez mais estrito do processo do fazer científico e de trabalho de pesquisador, sob regimes de tempo e produtividade cada vez mais curtos e rígidos, impõem-se como determinantes dessa verdadeira metamorfose de intelectuais críticos em profissionais (alienados) da pesquisa ou intelectuais institucionais”(VALLE et al, 2015, pág. xi).

A autora então observa que já não se produz mais dentro das universidades o intelectual que é um lutador contra o autoritarismo, o intelectual que está sempre um passo na frente, mas a produção hoje são de intelectuais que se inserem na “fast science”, ou os intelectuais de produtivismo acadêmico, vendidos e atrelados ao financiamento e que se submeteram ao Estado e ao Capital, e os defensores deste movimento

“entendem que o mundo da ciência sofre de uma doença grave, vítima da ideologia da competição selvagem e da produtividade a todo preço. A praga cruza os campos científicos e as fronteiras nacionais. O resultado é o distanciamento crescente dos valores fundamentais da ciência: o rigor, a honestidade, a humildade diante do conhecimento, a busca paciente da verdade.

A “macdonaldização” da ciência produz cada vez mais artigos científicos, atingindo volumes muito além da capacidade de leitura e assimilação dos mais dedicados especialistas. Muitos trabalhos são publicados, engrossam as estatísticas oficiais e os currículos de seus autores, porém poucos são lidos e raros são, de fato, utilizados na construção da ciência” ( VALLE et al, 2015, pág. xvi).

Ora, o que temos em nossas escolas hoje para o ensino regular, nada mais é do que o reflexo da situação acima. Em muitos casos os produtores de produções improdutivas, são os mesmos “intelectuais” que estão no “comando” e fazendo as diretrizes, bases curriculares e novas metodologias de aprovação para o ensino já carente de qualidade. O que temos então em nossa educação desde o ensino básico, podemos chamar de uma “fast education” ao invés de “fast science”, ou seja, assim como as produções em série dentro das universidades, estes intelectuais estão também instituindo o mesmo sistema ao ensino, uma rápida educação com aprovações duvidosas para “remover” das escolas o mais rápido possível os alunos, com muitas aprovações sem qualidade, produzindo assim números para dados estatísticos positivos. Analogicamente, temos um espelho entre as “produções que não serão sequer

utilizados na construção da ciência”, com a enormidade de alunos aprovados que não poderão ser utilizados no mercado devido ao baixo aprendizado.

Assim temos que questionar: “O que ou quem quereria o fim desse tipo de intelectual, tão necessário para a manutenção e o avanço da democracia?” (VALLE et al, 2015). Da mesma forma indagamos: - O que ou quem quer o fim dos alunos que pensam, raciocinam, conseguem ter uma visão, tão essenciais para manutenção do controle democrático, ético e político das nossas instituições bem como dos políticos?

A autora, ao romper com um sistema de submissão do ensino superior aceito por diversos intelectuais, faz críticas construtivas chamando a atenção para o

“que pretendemos é, ao colocar o dedo na ferida, identificar e analisar os problemas da pós-graduação brasileira, não para nos (auto)alfinetar masoquisticamente, mas para, ao compreendê-los, inserir elementos mobilizadores de posicionamento alternativos ao status quo”( VALLE et al, 2015, pág. 6).

A autora busca assim alertar sobre este caminho tomado dentro das universidades, da perda da qualidade das pesquisas e produções improdutivas (grifo meu), fazendo com que a excelência retorne as condições anteriores desta intromissão capital, de uma “troca” de “número mínimo de produções” por financiamentos dentro das universidades, desviando o verdadeiro foco da mesma (vide par. 43 a 57 da LDB). Desta forma somente o retorno do

“rigor teórico-metodológico, pelo qual se supõe ficar livre de certos “cães de guarda”, protege o pesquisador das armadilhas da segmentação, da delimitação de territórios, da dissolução do objeto em elementos parcelares, fragmentados, esmiuçados. Somente a “reflexividade crítica” permite ir além da compreensão do mundo em que se vive, para colocar-se em xeque o próprio mundo intelectual” (VALLE et al, 2015, pág. 10).

Outros questionamentos importantes também são levantados nesta obra, um deles se refere as avaliações da CAPES, sobre “focalizar o processo e os resultados da avaliação da pós-graduação significa levantar, precisamente, interrogações sobre o processo de produção e veiculação do conhecimento e os problemas a ele afetos, bem como sobre os envolvidos no processo, isto é, quem se beneficia e quem é excluído.” (VALLE et al, 2015, pág.29). Este enxerto vem ao encontro com os questionamentos já feitos anteriormente neste trabalho, “quem se beneficia e quem é excluído” do atual modelo do ensino regular? Com estes questionamentos e indagações trazidas pelas autora, qual será o futuro das nossas universidades?

A literatura da autora trabalhada até o momento é direcionada para a pós-graduação, mas não deixa de ser uma continuação de um mesmo processo e problema que vem ocorrendo desde a base de nossa educação até o ensino superior. A autora denominou este processo como “racionalismo de mercado” – “ideologia justificadora do mercado econômico como cosmos específico, característico de uma fase específica do desenvolvimento do capital” (VALLE et al, 2015), intervindo e interferindo dentro das universidades com financiamentos no real sentido produtivo e de produções. “A racionalidade do *Homo academicus* estaria então sendo absorvida pela lógica do *Homo economicus*?” (VALLE et al, 2015).

Dentro desta lógica, o analfabetismo funcional e a pobreza em todos os níveis da educação no Brasil passam a ser visto como um resultado seletivamente orientado, funcional aos interesses,

“justo e necessário, decorrente da inação, da estupidez, do idiotismo intelectual daqueles que não possuem as disposições para se orientarem de modo adequado em um mundo complexo, meritocrático, governado por leis econômicas inexplicáveis e tecnologias inapreensíveis (deus ex machina)”. (VALLE et al, 2015, pág. 37).

Baseado nestas dissertações, percebemos que sem uma intervenção racional dos nossos intelectuais neste sistema de ensino desigual, para trabalhar a mudança correta no processo educacional do Brasil e termos uma melhor qualidade de ensino, nada será possível, porque

“É evidente que eliminar estas desigualdades não está no horizonte axiológico do racionalismo de mercado, até porque a eliminação radical das desigualdades / iniquidades significaria a dissolução do próprio sistema vigente” (VALLE et al, 2015, pág. 37).

Temos assim que nos preocupar com estas evidências de interferências externas em processos internos das nossas instituições educacionais e familiar, que estão sendo inseridas de uma forma imperceptível através de pequenas ações pontuais: nas famílias inversão de valores; nas escolas mudanças nos currículos, nas maneiras de aprovações, no empoderamento dos alunos sobre os professores, tudo com o objetivo de mantermos nosso contingente de analfabetos funcionais aos níveis de hoje, pessoas estas que não serão problemas para o objetivo político e social deste sistema de domínio imposto hoje no Brasil, que é formado por uma super estrutura dominante composta de pessoas e empresas.

### 3.7. A Qualidade da Educação

Podemos discutir diversos termos sobre a educação brasileira, e nos últimos anos temos muitos intelectuais e educadores sendo avalistas do Estado em pontos duvidosos para tentar explicar o retrocesso no nosso sistema de ensino e justificar a perpetuidade da baixa qualidade da nossa educação. Os capitais: Social, Humano e Cultural que poderiam ser trabalhados e que ajudariam nesta recuperação da nossa educação, não podem ser utilizados por que estas ferramentas dependem de conhecimentos para poder funcionar, e como esta variável (conhecimento) é a que está em um dos níveis mais baixos em nosso país, estes recursos dos capitais são sub-utilizados ou quando colocados como ferramentas para solução de problemas, não funcionam.

O analfabetismo funcional deve ser tratado como uma forma extrema de carência educacional, e esta preocupação com o analfabetismo e possível remontar às teorias pedagógicas e políticas de Paulo Freire, que, na década de 1960, tratou de associar a “aprendizagem da língua escrita com o processo de tomada de consciência dos direitos sociais e políticos da população carente” (FREIRE, 1996). As questões já destacadas anteriormente de utilização de dados pelo Estado para divulgar uma melhora que não existe na educação é algo preocupante. Acesso e aumento do índice de aprovação deveriam hoje serem questões secundárias, não que estas duas questões não sejam importantes, mas são questões básicas, mas mesmo assim ainda dominam grande parte do discurso e da opinião pública, enquanto as “questões de conteúdo e qualidade, que são mais sérias e difíceis de enfrentar, não têm recebido a prioridade que merecem”, (SCHWARTZMAN, 2005), há somente um discurso e nenhuma ação ou pelo menos uma vontade concreta para corrigir.

Na condição educacional atual faltam competências básicas para a maioria dos alunos saindo do ensino médio, competências estas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias. O que temos então com a nossa educação são resultados constrangedores como o do último exame internacional (PISA), onde ficamos em 63º lugar em 70 países. A concepção que está sendo levada para dentro das escolas com as últimas reformas, parece já estar na condição de se fazer os alunos aprenderem a escrever, na condição de que aprender a escrever é aprender a pensar, mas como escrever atualmente é uma atividade em declínio, então talvez esta seja a resposta dos índices inaceitáveis da educação.

### 3.7.1. Os números da educação

Os números de nossa educação hoje não são nada animadores para um país que vive uma série crise política, de empregos e social com o aumento dos níveis de pobreza conforme as últimas divulgações. O processo de declínio e de estagnação já perduram por mais de 20 anos, já ocorreram diversas reformas, uma das maiores reformas ocorreu em 1996 com a LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabeleceu as novas diretrizes e bases da educação nacional, mas mesmo assim teve uma queda nos níveis de qualidade nos anos seguintes. Neste mesmo período diminuíram os níveis de pobreza no Brasil<sup>13</sup> e aumentaram os investimentos em educação. Qual é o fator então que está interferindo para podermos ter um crescimento nos índices de qualidade de nossa educação, mesmo que medíocres?

Os números mostram uma curva acentuada descendente na qualidade de nossa educação conforme vai se evoluindo os níveis escolares, quando o correto seria esta curva ser ascendente, isto requer dizer que nos anos finais a nossa educação deveria ter uma melhor qualidade. Os números que foram avaliados se referem aos últimos anos do ensino fundamental (5ª série); educação básica (9ª série) e ensino médio (3º ano). E as variáveis aqui analisadas foram a aprendizagem e níveis de proficiência conforme os níveis de ensino.

### 3.7.2. - IDEB 2015 Análise estatística

As análises feitas quantos aos índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), mostram que os mesmos estão em regressão constante ano após ano. Para o 5º ano do ensino fundamental em 2009 e 2011, todos os Estados da federação atingiram os níveis propostos, em 2013 tivemos dois Estados que não atingiram os níveis estipulados e em 2015 foram 5 Estados, isto dá uma queda no nível de qualidade pelo IDEB nesta série de 18,52%.

Para as próximas séries, o índice continua a piorar, para o 9º ano do ensino básico em 2009 eram somente 11,11% dos Estados que não atingiram o índice, a qualidade da educação foi decaindo e em 2011 eram 25,92%, em 2013 foi 70,37% e em 2015 este índice decaiu para 88,88% , Sendo que 3 Estados da federação atingiram as metas do IDEB propostas pelo governo para a 9ª série do ensino básico.

---

<sup>13</sup> . <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/brasil-reduziu-extrema-pobreza-em-63%-em-10-anos-e-manteve-conquistas-na-crise.-1>

No 3º ano do ensino médio em 2009 tivemos 5 Estados que não atingiram o índice, isto equivale a 18,52% dos Estados, em 2011 foram 44,44% dos Estados, em 2013 foi de 85,19% e em 2015 este índice chegou a 92,59% , que é um índice que podemos chamar de alarmante, é um índice inaceitável para o Brasil que é a sétima economia mundial. Isto que a média das metas propostas aos Estados era de um IDEB de 4,12 – ou seja, 50% de uma meta de 8,0 que seria de um IDEB ideal. Todos estes dados estão estratificados nos Tabelas I, II e III abaixo.

TABELA I

IDEB 5º ANO ENSINO FUNDAMENTAL														
Ideb observado							Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3,4	3,8	4,3	4,6	5,1	5,3	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
Alagoas	2,5	3,3	3,7	3,8	4,1	4,3	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
Amapá	3,2	3,4	3,8	4,1	4,0	4,3	3,2	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
Amazonas	3,1	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	3,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Bahia	2,7	3,4	3,8	4,2	4,3	4,4	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5
Ceará	3,2	3,8	4,4	4,9	5,2	5,7	3,2	3,6	4	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4
Distrito Federal	4,8	5	5,6	5,7	5,9	5,6	4,9	5,2	5,6	5,8	6,1	6,3	6,6	6,8
Espírito Santo	4,2	4,6	5,1	5,2	5,4	5,5	4,3	4,6	5	5,3	5,6	5,8	6,1	6,3
Goiás	4,1	4,3	4,9	5,3	5,7	5,6	4,2	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6	6,2
Maranhão	2,9	3,7	3,9	4,1	4,1	4,4	2,9	3,3	3,7	4	4,2	4,5	4,8	5,2
Mato Grosso	3,6	4,4	4,9	5,1	5,3	5,5	3,7	4	4,4	4,7	5	5,3	5,6	5,9
Mato Grosso do Sul	3,6	4,3	4,6	5,1	5,2	5,3	3,6	4	4,4	4,7	5	5,2	5,5	5,8
Minas Gerais	4,7	4,7	5,6	5,9	6,1	6,1	4,8	5,1	5,5	5,7	6	6,2	6,5	6,7
Pará	2,8	3,1	3,6	4,2	4,0	4,3	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5
Paraíba	3	3,4	3,9	4,3	4,5	4,5	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5	5,3
Paraná	4,6	5	5,4	5,6	5,9	6,1	4,7	5	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6
Pernambuco	3,2	3,6	4,1	4,3	4,7	4,6	3,3	3,6	4	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
Piauí	2,8	3,5	4	4,4	4,5	4,6	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
Rio de Janeiro	4,3	4,4	4,7	5,1	5,2	5,2	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4
Rio Grande do Norte	2,7	3,4	3,9	4,1	4,4	4,4	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5
Rio Grande do Sul	4,3	4,6	4,9	5,1	5,6	5,5	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Rondônia	3,6	4	4,3	4,7	5,2	5,3	3,7	4	4,5	4,7	5	5,3	5,6	5,9
Roraima	3,7	4,1	4,3	4,7	5,0	5,1	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
Santa catarina	4,4	4,9	5,2	5,8	6,0	6,1	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6	6,3	6,5
São paulo	4,7	5	5,5	5,6	6,1	6,2	4,8	5,1	5,5	5,8	6	6,3	6,5	6,7
Sergipe	3	3,4	3,8	4,1	4,4	4,1	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5	5,3
Tocantins	3,5	4,1	4,5	4,9	5,1	5,0	3,6	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7

TABELA II

IDEB 9º ANO ENSINO BÁSICO														
Ideb observado							Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3,5	3,8	4,1	4,2	4,4	4,4	3,5	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
Alagoas	2,4	2,7	2,9	2,9	3,1	3,2	2,5	2,6	2,9	3,3	3,7	3,9	4,2	4,5
Amapá	3,5	3,5	3,6	3,7	3,6	3,5	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
Amazonas	2,7	3,3	3,5	3,8	3,9	4,2	2,8	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
Bahia	2,8	3,0	3,1	3,3	3,4	3,4	2,8	3,0	3,2	3,6	4,0	4,3	4,5	4,8
Ceará	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,5	3,1	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1
Distrito Federal	3,8	4,0	4,4	4,4	4,4	4,0	3,9	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
Espírito Santo	3,8	4,0	4,1	4,2	4,2	4,1	3,8	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8
Goiás	3,5	3,8	4,0	4,2	4,7	4,6	3,5	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
Maranhão	3,0	3,3	3,6	3,6	3,6	3,7	3,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
Mato Grosso	3,1	3,8	4,3	4,5	4,4	4,5	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Mato Grosso do Sul	3,4	3,9	4,1	4,0	4,1	4,3	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
Minas Gerais	3,8	4,0	4,3	4,6	4,8	4,6	3,8	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,7
Pará	3,3	3,3	3,4	3,7	3,6	3,6	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
Paraíba	2,7	3,0	3,2	3,4	3,5	3,5	2,8	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
Paraná	3,6	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	5,6
Pernambuco	2,7	2,9	3,4	3,5	3,8	3,8	2,8	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,7
Piauí	3,1	3,5	3,8	4,0	4,0	3,9	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
Rio de Janeiro	3,6	3,8	3,8	4,2	4,3	4,0	3,6	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
Rio Grande do Norte	2,8	3,1	3,3	3,4	3,6	3,4	2,9	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
Rio Grande do Sul	3,8	3,9	4,1	4,1	4,2	4,2	3,9	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
Rondônia	3,4	3,4	3,5	3,7	3,9	4,1	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
Roraima	3,4	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
Santa Catarina	4,3	4,3	4,5	4,9	4,5	4,9	4,3	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2
São Paulo	4,2	4,3	4,5	4,7	4,7	4,7	4,2	4,4	4,6	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1
Sergipe	3,0	3,1	3,2	3,3	3,2	3,1	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,1
Tocantins	3,4	3,7	3,9	4,1	3,9	4,0	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4

TABELA III

IDEB 3º ANO ENSINO MÉDIO														
Ideb observado							Metas Projetadas							
Estado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Acre	3,2	3,5	3,5	3,4	3,4	3,6	3,2	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Alagoas	3,0	2,9	3,1	2,9	3,0	3,1	3,0	3,1	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Amapá	2,9	2,8	3,1	3,1	3,0	3,3	2,9	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Amazonas	2,4	2,9	3,3	3,5	3,2	3,7	2,4	2,5	2,7	3,0	3,3	3,7	4,0	4,2
Bahia	2,9	3,0	3,3	3,2	3,0	3,1	3,0	3,1	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Ceará	3,3	3,4	3,6	3,7	3,6	3,7	3,3	3,4	3,6	3,9	4,2	4,6	4,9	5,1
Distrito Federal	3,6	4,0	3,8	3,8	4,0	4,0	3,6	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4
Espírito Santo	3,8	3,6	3,8	3,6	3,8	4,0	3,8	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6
Goiás	3,2	3,1	3,4	3,8	4,0	3,9	3,3	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1
Maranhão	2,7	3,0	3,2	3,1	3,0	3,3	2,8	2,9	3,0	3,3	3,6	4,1	4,3	4,6
Mato Grosso	3,1	3,2	3,2	3,3	3,0	3,2	3,1	3,2	3,4	3,7	4,0	4,4	4,7	4,9
Mato Grosso do Sul	3,3	3,8	3,8	3,8	3,6	3,7	3,3	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1
Minas Gerais	3,8	3,8	3,9	3,9	3,8	3,7	3,8	3,9	4,1	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6
Pará	2,8	2,7	3,1	2,8	2,9	3,1	2,9	2,9	3,1	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7
Paraíba	3,0	3,2	3,4	3,3	3,3	3,4	3,0	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8
Paraná	3,6	4,0	4,2	4,0	3,8	3,9	3,6	3,7	3,9	4,2	4,5	5,0	5,2	5,4
Pernambuco	3,0	3,0	3,3	3,4	3,8	4,0	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Piauí	2,9	2,9	3,0	3,2	3,3	3,4	3,0	3,1	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Rio de Janeiro	3,3	3,2	3,3	3,7	4,0	4,0	3,3	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1
Rio Grande do Norte	2,9	2,9	3,1	3,1	3,1	3,2	2,9	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,7
Rio Grande do Sul	3,7	3,7	3,9	3,7	3,9	3,6	3,8	3,9	4,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,5
Rondônia	3,2	3,2	3,7	3,7	3,6	3,6	3,2	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Roraima	3,5	3,5	3,4	3,6	3,4	3,6	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Santa Catarina	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8	3,8	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2	5,4	5,6
São Paulo	3,6	3,9	3,9	4,1	4,1	4,2	3,6	3,7	3,9	4,2	4,5	5,0	5,2	5,4
Sergipe	3,3	2,9	3,2	3,2	3,2	3,2	3,3	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1
Tocantins	3,1	3,2	3,4	3,6	3,3	3,4	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9



Analisando o índice de queda entre as três séries analisadas, vemos que o IDEB entre o 5º ano do ensino fundamental ( IDEB médio Brasil 5,11) e o 9º ano do ensino básico (IDEB médio Brasil 4,0), a queda é de 27,75% , e entre o 5º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio, esta queda é ainda mais acentuada, atingindo 41,94% - 5º ano do ensino fundamental ( IDEB médio Brasil 5,11) e o 3º ano do ensino médio (IDEB médio Brasil 3,6)

### **3.7.3. Comparativo entre as séries do ensino básico**

Neste tópico iremos analisar as duas séries do ensino básico e fazermos dois comparativos entre as mesmas, estes comparativo servirão para esclarecer a questão de que os índices melhoraram no comparativo aprendizagem. O aprendizado é uma sequência de conhecimentos e estes tem que vir em uma escala crescente ou no mínimo igual, para podermos dizer que temos um ganho no processo e a qualidade está melhorando.

No Gráfico 2 temos os dados dos anos de 2011 a 2015 e percebemos que realmente ocorreu uma pequena melhora no nível de aprendizado se comparando cada série. Mas a análise que deve ser feita se baseia no crescimento do nível de proficiência, no comparativo mostrado no Gráfico 3, entre as duas séries. Assim, devemos verificar se a linha de aprendizado segue uma normal sem muita diferença entre uma série e outra, e o que verificamos nas comparações entre as distintas séries é de uma queda abrupta no aprendizado, as linhas mostram que o nível de aprendizado tem quase uma queda livre, sendo que para o 3º ano do ensino médio, está queda é muito mais acentuada, vide dados acima do IDEB. Desta forma os dados que são passados como de melhora da educação por parte do governo, nada mais é do que uma distorção da leitura e de como a mesma deve ser lida para podermos entender nossa educação. Se olharmos de uma forma unidirecional por série, ocorreu uma pequena melhora, mas se olharmos pela forma macro de leitura do processo de educação, no qual é verificar esta tendência interligando os três níveis, a tendência se mantém constante e piorando nestes dados de ensino.

No Gráfico 3 verificamos esta queda no nível de aprendizado quando comparamos entre as duas séries, a 5ª série do ensino fundamental e a 9ª série do ensino básico. Tomamos o ano de 2015 como referência, na disciplina de Português a queda é de 20 pontos e em Matemática esta queda é de 25 pontos. Se analisarmos em termos percentuais, verificamos que a queda no rendimento é de 60% em Português e de 64,10% em Matemática. Esta queda é preocupante. No Gráfico 21, verificamos esta queda detalhada por cada Estado da Federação.

GRÁFICO 2

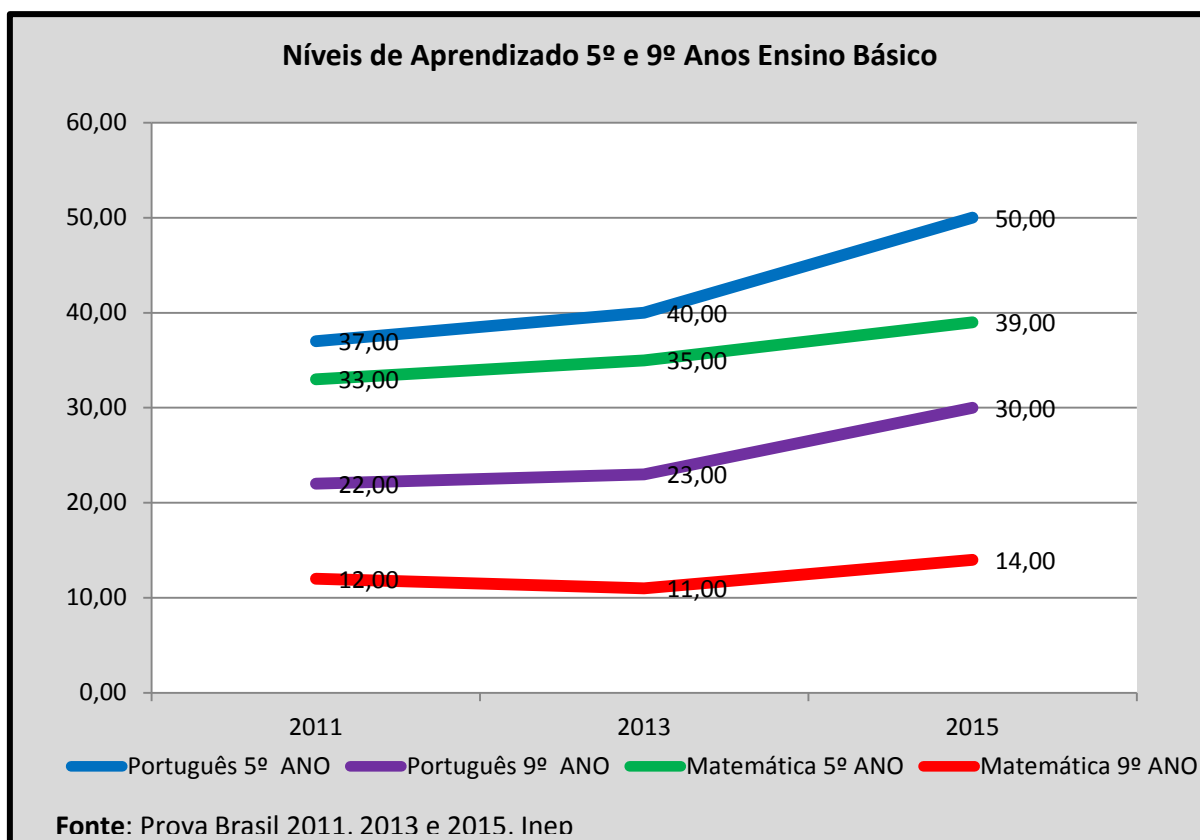
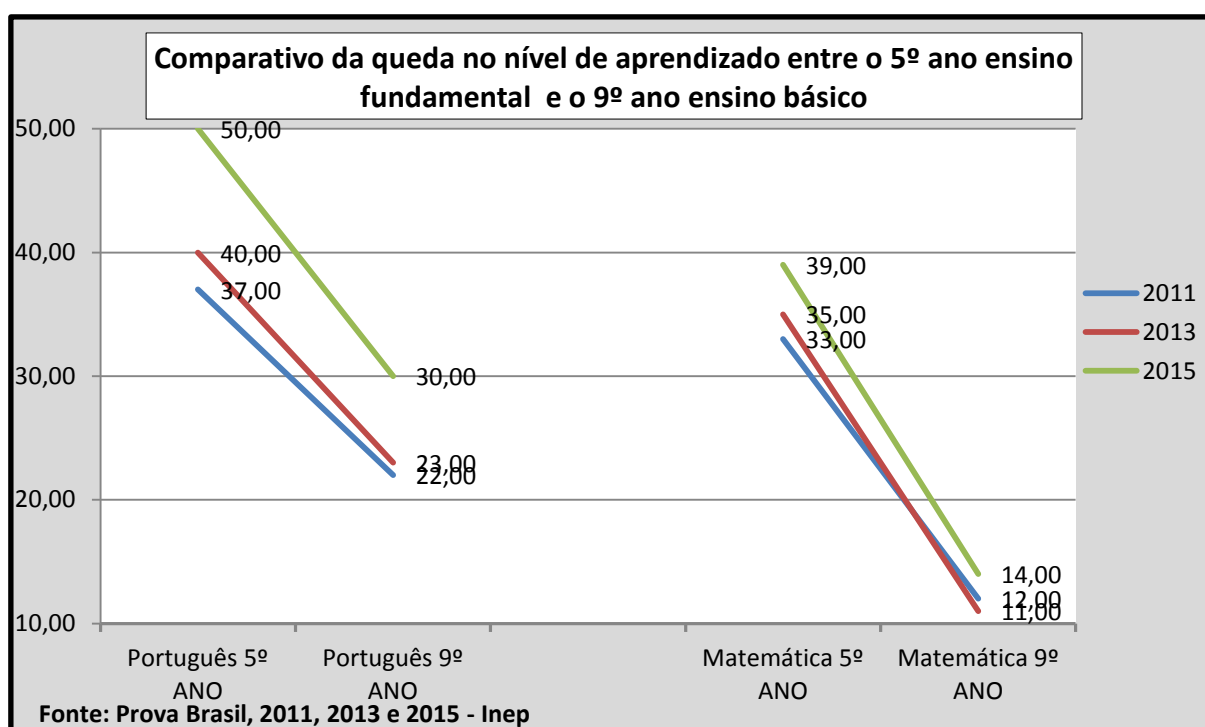


GRÁFICO 3



### 3.7.4. Análise comparativa do novo modelo de avaliação

Os níveis analisados neste tópico se baseiam em níveis de aprendizado entre 1995 e 2015. Os dados são do governo e estão em uma cartilha emitida pelo INEP para divulgação (SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Edição 2015 - Resultados). O objetivo de trazer diversos dados é para desconstruir as informações divulgadas de que a educação está em um nível crescente. Analisou-se as notas que foram tiradas pelos alunos na prova Brasil e no Enem e assim fazer um comparativo verificando as deficiências da educação.

O comparativo é feito em quatro níveis qualitativos de proficiência: Avançado; Proficiente; Básico e Insuficiente. O aprendizado adequado para os alunos engloba os níveis proficiente e avançado. Os níveis básico e insuficiente podem ser considerados como níveis de analfabetismo funcional.

Para entendermos este processo de avaliação e observar a qualidade do nosso ensino, temos que verificar como é feito o comparativo conforme a nota em cada eixo avaliado e conforme o novo sistema de avaliação adotado pelo governo a partir de 2007, denominado TRI<sup>14</sup>.

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual pode-se considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. No QEDU se considera que alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado.

---

<sup>14</sup> 1 A TRI é uma nova metodologia de análise do desempenho dos alunos. Ela é necessária porque os métodos estatísticos clássicos permitem apenas o uso de uma única prova, com um número limitado de itens, com prejuízo da cobertura dos tópicos dos programas que os alunos aprendiam. Os resultados obtidos tornavam-se dependentes dos alunos testados e dos itens utilizados. Essa limitação impedia o acompanhamento da evolução dos alunos ao longo de uma série histórica, atividade essencial quando se quer avaliar o impacto da adoção de políticas educacionais implementadas por uma Unidade da Federação ou de um País. A TRI permite a utilização de um grande número de itens em uma única avaliação, distribuídos em vários cadernos de teste, e não somente uma prova única, mas garantindo os resultados em uma mesma escala tanto para os parâmetros dos itens quanto para as proficiências (medida de desempenho) dos indivíduos avaliados. Essa metodologia teve origem em um artigo de Frederick M. Lord, de 1952, mas apenas pode ser aplicada na década de 1980, graças ao desenvolvimento das técnicas estatísticas e do avanço computacional. A TRI possibilitou um grande avanço na área de avaliação, pois permitiu a criação de uma escala de desempenho por área curricular, comum a diferentes anos escolares e anos de aplicação. Isso possibilita o monitoramento do desempenho de uma população de alunos em diferentes séries escolares e ao longo dos anos.

### **Legenda - Escala de Aprendizado<sup>15</sup>**

**Avançado:** Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.

**Proficiente:** Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.

**Básico:** Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugere-se atividades de reforço.

**Insuficiente:** Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É necessário a recuperação de conteúdos.

No Quadro I se apresenta a distribuição dos pontos da Escala SAEB nos níveis qualitativos utilizados pelo QEDU para cada disciplina e etapa escolar. Nos anexo III e anexo IV, se encontra a descrição detalhado do que representa cada nível em termos de pontuação para português e matemática para o 3º ano do ensino médio.

<b><u>Quadro I - Distribuição de pontos da Escala SAEB em níveis qualitativos</u></b>	
<b><u>Língua Portuguesa – 5º Ano</u></b>	<b><u>Língua Portuguesa – 9º Ano</u></b>
Insuficiente: 0 a 149 pontos	Insuficiente: 0 a 199 pontos
Básico: 150 a 199 pontos	Básico: 200 a 274 pontos
Proficiente: 200 a 249 pontos	Proficiente: 275 a 324 pontos
Avançado: Igual ou maior que 250 pontos	Avançado: Igual ou maior que 325 pontos
<b><u>Matemática – 5º Ano</u></b>	<b><u>Matemática – 9º Ano</u></b>
Insuficiente: 0 a 174 pontos	Insuficiente: 0 a 224 pontos
Básico: 175 a 224 pontos	Básico: 225 a 299 pontos
Proficiente: 225 a 274 pontos	Proficiente: 300 a 349 pontos
Avançado: Igual ou maior que 275 pontos	Avançado: Igual ou maior que 350
Fonte: QEDU	

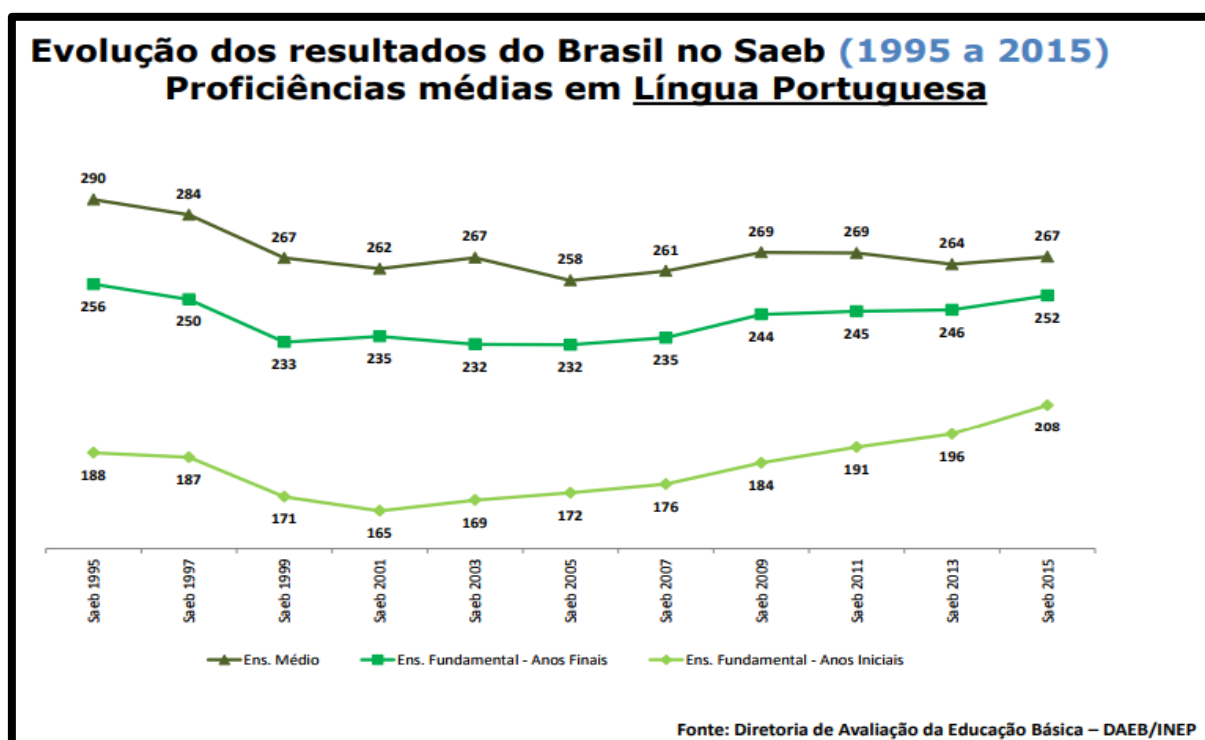
<sup>15</sup> Essa classificação qualitativa foi definida por Chico Soares com base na escala do SAEB.

Na análise dos Gráficos 4 e 5, na disciplina de Língua Portuguesa, a partir de 2007 ocorreu uma pequena melhora nos níveis, o mesmo não acontecendo com Matemática, onde ocorreu uma pequena queda no nível de aprendizagem. Ao analisarmos agora o período de 1995 a 2015, observamos que entre estes 20 anos tivemos uma regressão no nível de aprendizado com uma queda nos índices, mas ainda assim devemos fazer uma análise mais profunda para esta verificação, desta forma temos que verificar as notas médias da última avaliação em 2015, que teve um pequeno crescimento e colocá-las na escala de classificação utilizado pelo órgãos de educação, somente assim veremos em qual nível de aprendizado se encontram nossos estudantes.

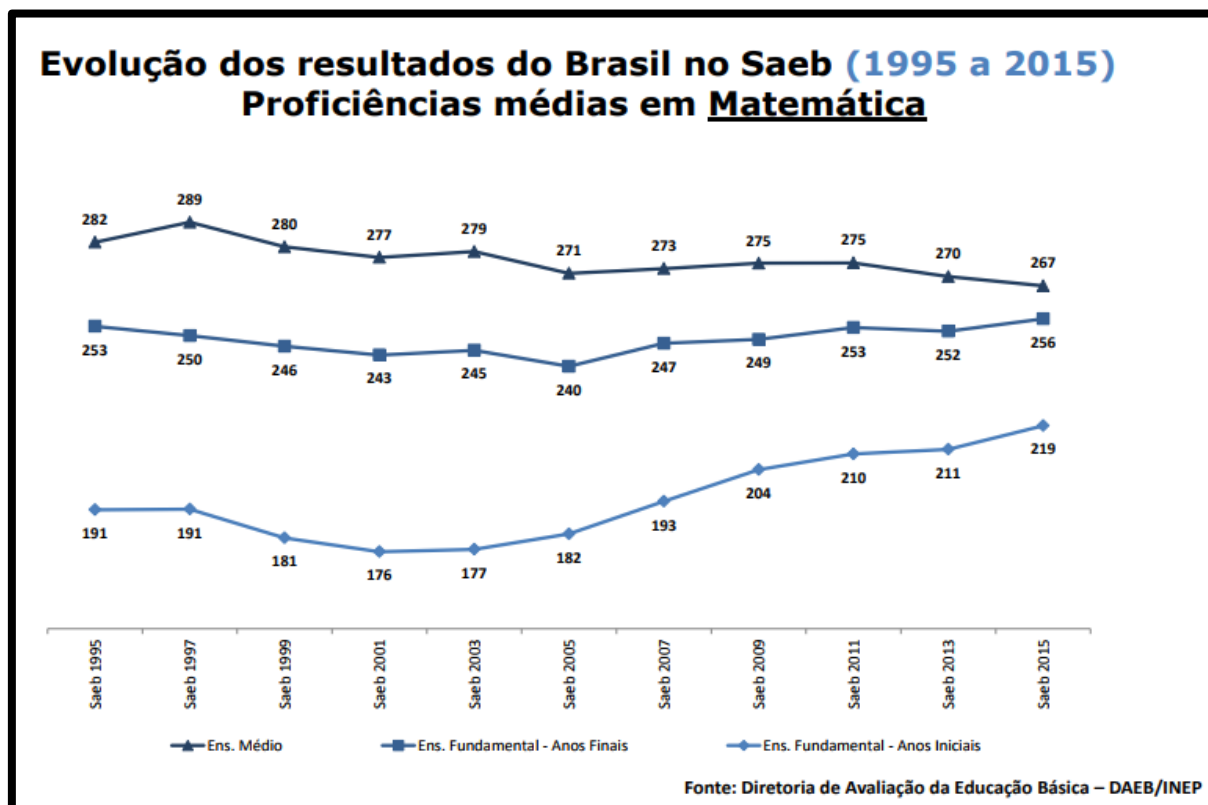
As notas dos últimos exames foram as seguintes para os níveis de proficiência em língua Portuguesa: Ensino Fundamental anos iniciais: 208 pontos ; Ensino Fundamental anos finais: 252 pontos ; Ensino Médio : 267 pontos.

Os níveis de proficiência em Matemática foram: Ensino Fundamental anos iniciais: 219 pontos ; Ensino Fundamental anos finais: 256 pontos ; Ensino Médio : 267 pontos.

#### GRÁFICO 4



## GRÁFICO 5



Nesta análise, temos que somente a Língua Portuguesa séries iniciais está em nível proficiente, todos os outros níveis se encontram na média da escala de proficiência básica, desta forma utilizando a escala dos órgãos de educação, a qualidade do nosso ensino se encontra em um nível no qual os educadores devem ter como ação primordial, fazer um reestudo das causas da educação estar assim, pois já sabemos os efeitos que este baixo nível está causando em nossa sociedade.

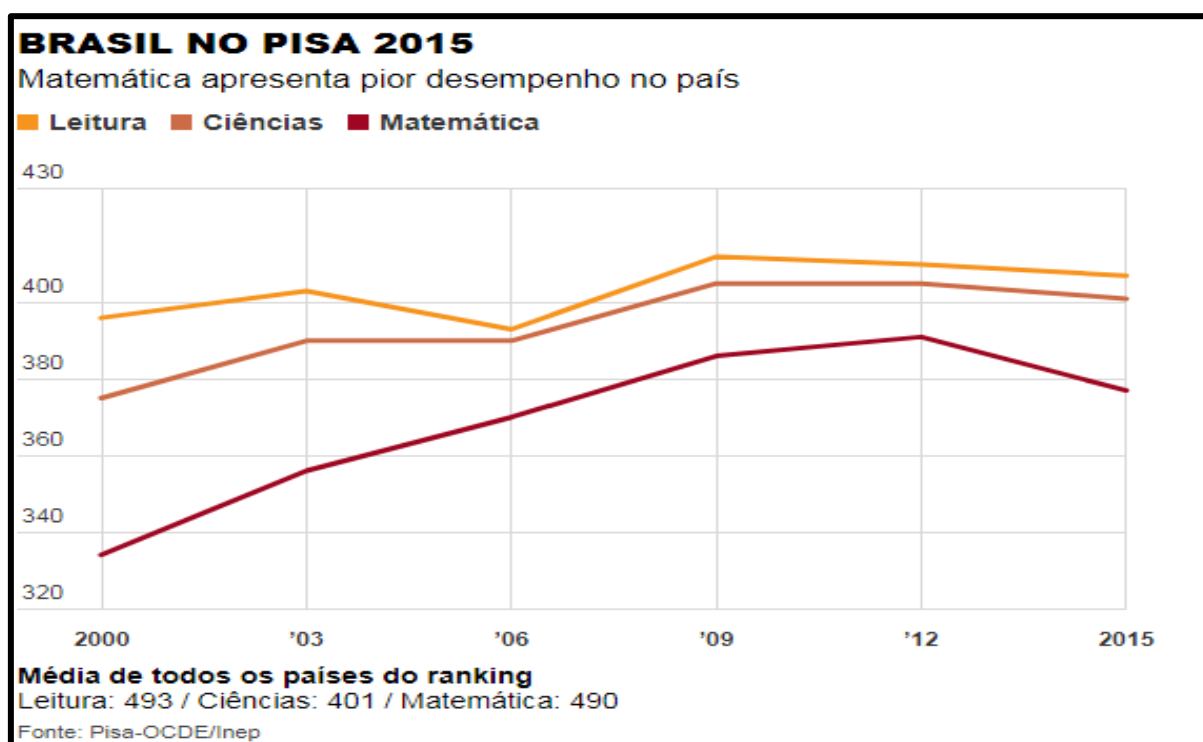
### 3.7.5. Avaliação do PISA – Análise

Este exame internacional é colocado para mostrar que o nível em queda da qualidade da nossa educação, reflete fora do Brasil também. Da avaliação anterior em 2012 para esta em 2015, houve queda nas três campos avaliados, com o Brasil ficando entre as últimas dez posições das piores colocações, mesmo sendo um país com a sétima economia entre os países pesquisados e que participaram da avaliação.

Mais de 70% dos alunos brasileiros não conseguiram alcançar o nível 2 da avaliação, em uma escala que vai até o 6, isto quer dizer que a maioria dos alunos brasileiros não é capaz

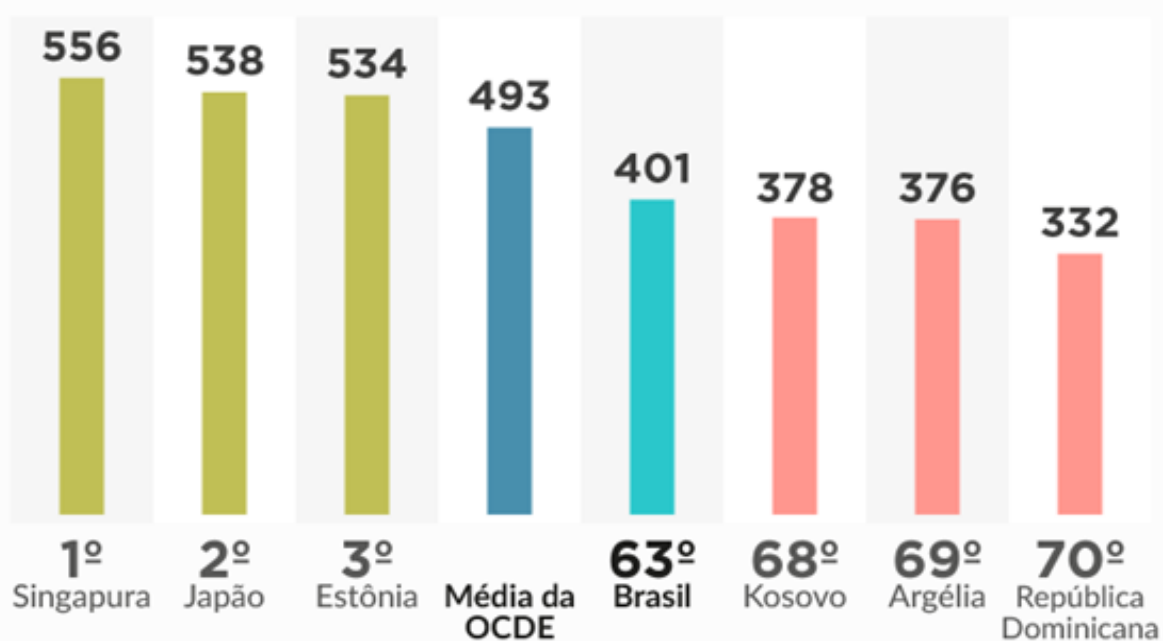
de interpretar e reconhecer situações em contextos que não exigem mais do que uma inferência direta (Analfabetismo funcional). Vejam no Gráfico 6 um comparativo do desempenho do Brasil entre o ano de 2000 e 2015.

GRÁFICO 6

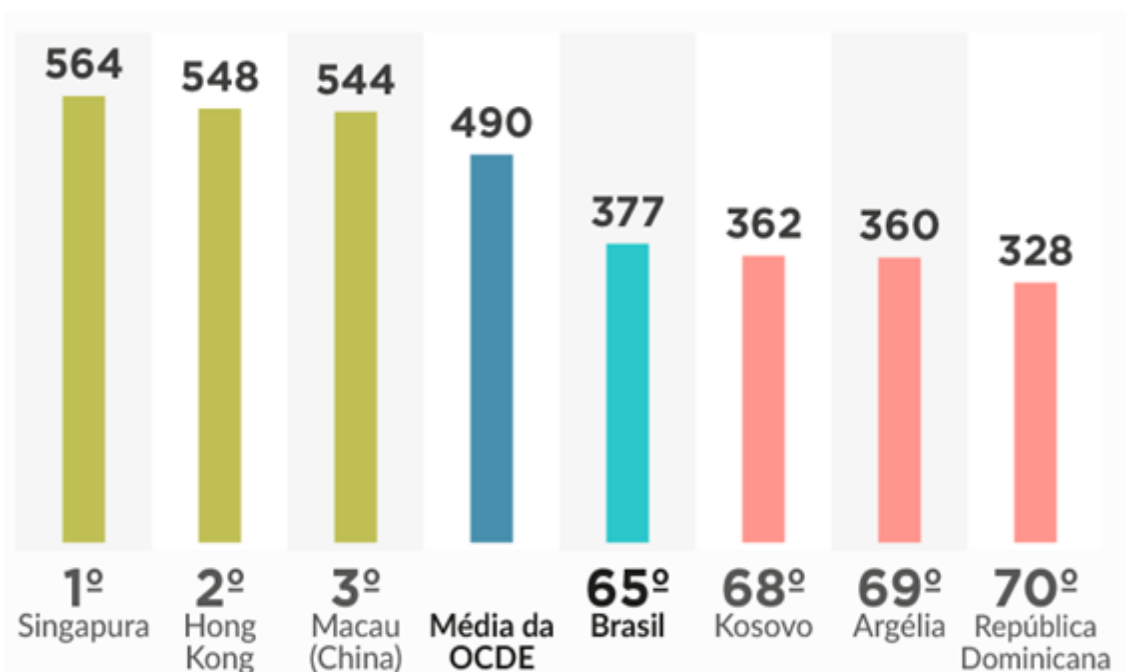


Conforme os parâmetros utilizados pela OCDE – disponível no relatório Education at a Glance 2017 / OECD INDICATORS - se considera o nível 2 o mínimo adequado para exercer a cidadania. Na área de Ciências, eleito como foco do Pisa deste ano, mais da metade dos alunos (56,6%) não conseguiu desempenho suficiente para passar do nível 2. A média passou de 405 para 401, um indicativo de estagnação do nosso aprendizado. Em leitura, 51% dos alunos não chegaram o nível dois. A média do país passou de 410 para 407. Entre os países da OCDE, a média tanto em matemática quanto em leitura foi de 491,5 pontos. Para matemática, no qual o Brasil havia ido bem até a edição de 2012, a média passou de 391 em 2009 para 377 em 2015, o que para a OCDE é uma avaliação considerada não significativa. Este resultado deixou o Brasil em 65º lugar nessa disciplina entre os setenta países pesquisados.

Os resultados mostram o país bem abaixo do patamar médio nas três áreas. Todos estes resultados estão disponibilizados nos Gráficos 7, 8 e 9.

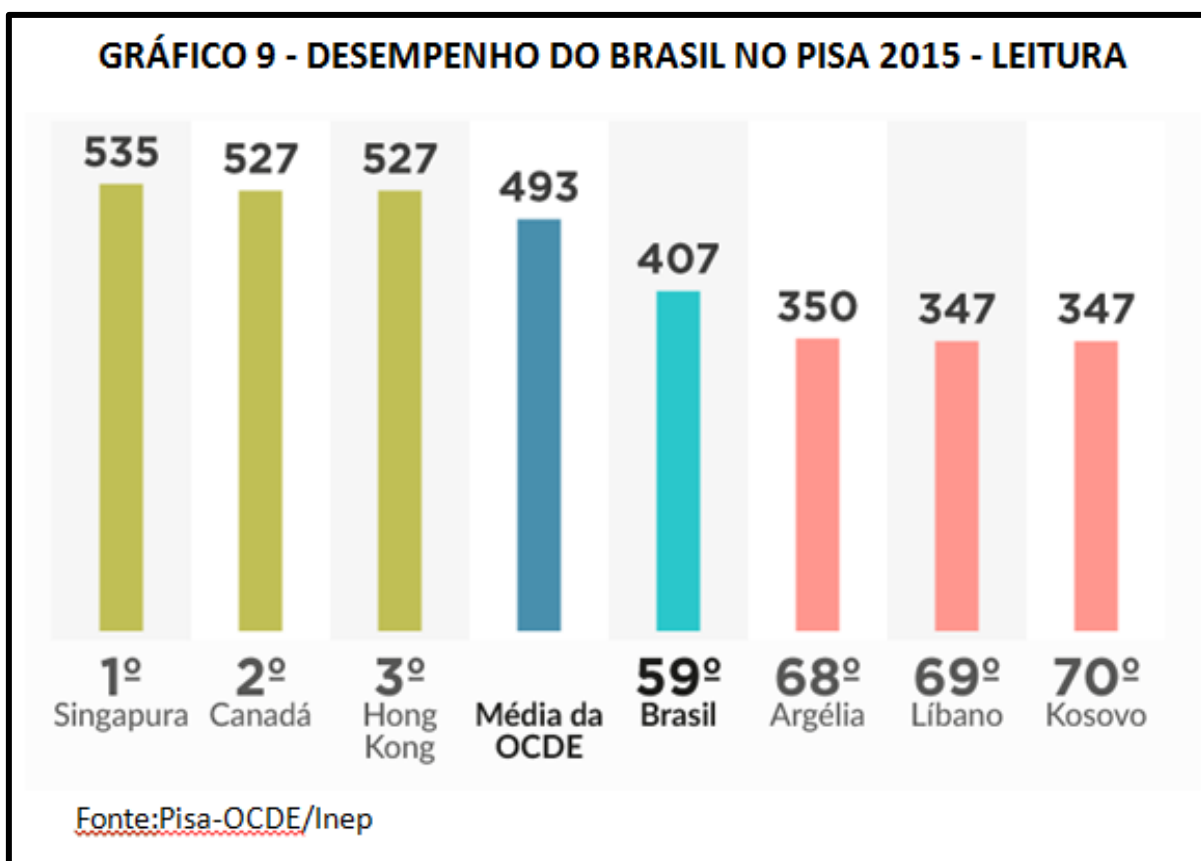
**GRÁFICO 7 - DESEMPENHO DO BRASIL NO PISA 2015 - CIÊNCIAS**


Fonte: Pisa-OCDE/Inep

**GRÁFICO 8 - DESEMPENHO DO BRASIL NO PISA 2015 - MATEMÁTICA**


Fonte: Pisa-OCDE/Inep

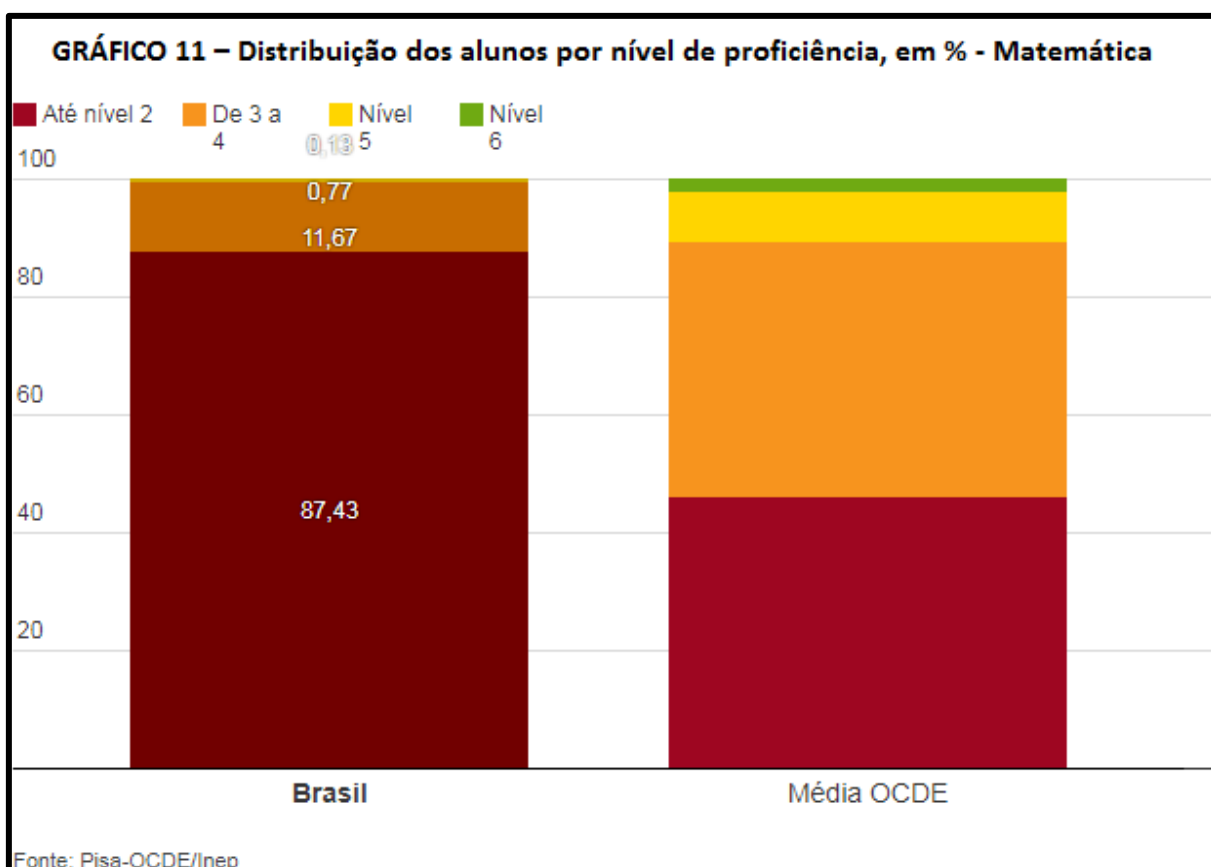
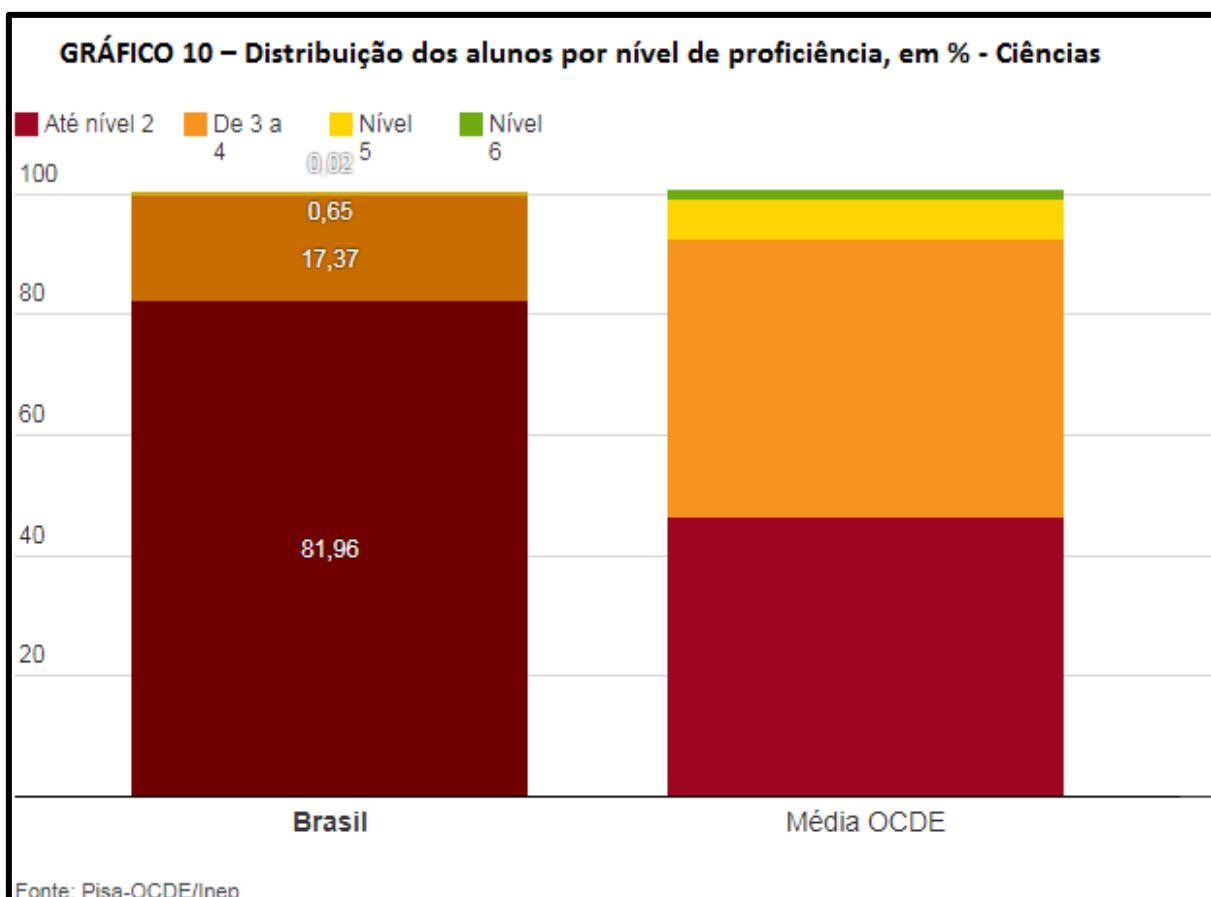


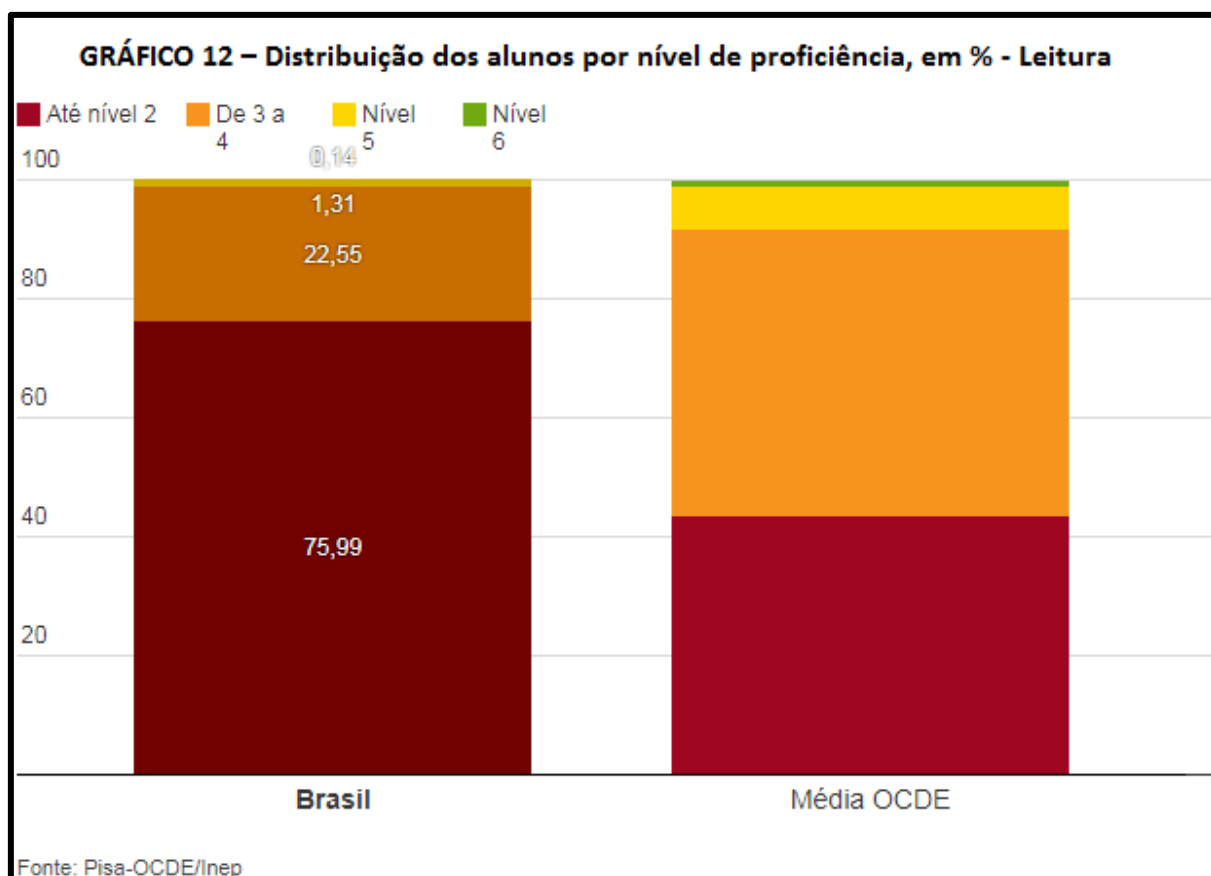


Mais preocupante é o nível de aprendizado médio dos estudantes na disciplina de Matemática. Entre os avaliados, 81,96% ficaram entre os níveis mais baixos de conhecimento, o nível 1 e o nível 2 – estes são os níveis básicos. A média da OCDE para esses grupos é de 46,04% no total.

O nível 2 de aprendizagem em ciências é o mínimo necessário para se tornar um cidadão “crítico” e “informado”, segundo a OCDE. Nesse nível, os estudantes começam a demonstrar as competências que vão permitir que eles participem “efetivamente e produtivamente” nas situações cotidianas relacionadas a ciência e tecnologia.

Os Gráficos 10, 11 e 12, mostram a distribuição dos alunos brasileiros por nível de proficiência. Em números percentuais o resultado é preocupante, em matemática 87,43% dos alunos ficaram no nível 2, em leitura tem 75,99% e em ciências foi 81,96% dos alunos neste nível, em uma escala que vai até 6. Somente 0,67% dos estudantes ultrapassaram o nível 5 em ciências. Em matemática tivemos 0,95% e em leitura tivemos 1,45% dos estudantes que atingiram uma nota acima do nível 5.



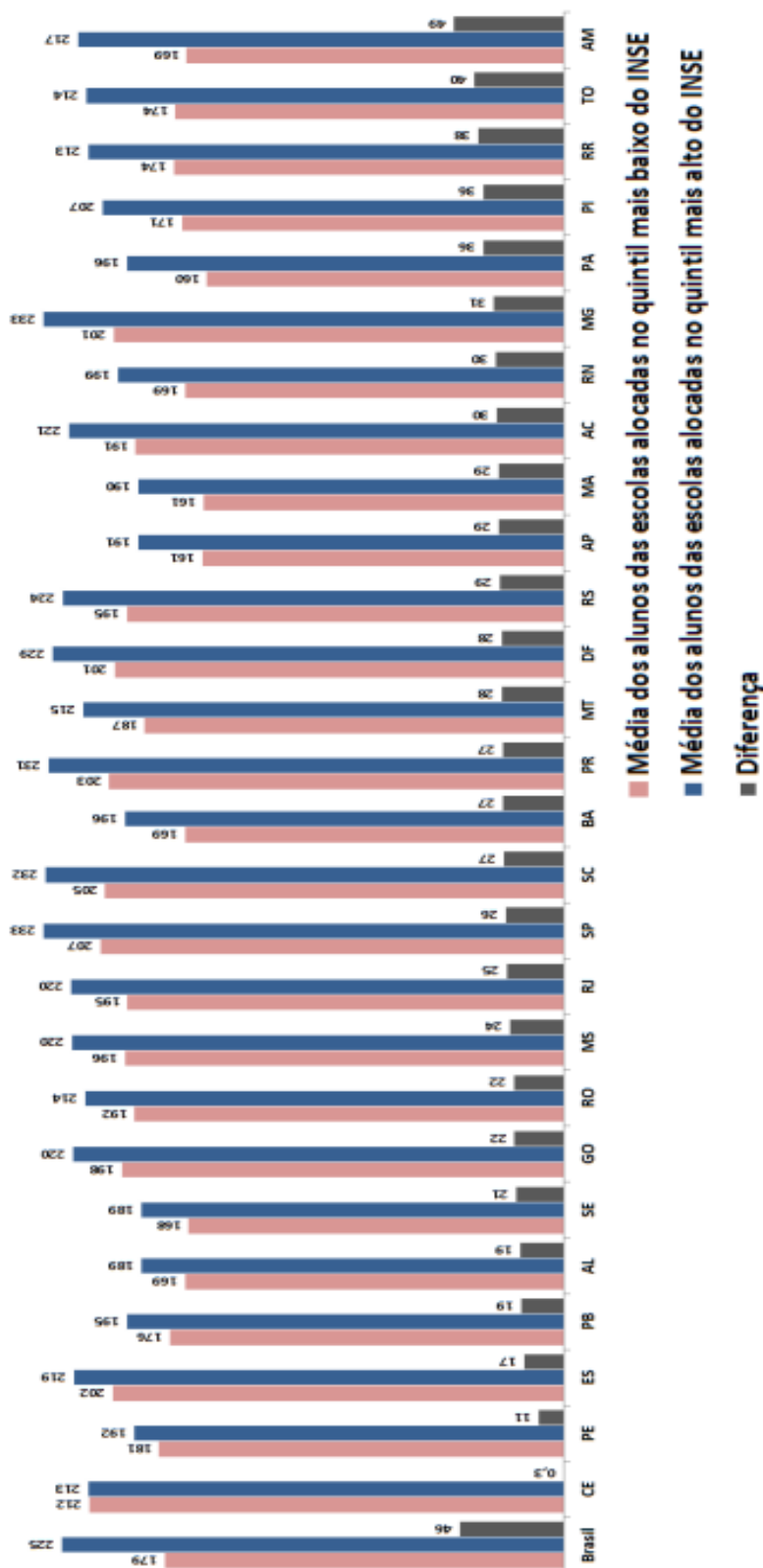


### 3.7.6. Considerações nível de aprendizado x Nível Social

Nos Gráficos 13, 14, 15 e 16 será feita a análise sobre um dos pontos discutidos neste trabalho, no qual o nível social não é um dos mais importantes causadores da nossa baixa qualidade da educação. Os quatro Gráficos pré dispostos por estados, mostram as notas conforme os níveis socioeconômico dos alunos. A coluna vermelha indica a proficiência média dos alunos pertencentes a escolas do primeiro quintil do INSE, ou seja, aquelas que apresentam nível socioeconômico mais baixo. A coluna azul, por sua vez, indica a proficiência média dos alunos pertencentes às escolas do último quintil do INSE, ou seja, aquelas que apresentam nível socioeconômico mais alto.

A maior diferença se constata em língua portuguesa nos anos iniciais, que é de 20,44% a diferença entre os quantis das duas classes sócios econômicas, e a menor diferença em matemática para os anos finais do ensino fundamental, que foi de 10,98%. Desta forma conforme os dados já analisados, onde temos na média os níveis de aprendizado situados entre o insuficiente e básico de 75%, percebemos que o nível socioeconômico baixo não é o causador desta baixa qualidade da educação no Brasil.

**RESULTADOS DO SAEB 2015**  
**Proficiências médias dos alunos associadas ao Indicador de Nível Socioeconômico (INSE)**  
**5º ano do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa – por Estado**



A coluna vermelha indica a proficiência média dos alunos pertencentes a escolas do primeiro quintil do INSE, ou seja, aquelas que apresentam nível socioeconômico mais baixo. A coluna azul, por sua vez, indica a proficiência média dos alunos pertencentes às escolas do último quintil do INSE, ou seja, aquelas que apresentam nível socioeconômico mais alto.

Fonte: Diretoria de Avaliação da Educação Básica – DAEB/INEP

GRÁFICO 14

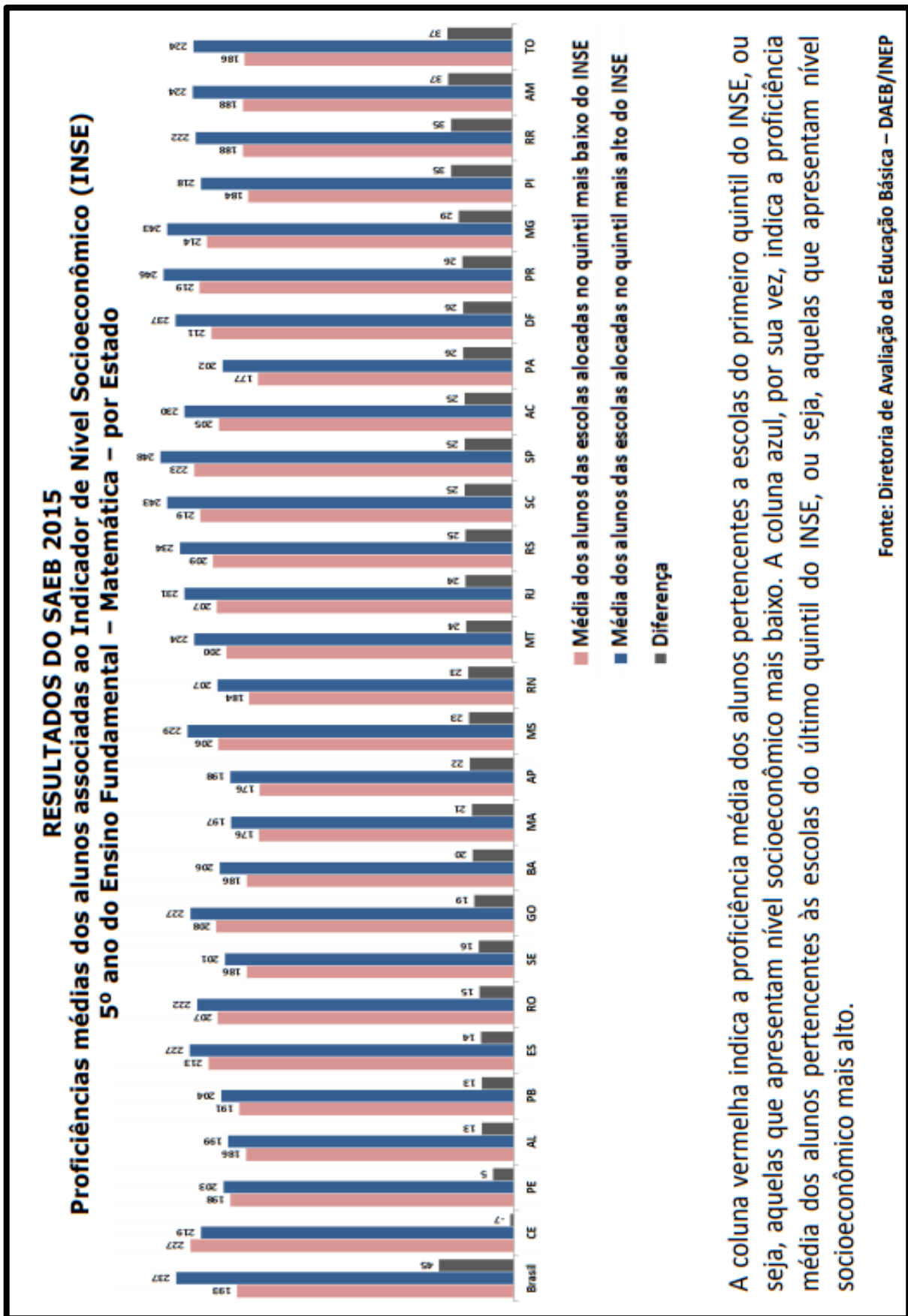


GRÁFICO 15

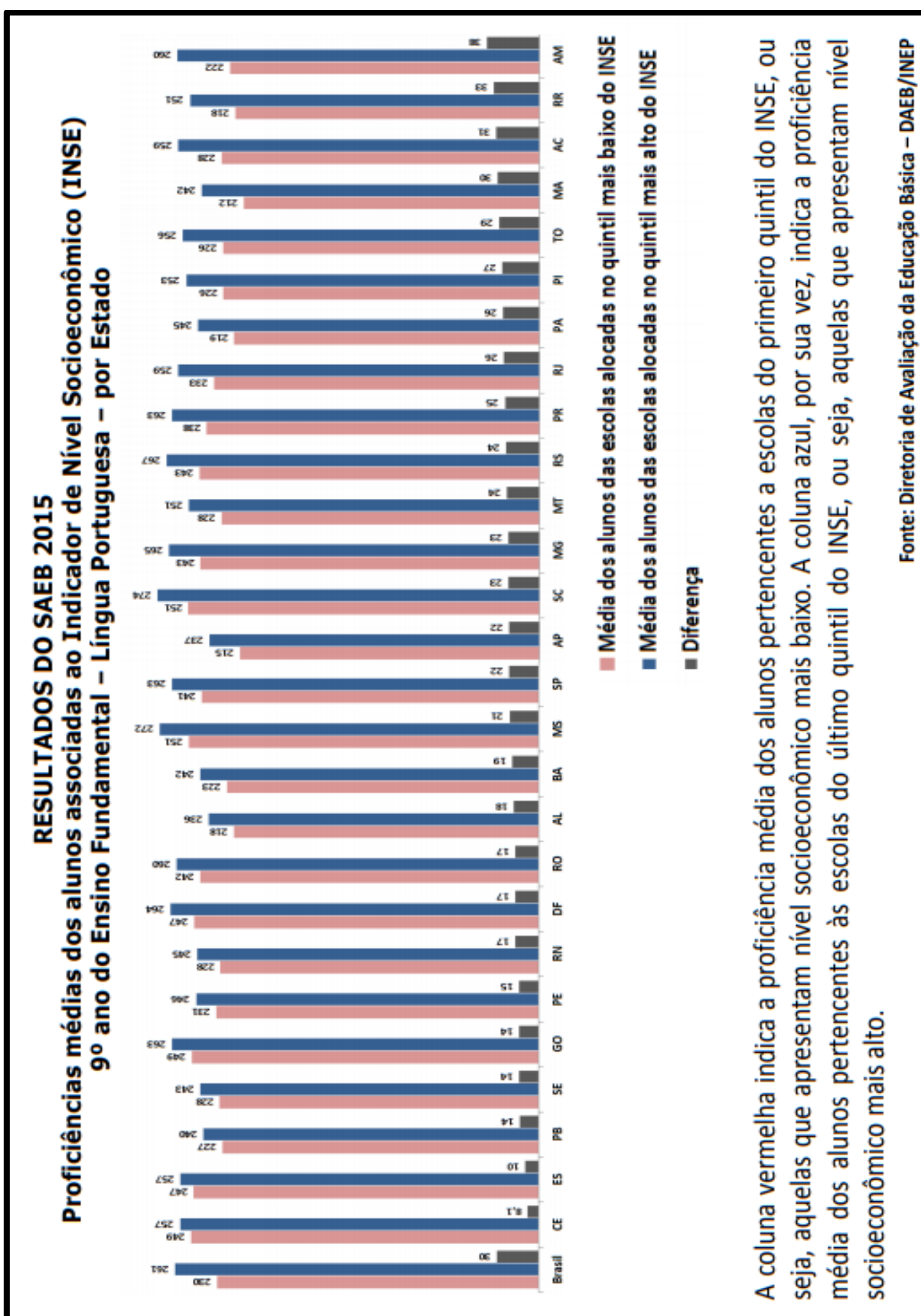
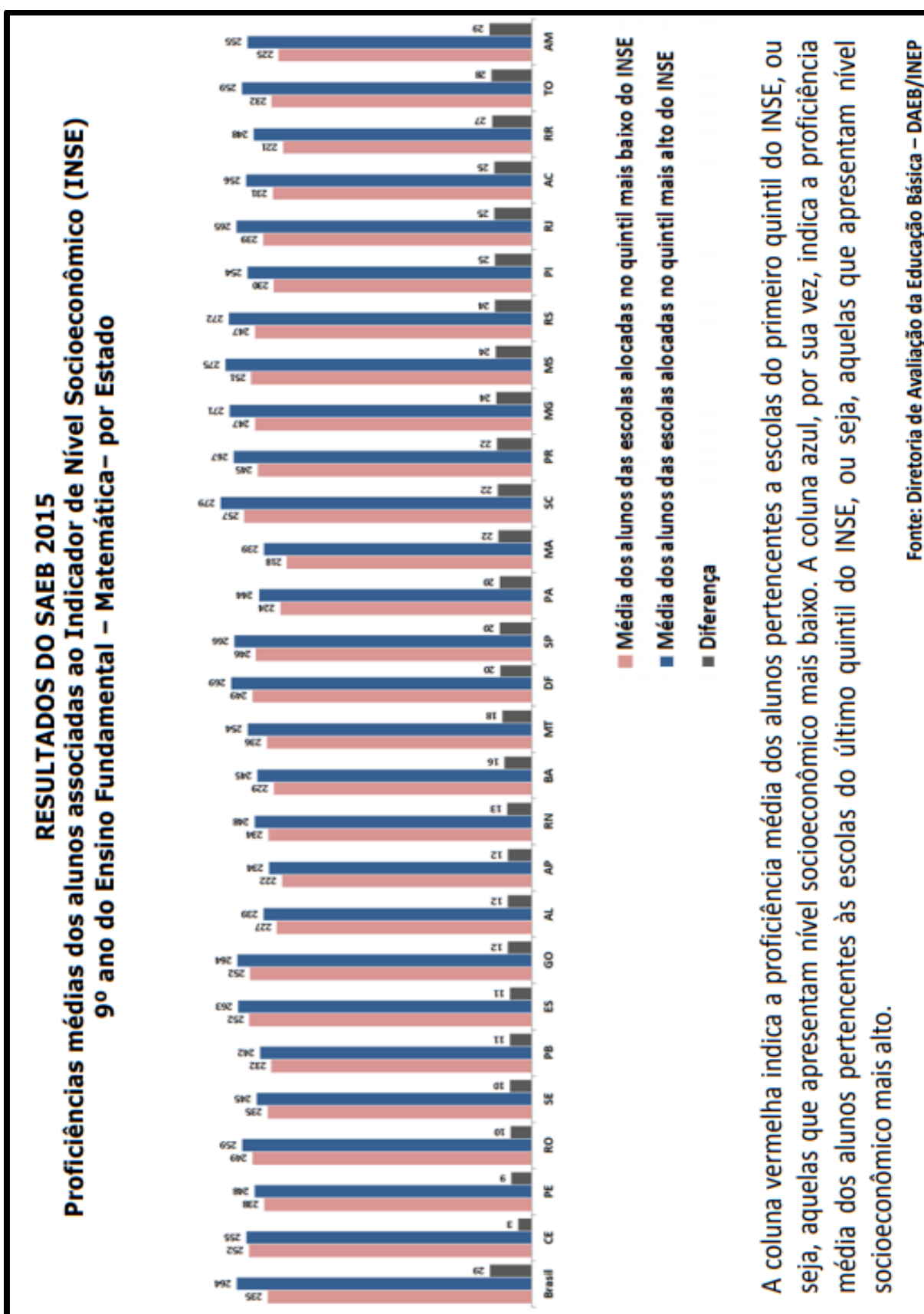


GRÁFICO 16



No Anexo II, verificamos a relação das escolas melhores avaliadas na Prova Brasil, são escolas que fazem parte do interior do nordeste brasileiro, que é considerada a região mais pobre do país e com os menores IDH, mas que na última avaliação tiveram as melhores notas de desempenho no Brasil. Desta forma vemos que a questão da pobreza não é uma variável que interfira diretamente na questão da qualidade da educação, haja visto que foram dezenas de escolas do nordeste bem classificadas no último exame.

As análises aqui feitas se referem até o ano de 2015, e conforme notícia publicada pelo Portal Brasil em 30/12/2015 (<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/brasil-reduziu-extrema-pobreza>), O Brasil conseguiu reduzir a extrema pobreza em pelo menos 63% entre 2004 e 2014, segundo análise feita pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) sobre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. A avaliação está no relatório PNAD 2014, no tópico do estudo “Desigualdade e Pobreza”, o relatório demonstra que, tanto pelo índice de Gini quanto por outros três índices da família de indicadores de entropia generalizada, as desigualdades de renda decrescem no Brasil de 2004 a 2014.

Assim, estes dados informados de que todos os índices sócios econômicos evoluíram, ocorreu o aumento dos rendimentos mínimos para as famílias saírem da pobreza, e mesmo assim esta recuperação não interferiu nos indicadores de melhora da educação, corrobora com a pesquisa de que a pobreza não influencia diretamente na qualidade da educação.

#### **4. Da pesquisa Exploratória - Dados sobre Cultura Política**

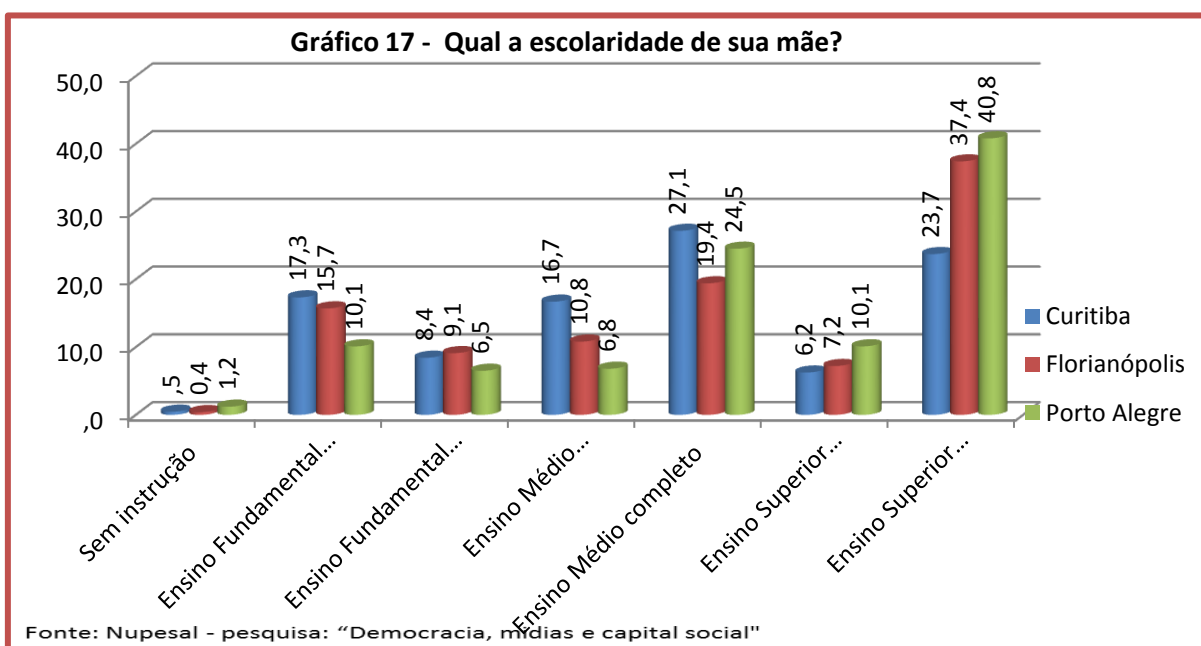
Aqui será utilizado os dados da pesquisa feita pelo setor de pesquisa da UFRGS - NUPESAL - no ano de 2014 e atualmente, este núcleo é dirigido para pesquisas e trabalhos questões sociais e políticas na América Latina. “O núcleo direciona suas atividades de investigação no sentido de examinar os dilemas políticos existentes na América Latina, especialmente, a forma como os sujeitos sociais introjetam e decodificam aspirações, normas e valores políticos”.( <http://www.ufrgs.br/nupesal/sobre>). O termo utilizado de “pesquisa exploratória” é devido a utilização desta pesquisa para buscar constatar algo em um organismo ou em determinado trabalho de maneira a ser familiar com o fenômeno investigado, neste caso a baixa cultura política relacionada com a baixa qualidade da educação, de modo que o próximo passo deste trabalho, é dar continuidade a pesquisa com maior profundidade, para que possa ser melhor compreendido os fundamentos trazidos neste trabalho de uma nova verificação nas causas e efeitos da baixa qualidade da educação brasileira.



A pesquisa utilizada: “Projeto “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (2014 - Atual)”. O projeto buscou analisar de que forma o processo de construção democrática no país proporciona as bases para a construção ou não de capital social baseado no contexto brasileiro, verificando por exemplo como a televisão e a internet influenciam nossos jovens na atualidade, e como que estes meios podem interferir/auxiliar no processo de socialização política da juventude brasileira. A pesquisa foi realizada em três cidades no Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba), baseada em um questionário fechado com 68 perguntas representativas de cunho quantitativo.

Os pontos utilizados da pesquisa “Democracia, mídias e capital social”. Se referem a renda, nível cultural dos pais e perguntas direcionadas a política. Nos Gráficos 17, 18, 19 e 20, onde os dados estão destacados em pontos percentuais válidos, não em números de frequência, verificamos alguns pontos para discussão e complementação de tópicos descritos anteriormente.

Com relação ao Capital Cultural, destaca-se que 67,50% dos estudantes em Curitiba, 67,60% dos estudantes em Florianópolis e 72,10% dos estudantes de Porto Alegre responderam que os pais tem o ensino médio incompleto ao ensino superior completo, isto quer dizer que na média das três capitais, 69,06 dos pais tem uma escolaridade do ensino médio incompleto até o superior completo, apenas 30,94% tem pais com ensino até o fundamental. Temos mais de dois terços dos estudantes nestas três capitais com uma base considerável de Capital Cultural.



Nos últimos dados do censo no governo (<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>), os dados mostram que entre as novas vagas oferecidas pelas universidades do país, mais da metade (58%) não chegou nem sequer a ser ocupada. O número de vagas novas criadas em 2015 chegou a 6.142.149, quase três vezes mais do que o total de egressos do ensino médio em 2014 (1.913.013). Mesmo considerando que apenas 42% destas vagas fossem preenchidas, o total seria suficiente para acomodar todos os alunos que concluíram a educação básica. O ingresso nas novas vagas foi maior na rede federal, que teve 90% de ocupação das vagas oferecidas. Já na rede pública, apenas 4 em cada 10 novas vagas oferecidas foram preenchidas. Entre as vagas remanescentes, aquelas que sobram porque os vestibulares não tiveram números suficientes de aprovados, a taxa de ocupação é muito pior: apenas 13,5% foram preenchidas. Na rede privada, esse número cai para 12,6%.

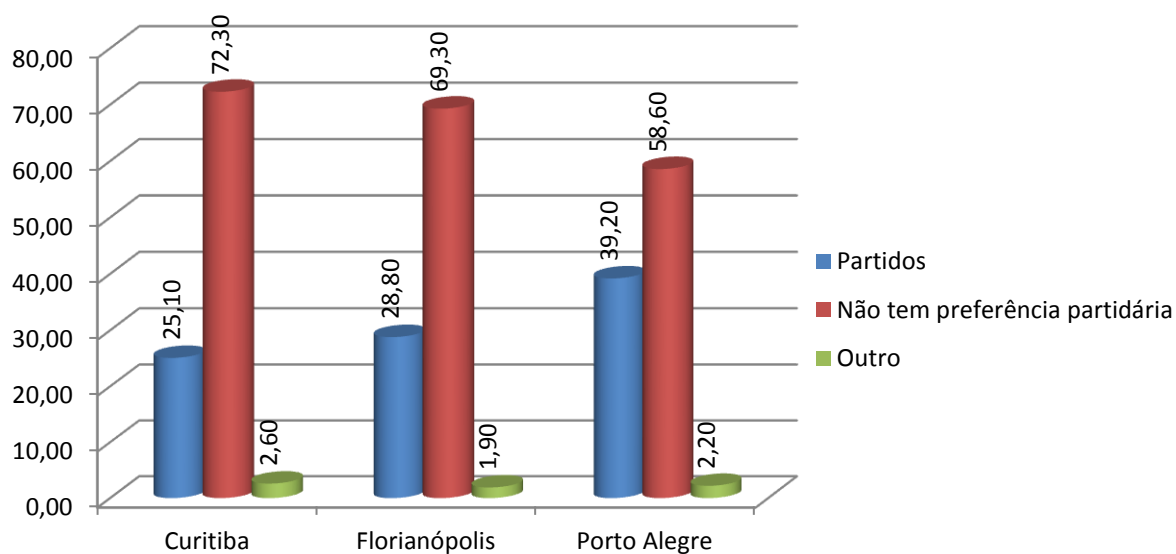
Estes dados do relatório do MEC de que na rede pública, apenas 4 em cada 10 novas vagas oferecidas foram preenchidas, coincidem com os dados da pesquisa, onde mostra que 41,80% dos pais que já se formaram ou estão em um curso superior.

Os Gráficos (18, 19 e 20) trazem a questão da cultura política onde a pesquisa realizada pela NUPESAL confirmam o baixo interesse ou envolvimento político entre os estudantes, também trazido em tópico anterior pela pesquisa realizada por KEIL (2004). Estes três Gráficos devem ser analisados em seu conjunto. Os números em termos percentuais válidos mostram que somente 22,27% dos estudantes tem interesse na política quando a pergunta é direta, conforme mostra o Gráfico 20. No Gráfico 19, quando a pergunta se refere como eles se sentem em relação a política, este percentual de resposta chega então a 35,5%, não mostrando números coerentes. Com relação aos nossos jovens serem poucos participativos, a pesquisa mostra bem esta tendência, No Gráfico 20, 77,73% dos jovens responderam que tem pouco ou nenhum interesse, 46,10 se mostram alienados, diferentes ou desiludido no Gráfico 19, e no Gráfico 18, 66,73% dos jovens responderam que não tem preferência partidária. Quanto ao interesse nas questões políticas, somente um quinto dos jovens responderem positivamente, é um número inexpressivo para um país que necessita da atuação destes jovens nesta área. Na questão dos jovens se identificarem com algum partido político, somente 31% responderam que tem alguma identificação. Curitiba se coloca como a capital mais despolitizada conforme a survey, pois 72,30% dos estudantes responderam que não tem preferência política e 63,60% se interessa muito pouco por política.

Estes números são muito relevantes na questão discutida neste trabalho, apesar de termos mais de 69% dos pais com Capital Humano (ensino médio ou superior) e os estudantes pesquisados estando no ensino médio, vemos que a questão na área política é um problema

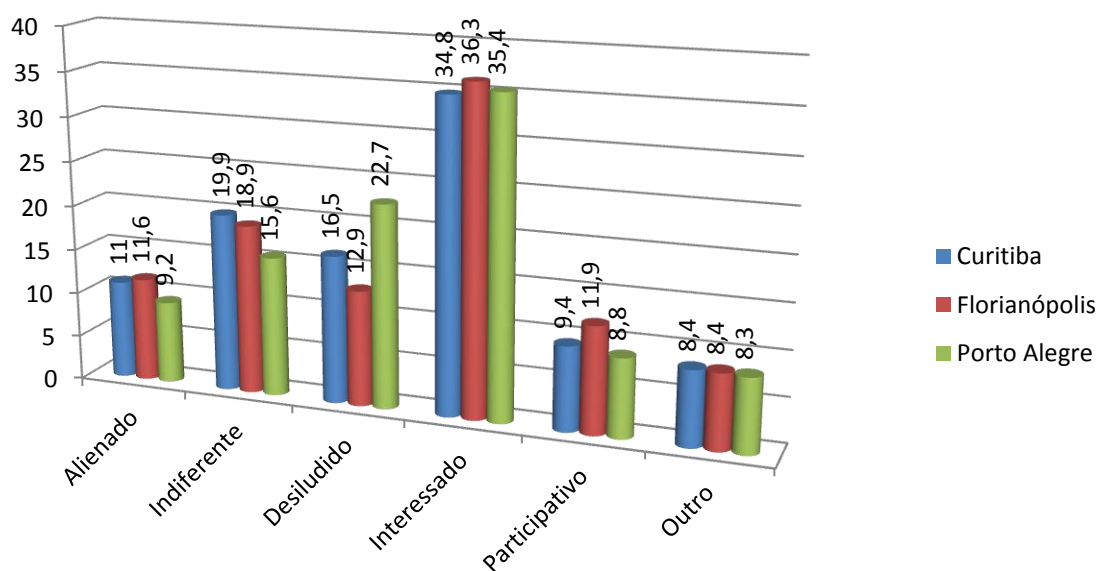
que deve ser corrigido dentro das instituições escolares imediatamente, devido ser este um extrato do Estado de influência direta sobre estes mesmos estudantes. Um número médio de 75% que não tem interesse, preferência, não se identificam ou estão desiludidos, é um número absurdamente crítico para um país politicamente corrupto como o nosso.

**Gráfico 18 - Com relação aos partidos políticos listados abaixo com qual deles VOCÊ mais se identifica?**

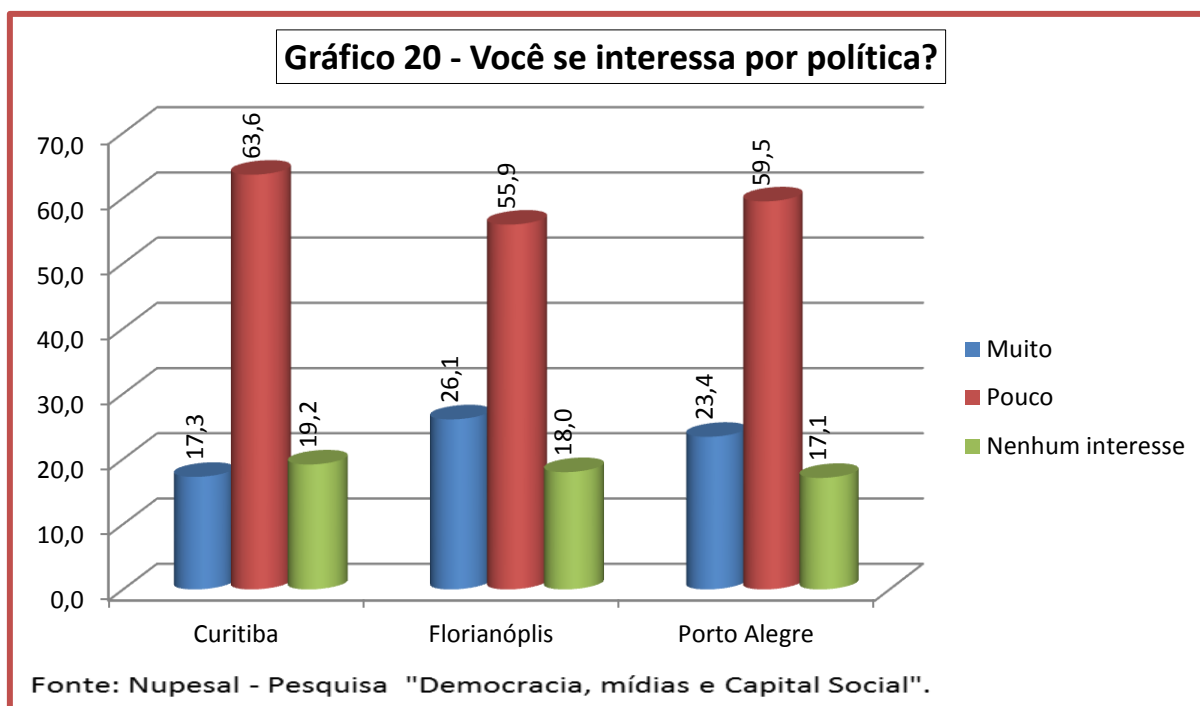


Fonte: Nupesal - pesquisa: "Democracia, mídias e capital social"

**Gráfico 19 - Como você se sente com relação à política?**



Fonte: Nupesal - pesquisa: "Democracia, mídias e capital social"



Outros números da pesquisa importantes para questões de corroborar com este estudo estão estratificados nas Tabelas: IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII.

Na Tabela IV, somente 21,93% dos estudantes trabalham na média das três capitais.

<b>Tabela IV - Pergunta 66 - Além de estudar, você trabalha?</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Sim	22,6	19,1	24,1
Já trabalhei	13,1	10,6	13,0
Não	64,2	70,2	62,9
Total	100,0	100,0	100,0

Na Tabela V, 74,73% dos estudantes disseram que definem seu voto levando em conta a pessoa do candidato e o partido, mas no Gráfico 18 temos 68,96% dos entrevistados afirmando que não se identificam com nenhum partido ou não sabem. Estes números não são coerentes e vai de encontro ao problema tratado neste estudo de desconhecimento político.

<b>Tabela V - Pergunta 29 - Ao definir o seu voto, o que leva em conta?</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
A pessoa do candidato.	21,2	16,2	18,3
O partido do candidato.	7,8	4,9	7,5
A pessoa e o partido.	71,0	78,9	74,3
Total	100,0	100,0	100,0

Com referência a renda média da família dentre, os que responderam temos 29,97% com rendimentos abaixo de dois salários mínimos e 70,03% com rendimento salarial acima de três mínimos (Tabela VI), o que é considerado pelos padrões brasileiros como classe média. Vemos assim mais um parâmetro referente a nível social que reforça a questão que a baixa qualidade de nossa educação não é devido a questão da pobreza em nosso país.

<b>Tabela VI - Pergunta 69. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)?</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Até um salário mínimo	5,4	6,1	5,9
De 1 a 2 salários mínimos	29,7	26,4	16,4
De 3 a 4 Salários mínimos	41,5	28,8	28,8
Mais de 5 salários mínimos	23,4	38,7	48,9
Total	100,0	100,0	100,0

As Tabelas VII, VIII, IX e X, devem ser analisados em conjunto: 74,66% dos estudantes concordam e 22,70% concordam em parte que a participação das pessoas são importantes para a solução de problemas no país. Mas na Tabela VIII 73,66% destes estudantes informaram que os meios de comunicação não influenciam ou “talvez” não influenciam a forma de pensar, e na Tabela IX, 67,83% informaram que nas redes sociais nunca assistem ou as “vezes” assistem *posts* ou vídeos sobre política. Bem, os meios de comunicações e as redes sociais são formas de interações e informações para as pessoas (Capital Social). A questão que fica com referência as respostas dos estudantes é saber como as pessoas poderiam resolver os problemas políticos do país (a participação é importantes para mais de 74% dos jovens) se não haver uma comunicação em rede? Como se inteirar dos problemas e discutir uma solução? Se para mais de 67% não há interesse por postagens sobre política e 73% se referem não serem influenciados por notícias veiculadas nos meios de comunicação, ou seja, não faz diferença alguma para uma posição de três quartos destes jovens as notícias sobre política. Dentro da própria família, 74,76% dos jovens informaram que não conversam ou “quase” nunca conversam com os pais sobre política (Tabela X). Estas lacunas devem ser trabalhadas com relação ao Capital Social e Capital Político.

<b>Tabela VII - 44.1 Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda. A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país. - Curitiba</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Concordo	73,4	74,1	76,5
Concordo em parte	23,9	23,4	20,8
Discordo	2,6	2,5	2,7
Total	100	100	100

<b>Tabela VIII - 49. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de pensar?</b>			
	Sim	Às vezes	Não
TV	28,33	39	32,67
Rádio	13,33	37	49,66
Jornal impresso ou revista	20,66	42,68	36,66
Internet	43	40,33	16,67

<b>Tabela IX - 53. Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Ler ou assistir o vídeo</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Sempre	29,9	31,3	35,1
As vezes	51,6	51,6	49,6
Nunca	18,4	17,0	15,3
Total	100,0	100,0	100,0

<b>Tabela X - 54. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais? Seus pais?</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Sempre	25,6	25,0	24,9
Às vezes	46,4	48,4	53,3
Nunca	27,9	26,5	21,8
Total	100,0	100,0	100,0

As Tabelas XI, XII e XIII, nos trazem questões de percepção destes jovens sobre a concepção política brasileira, apesar de eles estarem a margem da questão política conforme os estudos, eles percebem que nossas instituições estão mergulhadas em processos de falta de ética, imorais e de decoro parlamentar, mas a sensação é de que isto não faz parte da vida deles, não há percepção de uma intervenção política dos estudantes como havia na década de 60 e 70 conforme levantado neste trabalho.

Na Tabela XI, 78,40% dos jovens não assistem ou somente às vezes. Esta porcentagem somente confirma o baixo interesse político de nossa juventude.

<b>Tabela XI - 31. Você assistiu ou ouviu: Horário gratuito na rádio ou na TV?</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Sim	20,9	20,2	23,5
Às vezes	36,3	38,5	34,7
Não	42,8	41,2	41,7
Total	100,0	100,0	100,0

Na tabela XII, 77,86% concordam ou concordam em parte de que há corrupção no Brasil, mas no Gráfico 20, 77,73% dos jovens responderam que tem pouco ou nenhum interesse por política, assim a pesquisa mostra que há conhecimento de corrupção, de uma política baseada em impunidades, mas que se sustenta devido a inércia de nossa sociedade em poder exigir mudanças, assim o sistema se mantém devido em parte de uma cultura política pobre.

<b>Tabela XII - 25. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Todos os políticos são corruptos.</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Concordo	22,5	21,8	21,0
Concordo em Parte	56,8	55,5	56,0
Discordo	20,8	22,7	23,0
Total	100,0	100,0	100,0

O assunto desta questão trabalhada da pesquisa era: “Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em: Política”. Ocorreram dezenas de palavras que foram divididas em quatro campos para melhor entender a estratificação dos dados: Palavras inerentes a política; Palavras inerentes a corrupção e ética ; palavras inerentes a desinteresse político e palavras fora do contexto político. Tivemos os seguintes dados conforme mostrados na Tabela XIII.

A média de 33,53% dos estudantes se referiram a palavras do campo político, 52,6% falaram palavras sobre corrupção e ética e 13,90% dos estudantes se referiram a palavras de desinteresse político. Vemos assim que dois campos extremamente importantes na política, e que não deveriam existir para termos uma cultura política de qualidade em nosso país, tem 66,50% de lembrança ou faz parte da pessoa entrevistada, ou seja, dois terços das palavras

lembradas pelos estudantes direcionam ao atual estado observado na questão de cultura política em nosso país, corrupção, falta de ética e desinteresse.

Estes números são preocupantes e vimos que não são diferentes entre as pesquisas, aqui podemos dizer que eles denotam mais peso de importância por terem sido realizados e elaborados dentro de universidades, não ficando a mercê de dúvidas quanto à instituição executante.

Assim, vemos que há uma lacuna com relação à educação política em nosso currículo, as disciplinas que foram suprimidas em 1993 no governo de Itamar Franco e que não foram substituídas por nenhuma outra, nem mesmo a Sociologia dentro das escolas trabalha diretamente a política, deve sim ser revista e voltar a fazer parte como uma disciplina obrigatória em nossas escolas. Talvez assim consigamos diminuir esta enorme falta de interesse, identificação ou indiferenças e desilusões dos nossos estudantes com uma questão tão importante como a política.

<b>Tabela XIII - 24. Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em: Política</b>			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre
Referente a Política	31,1	30,3	39,2
Referente a corrupção e falta de ética	57,7	54,1	46,0
Referente não saber ou não gostar de política	11,3	15,6	14,8
Total	100,0	100,0	100,0

## 5. Conclusão

Temos desafios ainda não resolvidos e novas demandas sobre a educação que requerem contínua atenção, pois muitas delas estão associadas às mudanças do mundo globalizado. Na atualidade, a discussão central sobre as causas da baixa qualidade da educação é direcionada para a pobreza e a classe social. O discurso sistemático e que é inserido como senso comum na educação é de que não é possível avaliar a escola de alunos pobres e ricos da mesma maneira, e que não se pode esperar que pobres aprendam o mesmo que ricos, por causa da influência do meio sobre o aprendizado. Apesar de que a pobreza ou a classe social possam sim ter uma pequena influência neste processo de aprendizado, a relação



entre a situação de pobreza e a educação formal é muito mais complexa e não se expressa de forma linear, desta maneira a pesquisa neste trabalho procurou mostrar este ponto. Assim, devemos visualizar a educação formal como parte de um complexo arranjo que na composição da relação Estado-sociedade reúne elementos não só econômicos, mas muito mais pedagógicos e cognitivos. Isto tanto é fato que nos índices do senso escolar de 2015, entre as 100 melhores escolas, 77 escolas são do nordeste do Brasil e tiveram as melhores notas nos exames de proficiência, e em cidades com um dos menores níveis de renda per capita.

O objetivo deste trabalho foi analisar parâmetros que comumente são dados como os causadores diretos do baixo nível de qualidade de nossa educação, e direcionando o mesmo para uma nova pesquisa com uma visão mais direta sobre a questão interna (alunos e PNE) e não sobre as questões externas (pobreza e nível social), tentando mostrar que esta baixa qualidade de nossa educação tem uma correlação direta com as questões políticas e sociais do nosso país. Desta maneira a educação formal estudada neste trabalho, se configura como organização sistêmica que depende de uma diretriz educacional centralizadora com base em legislações, engessadas por diretrizes específicas baseadas em números e não em qualidade de ensino. A execução desta educação verificou-se que ela não é uniforme, igualitária e nem homogênea, ainda que seja traçada por regulamentações advindas das políticas educacionais, faz com que as escolas de hoje tenham diferentes sentidos e utilidades para diferentes populações, incentivando intencionalmente as desigualdades.

O propósito primeiro deste estudo foi mostrar que a educação ocupa posição especial, não só de acordo com as teorias de capital humano, social e cultural, mas que a educação tem uma atribuição fundamental para o desenvolvimento econômico, como também pela constatações mais recentes, de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida para os nosso jovens. Através dos números nos últimos exames nacionais, verificamos que a educação está em uma curva linear decrescente, os dados mostram que em torno de 75% dos estudantes estão com os conceitos nas faixas de insuficiente e básico, configurando assim como níveis de analfabetismo funcional.

Assim conforme os estudos feitos neste trabalho, o analfabetismo funcional devido a baixa qualidade da nossa educação interfere em pontos que poderiam contribuir para o desenvolvimento de nossos jovens e sociedade. Os pilares essenciais para o desenvolvimento da educação e do conhecimento não mais são trabalhados em nossas escolas, que seria a competência pessoal (aprender a ser), a competência social (aprender a conviver),

a competência produtiva (aprender a fazer) e a competência cognitiva (aprender a aprender), assim talvez conseguíssemos eliminar as lacunas existentes nos Capitais.

A condição precária da política em nosso país devido a pobre Cultura Política de nossos estudantes é reflexo direto do baixo nível escolar, onde se constata uma falta de interesse, conhecimento e vontade de sobre este tema pelos nossos jovens, isto devido a lacuna de um currículo pensado para não haver pensadores.

Isto significa dizer que talvez tenhamos que discutir a própria finalidade da educação formal, abrir um leque dentro das universidades alterando a condições das quantidades mínimas de produções improdutivas devido a questões de capital (dinheiro), como se a educação fosse uma “commodities”, e transferirmos os conhecimentos dos intelectuais para novas pesquisas nas áreas de educação, utilizando novos conceitos, reavaliar padrões padronizados como causas e consequências de processos estruturais deficientes em nosso meio, como é o atual nível de qualidade da nossa educação.

A preocupação sobre a qualidade da nossa educação deve ser objeto de ações e discussões recorrentes em nosso país dentro do nosso meio universitário. Não é possível verificar a estagnação do baixo nível de nossa educação, com a tendência de queda de acordo com o último senso, e não haver uma ação sobre isto, não haver a criação de um “Capital Social” entre os intelectuais de todas as áreas para discutir, pesquisar e solucionar o problema.

Desse modo, a Cultura Política nas últimas décadas, especialmente a abordagem que privilegia a dimensão institucional da educação, prospera por razões negativas, ou seja, na medida em que os currículos mínimos sobre educação política dificilmente serão implementados pelos governos de plantão, a permanência de uma situação de instabilidade na área educacional que poderá se tornar irreversível, proporciona o cenário atual onde verificamos que tudo está sendo (des)construído para imediatamente ser reconstruído com novos procedimentos. Esta metodologia que faz crescer a baixa qualidade da educação, e que parece ser imperceptível pelos nossos intelectuais, está levando nossa sociedade à inércia política.

A visão de educação é de que a inclusão social dos jovens se dará justamente por meio do aprendizado dos conteúdos e das competências, adquirindo conhecimentos com qualidades concretas dentro das escolas, sendo então avaliados para verificar o nível de conhecimento adquirido, isto porque no atual momento de um mundo globalizado e capitalista, não haverá sob nenhuma condição oportunidades para o “ignorante e despreparado” ou para o “analfabeto funcional”, tanto para a questão de emprego e renda,

quanto para a questão de um entendimento para conquistas políticas. Somente com uma educação de qualidade nossos jovens poderão triunfar nesse mundo real e globalizado.

Mantendo a tendência do atual planejamento e direcionamento para a educação pelo Estado, o país e seus habitantes terão quando a educação de que necessitam?

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia Cristina Ferreira de - Aprendizagem e desenvolvimento Cognitivo: Um Estudo Sobre a Possibilidade de Intervenção - FGV/ISOP/CPGP - Dissertação 1989
- ARANHA, Maria Salete Fábio - A interação social e o desenvolvimento humano - Temas psicol. v.1 n.3 Ribeirão Preto dez. 1993 - <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>
- BAQUERO, Marcelo – GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA INERCIAL: O Que o Capital Social Pode Fazer na Construção de Uma Sociedade Participativa? CAPITAL SOCIAL – Teoria e Prática – Editora Unijui - 2006
- \_\_\_\_\_, Marcelo – Um Caminho “Alternativo” no Empoderamento dos Jovens : Capital Social e Cultura Política no Brasil - Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil - Editora UFRGS – 2004
- BAQUERO, Marcelo / Baquero, Rute V.A. – Os limites da Democracia: Quando a Política (des)educa e a educação ( des)politiza - Educação Unissinos - v. 13, n. 3 (2009)
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo - (Des)construindo a Democracia: a Educação Política do Jovem ( Revista do Ensino – 1964-1978) - Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil - Editora UFRGS – 2004.
- BECKER, Gary S. – Investment in Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis - The Journal of Political Economy, Volume 70, Issue 5, Part 2: Investment in Human. Beings (Oct., 1962), pages 9-49.
- BOASQUIVES, Mery Alves – Capital Humano : Benefício x Resultados – Trabalho de pós-graduação Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 39-64.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares – Capital Social – Rio de Janeiro: Edit. Zahar, 2ª Ed. 2010.
- DELORS, Jaques - Educação: Um Tesouro a Descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez - 7ª Edição – 2012.
- DURKHEIM, Émile – Educação e Sociologia – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- \_\_\_\_\_, Émile – A Evolução Pedagógica – Porto Alegre: Artes Médicas - 1995
- \_\_\_\_\_, Émile – Da Divisão do Trabalho Social – São Paulo: Martins Fontes, 2013
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias - A Periodização do Desenvolvimento Psicológico Individual na Perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostski - Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril 2004

FREIRE, Paulo - Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FERRARO, José Luis Schifino - Durkheim, educação e sociologia - <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito> - v. 7, n. 1, p. 124-131, jan.-jun. 2016 - Porto Alegre,

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutivo. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (São Paulo). Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF: Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. 2016. Disponível em: [http://www.ipm.org.br/.../inaf/relatoriosinafbrasil/Relatorio Inaf Brasil.20112012/ INAF EstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf](http://www.ipm.org.br/.../inaf/relatoriosinafbrasil/Relatorio%20Inaf%20Brasil.20112012/INAF%20EstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf)>. Acesso: 12.Dez.2017.

KEIL, Ivete Manetzeder – Dos Jovens Contestadores aos Jovens de Hoje: Uma Nova Forma de Participação na Polis? – Editora da UFRGS – Porto Alegre - 2004

LEÃO, Denise Maria Maciel - Paradigmas Contemporâneos de Educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista - Cad. Pesqui. no.107 São Paulo July 1999 - <http://www.scielo.br/>

LOPES, Sonia de Castro ; CHAVES, Mirian Waidenfeld – A História da Educação em Debate : Estudos Comparados, Profissão Docente, Infância, Família e Igreja – Mauad Editora – Rio de Janeiro – 2012- In [https://books.google.com.br/books?id =uYcQBAA](https://books.google.com.br/books?id=uYcQBAA)

MORROW, Raymond Allen; TORRES, Carlos Alberto – Teoria Social e Educação – Santa Maria da Feira – Rainho & Neves - 1997

NAZZARI, Rosana Katia – Capital Social, Cultura e Socialização Política: A Juventude Brasileira - CAPITAL SOCIAL – Teoria e Prática – Editora Unijuí - 2006

Revista da Escola de Enfermagem da USP vol.46 - Nº4 - São Paulo - Aug. 2012 - Identificação dos pilares da educação na disciplina integralidade no cuidado à saúde

ROUSSEAU, Jean Jacques – Do Contrato Social - Ed. Ridendo Castigat Mores , 2001

SAVIANI, Dermeval – Escola e Democracia - Autores Associados – Campinas - 2012

SCHWARTZMAN, Simon - Educação e pobreza no Brasil - Diálogo Político 4, p. 11-40, Buenos Aires: KAS, 2005 And CADERNOS ADENAUER VII (2006) Nº2

SCHULTZ, Theodore - O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA, Edilaine Cristina da - TEORIA DO CAPITAL HUMANO E A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E CAPITALISMO - [www.uel.br](http://www.uel.br), TCC 2010

SILVEIRA, Angelita Fialho - CAPITAL SOCIAL E EDUCAÇÃO - Perspectiva sobre o empoderamento da juventude em Porto Alegre – 2005 – UFRGS - Porto Alegre

SOUZA, Michel Aires de - Educação e Neoliberalismo: a transformação dos indivíduos em mercadoria - <http://www.diaadiadovale.com.br/artigo/2016>

TZANAKIS, Michael - Bourdieu's Social Reproduction Thesis and The Role of Cultural Capital in Educational Attainment: A Critical Review of Key Empirical Studies - Educate- Vol. 11, No. 1, 2011, pp. 76-90 –

VALLE, Ione Ribeiro - O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu - REV. DIÁLOGO EDUCAÇÃO, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013

\_\_\_\_\_, Ione Ribeiro; BIANCHETTI, Lucidio; PEREIRA, Gilson R. de M. – O Fim dos Intelectuais Acadêmicos? Induções da Capes e Desafios às Associações Científicas – Autores Associados – Campinas - 2015

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/)

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/aneb\\_anresc/resultados/resumo\\_dos\\_resultados\\_saeb\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/aneb_anresc/resultados/resumo_dos_resultados_saeb_2015.pdf)

<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,acervo-estadao-disciplina-educacao-moral-e-civica-foi-imposta-pela-ditadura,1162608>

<https://enem.inep.gov.br/>

<http://pne.mec.gov.br/mais-destaques/20-pnad>

[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-e-eag-revelaram-patamar-da-educacao-brasileira-em-relacao-a-outros-paises/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-e-eag-revelaram-patamar-da-educacao-brasileira-em-relacao-a-outros-paises/21206)

[http://portal.inep.gov.br/busca?\\_3\\_keywords=pisa&\\_3\\_formDate=1441824476958](http://portal.inep.gov.br/busca?_3_keywords=pisa&_3_formDate=1441824476958)

<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>

<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32962>

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192)

<http://portal.mec.gov.br/pnad>

[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_1dbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_1dbn1.pdf)

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/05/educacao-moral-e-civica>

<http://www.oecd.org/eco/surveys/Brasil-2015-resumo.pdf>

<http://www.cnedu.pt/pt/noticias/internacional/1063-relatorio-da-ocde-education-at-a-glance-2015>

[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015\\_completo\\_final\\_baixa.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf)

<http://qedu.org.br/brasil/proficiencia>

<http://qedu.org.br/brasil/aprendizado>

<http://academia.qedu.org.br/ideb/>

<http://academia.qedu.org.br/enem/>

<http://pne.mec.gov.br/>

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes)

<https://br.advfn.com/indicadores/pnad>

<https://www.youtube.com/watch?v=jPlisetjT-s> (Magno Malta, entrevista 20 julho 2016 ).

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_Social\\_e\\_Pol%C3%ADtica\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Social_e_Pol%C3%ADtica_do_Brasil)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_moral\\_e\\_c%C3%ADvica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_moral_e_c%C3%ADvica)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Anomia>

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/brasil-reduziu-extrema-pobreza-em-63-em-10-anos-e-manteve-conquistas-na-crise-1>

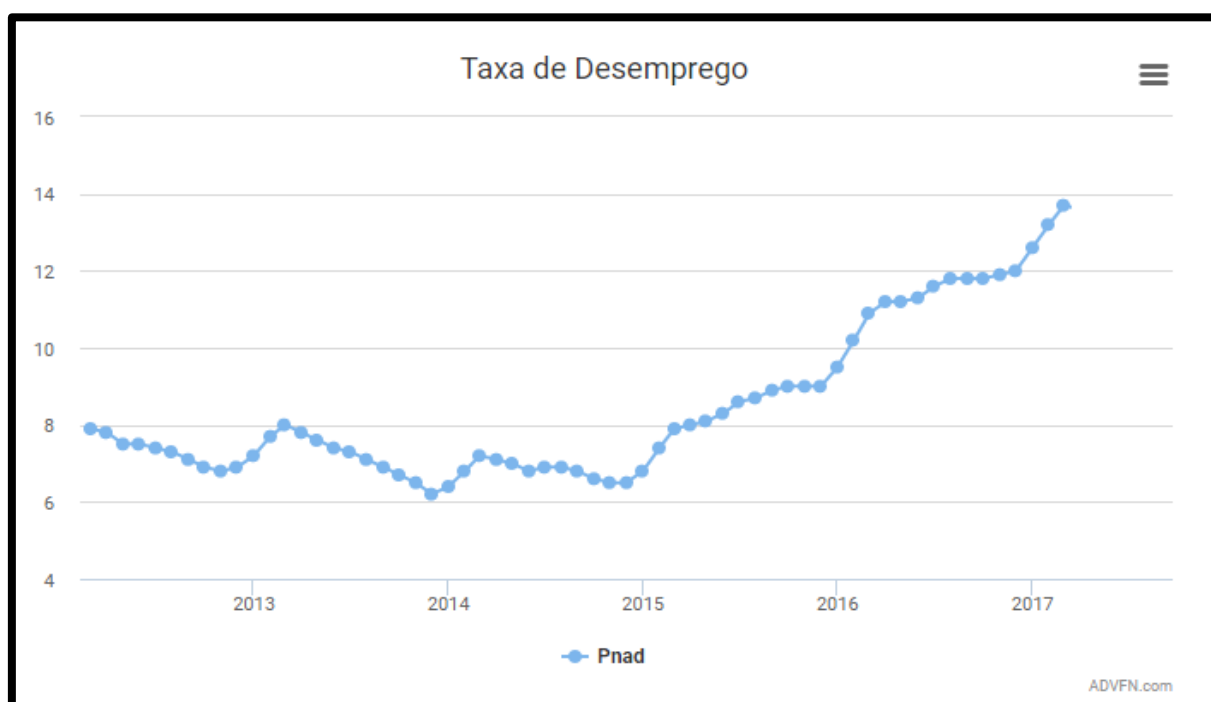
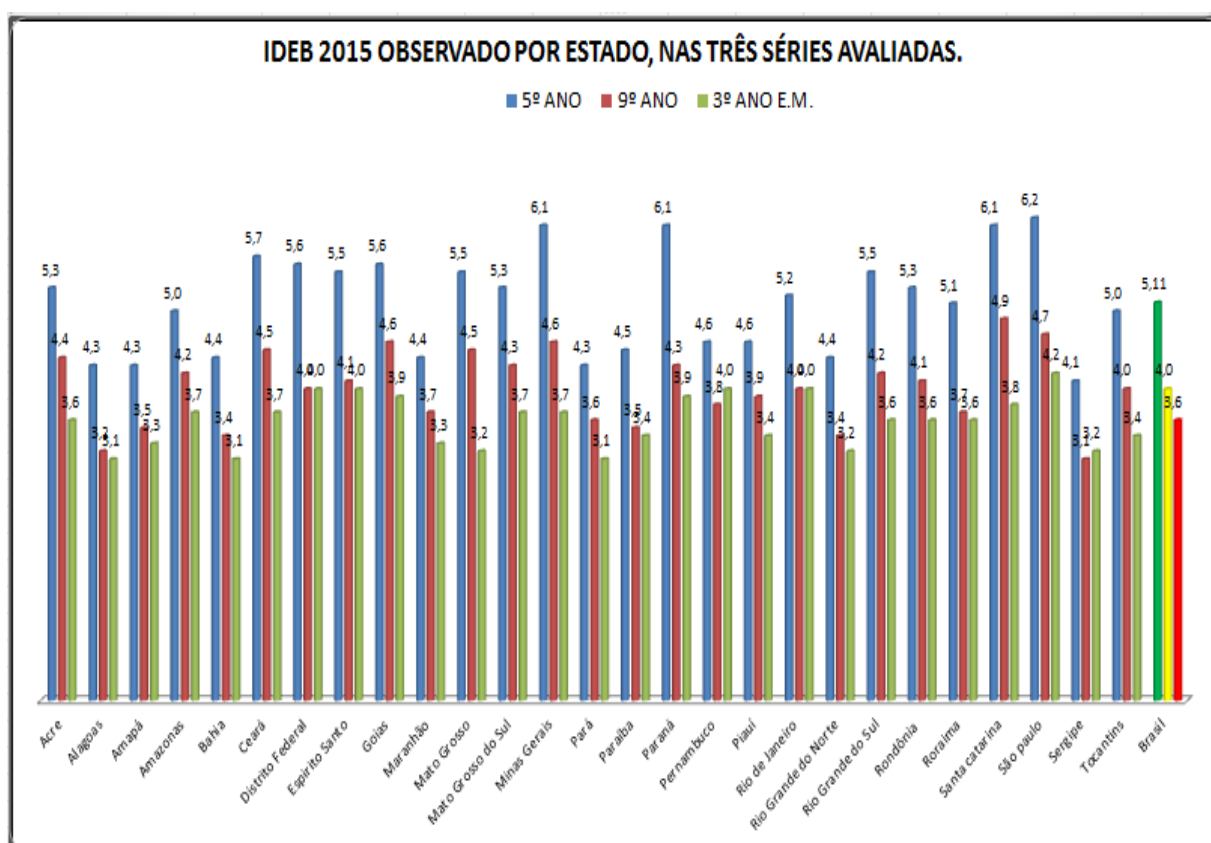
<https://www.ibge.gov.br> › Estatísticas › Sociais › Trabalho

<https://www.pwc.com.br/> PricewaterhouseCoopers network

<https://www.terra.com.br/noticias/educacao>

[http://www.ufrgs.br/nupesal/projetos/single/Projeto\\_Democracia\\_midias\\_e\\_capital\\_social\\_Um\\_estudo\\_comparativo\\_de\\_socializacao\\_politica\\_dos\\_jovens\\_no\\_Sul\\_do\\_Brasil2014-\\_Atual](http://www.ufrgs.br/nupesal/projetos/single/Projeto_Democracia_midias_e_capital_social_Um_estudo_comparativo_de_socializacao_politica_dos_jovens_no_Sul_do_Brasil2014-_Atual)

<https://www.unilivreufgd.com/single-post/2014/06/23/Analfabetismo-funcional-inclusive-na-universidade-voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9>

**GRÁFICO 1****GRÁFICO 21**



## ANEXO I

### Variação Mensal da Taxa de Desemprego

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2012	-	-	7,90	7,80	7,50	7,50	7,40	7,30	7,10	6,90	6,80	6,90
2013	7,20	7,70	8,00	7,80	7,60	7,40	7,30	7,10	6,90	6,70	6,50	6,20
2014	6,40	6,80	7,20	7,10	7,00	6,80	6,90	6,90	6,80	6,60	6,50	6,50
2015	6,80	7,40	7,90	8,00	8,10	8,30	8,60	8,70	8,90	9,00	9,00	9,00
2016	9,50	10,20	10,90	11,20	11,20	11,30	11,60	11,80	11,80	11,80	11,90	12,00
2017	12,60	13,20	13,70	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Pnad

ADVFN.com

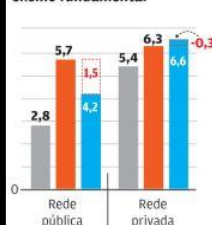
## ANEXO II

### Ideb

#### COMPARATIVO REDE PÚBLICA X PRIVADA NO CEARÁ



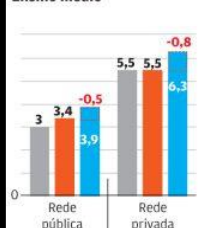
#### Primeiros anos do ensino fundamental



#### Anos finais do ensino fundamental



#### Ensino médio



#### COMPARATIVO REDE PÚBLICA X PRIVADA NO CEARÁ

	2005	2015	Meta 2015	Diferença em relação à meta
Brasil	3,8	5,5	5,2	0,3
Nordeste	2,9	4,8	4,3	0,5
<b>Ceará</b>	<b>3,2</b>	<b>5,9</b>	<b>4,5</b>	<b>1,4</b>
Pernambuco	3,2	5,0	4,6	0,4
Piauí	2,8	4,9	4,2	0,7
Paraíba	3,0	4,9	4,4	0,5
Rio Grande do Norte	2,7	4,8	4,1	0,7
Alagoas	2,5	4,7	3,9	0,8
Bahia	2,7	4,7	4,1	0,6
Maranhão	2,9	4,6	4,2	0,4
Sergipe	3,0	4,6	4,4	0,2

#### ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

	2005	2015	Meta 2015	Diferença em relação à meta
Brasil	3,5	4,5	4,7	-0,2
Nordeste	2,9	4,0	4,1	-0,1
<b>Ceará</b>	<b>3,1</b>	<b>4,8</b>	<b>4,3</b>	<b>0,5</b>
Piauí	3,1	4,2	4,3	-0,1
Pernambuco	2,7	4,1	3,9	0,2
Maranhão	3,0	3,8	4,2	-0,4
Rio Grande do Norte	2,8	3,8	4,0	-0,2
Paraíba	2,7	3,8	4,0	-0,2
Bahia	2,8	3,7	4,0	-0,3
Alagoas	2,4	3,5	3,7	-0,2
Sergipe	3,0	3,5	4,3	-0,8

#### ENSINO MÉDIO

	2005	2015	Meta 2015	Diferença em relação à meta
Brasil	3,4	3,7	4,3	-0,6
Nordeste	3,0	3,4	3,9	-0,5
<b>Ceará</b>	<b>3,3</b>	<b>3,7</b>	<b>4,2</b>	<b>-0,5</b>
Pernambuco	3,0	4,0	3,9	0,1
Brasil	3,4	3,7	4,3	-0,6
Piauí	2,9	3,4	3,8	-0,4
Paraíba	3,0	3,4	3,9	-0,5
Maranhão	2,7	3,3	3,6	-0,3
Rio Grande do Norte	2,9	3,2	3,8	-0,6
Sergipe	3,3	3,2	4,2	-1,0
Alagoas	3,0	3,1	3,9	-0,8

#### MELHORES ESCOLAS DO ESTADO DE 1º AO 5º ANO (POSIÇÃO NO BRASIL)



#### MELHORES ESCOLAS DO ESTADO DO 6º AO 9º ANO (POSIÇÃO NO BRASIL)



#### LISTA DAS 24 MELHORES ESCOLAS DO BRASIL NO IDEB

Município	Escola	Nota
Coreau	EMEIF SAO JOAQUIM	9,8
Sobral	EMILIO SENDIM	9,8
Fortim	EEF ARTUR LIRA	9,7
Sobral	ANTONIO CUSTÓDIO	9,7
Massapé	EEF FRANCISCO SEVERO DE ARAÚJO	9,6
Novo Oriente	EEF FRANCISCO RUFINO	9,5
Pedra Branca	EEIF EM TEMPO INTEGRAL JOAQUIM VIANA DE LIMA	9,5
Granja	EEF ELIEZER ARRUDA	9,3
Massapé	EEF CENTRO COMUNITÁRIO SÃO JOÃO BATISTA	9,3
Sobral	FREDERICO AUTO CORREIA	9,3
Sobral	JOSÉ DA MATTA E SILVA	9,3
Brejo Santo	EEF CLOTILDES MOREIRA TAVARES	9,2
Coreau	EMEIF CORAÇÃO DE JESUS	9,2
Frecheirinha	NAIR CUNHA AGUIAR	9,2
Granja	EEF DONA ARZILIA MOTA	9,2
Pedra Branca	EEIF JOSÉ MENDES DA SILVA	9,2
Sobral	VICENTE ANTENOR	9,2
Sobral	RAIMUNDO PIMENTEL GOMES	9,2
Reriutaba	EEIF ANTONIO ALVES DE SOUSA	9,1
Brejo Santo	EEIF JOSÉ FRANCISCO NOGUEIRA	9,0
Coreau	EMEIF PEDRO CONRADO	9,0
Granja	EEF TEODORICO GUILHERME PEREIRA	8,9
Independência	EEF MARIA DO CARMO CARDOSO	8,9
Mombaça	EEF MARIA AMBROZINA CAVALCANTE	8,9

**ANEXO III**

**ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE MATEMÁTICA**  
**3ª SÉRIE DE ENSINO MÉDIO**

<b>Nível*</b>	<b>Descrição do Nível - O estudante provavelmente é capaz de:</b>
<b>Nível 1: 225-250</b>	<b>Tratamento de informações</b> Associar uma tabela de até duas entradas a informações apresentadas textualmente ou em um gráfico de barras ou de linhas.
<b>Nível 2: 250-275</b>	<b>Espaço e forma</b> Reconhecer as coordenadas de pontos representados em um plano cartesiano localizados no primeiro quadrante. <b>Números e operações; álgebra e funções</b> Reconhecer os zeros de uma função dada graficamente. Determinar o valor de uma função afim, dada sua lei de formação. Determinar resultado utilizando o conceito de progressão aritmética. <b>Tratamento de informações</b> Associar um gráfico de setores a dados percentuais apresentados textualmente ou em uma tabela.
<b>Nível 3: 275-300</b>	<b>Números e operações; álgebra e funções</b> Reconhecer o valor máximo de uma função quadrática representada graficamente. Reconhecer, em um gráfico, o intervalo no qual a função assume valor máximo. Determinar, por meio de proporcionalidade, o gráfico de setores que representa uma situação com dados fornecidos textualmente. Determinar o quarto valor em uma relação de proporcionalidade direta a partir de três valores fornecidos em uma situação do cotidiano. Determinar um valor reajustado de uma quantia a partir de seu valor inicial e do percentual de reajuste. Resolver problemas utilizando operações fundamentais com números naturais.
<b>Nível 4: 300-325</b>	<b>Grandezas e medidas</b> Resolver problemas envolvendo área de uma região composta por retângulos a partir de medidas fornecidas em texto e figura. <b>Números e operações; álgebra e funções</b> Reconhecer o gráfico de função a partir de valores fornecidos em um texto. Determinar a lei de formação de uma função linear a partir de dados fornecidos em uma tabela. Determinar a solução de um sistema de duas equações lineares. Determinar um termo de progressão aritmética, dada sua forma geral. Determinar a probabilidade da ocorrência de um evento simples. Resolver problemas utilizando proporcionalidade direta ou inversa, cujos valores devem ser obtidos a partir de operações simples. Resolver problemas de contagem usando princípio multiplicativo.
<b>Nível 5: 325-350</b>	<b>Grandezas e medidas</b> Determinar medidas de segmentos por meio da semelhança entre dois polígonos. <b>Números e operações; álgebra e funções</b> Determinar o valor de variável dependente ou independente de uma função exponencial dada. Determinar o percentual que representa um valor em relação a outro; o valor de uma expressão algébrica. Determinar a solução de um sistema de três equações sendo uma com uma incógnita, outra com duas e a terceira com três incógnitas. Resolver problema envolvendo divisão proporcional do lucro em relação a dois investimentos iniciais diferentes. Resolver operações, além das fundamentais, com números naturais. Resolver a relação linear entre duas variáveis para a determinação de uma delas. Resolver probabilidade de união de eventos. Avaliar o comportamento de uma função representada graficamente, quanto ao seu crescimento.
<b>Nível 6: 350-375</b>	<b>Espaço e forma</b> Reconhecer as coordenadas de pontos representados em um plano cartesiano e localizados em quadrantes diferentes do primeiro. Associar um sólido geométrico simples a uma planificação usual dada. Resolver problemas envolvendo Teorema de Pitágoras, para calcular a medida da hipotenusa de um triângulo pitagórico, a partir de informações apresentadas textualmente e em uma figura. <b>Grandezas e medidas</b> Determinar a razão de semelhança entre as imagens de um mesmo objeto em escalas diferentes. Determinar o volume de um paralelepípedo retângulo, dada sua representação espacial. <b>Números e operações; álgebra e funções</b> Determinar os zeros de uma função quadrática, a partir de sua expressão algébrica. Resolver problemas de porcentagem envolvendo números racionais não inteiros.
<b>Nível 7: 375-400</b>	<b>Espaço e forma</b> Determinar a medida de um dos lados de um triângulo retângulo, por meio de razões trigonométricas, fornecendo ou não as fórmulas. Determinar, com o uso de do teorema de Pitágoras, a medida de um dos catetos de um triângulo retângulo não

## ANEXO IV

### ESCALA DE PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

Nível*	Descrição do Nível - O estudante provavelmente é capaz de:
<b>Nível 1: 225-250</b>	<p>Identificar elementos da narrativa em história em quadrinhos. Reconhecer a finalidade de recurso gráfico em artigos. Reconhecer a relação de causa e consequência em lendas. Inferir o sentido de palavra em letras de música e reportagens.</p>
<b>Nível 2: 250-275</b>	<p>Reconhecer a ideia comum entre textos de gêneros diferentes e a ironia em tirinhas. Reconhecer relações de sentido estabelecidas por conjunções ou locuções conjuntivas em letras de música e crônicas. Reconhecer o uso de expressões características da linguagem (científica, profissional etc.) e a relação entre pronome e seu referente em artigos e reportagens. Inferir o efeito de sentido da linguagem verbal e não verbal em notícias e charges.</p>
<b>Nível 3: 275-300</b>	<p>Localizar informação explícita em artigos de opinião. Identificar a finalidade de relatórios científicos. Reconhecer relações de sentido marcadas por conjunções, a relação de causa e consequência e a relação entre o pronome e seu referente em fragmentos de romances. Reconhecer o tema de uma crônica. Reconhecer variantes linguísticas em artigos. Reconhecer o sentido e o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos morfosintáticos em contos, artigos e crônicas. Reconhecer opiniões divergentes sobre o mesmo tema em diferentes textos. Inferir informação, o sentido e o efeito de sentido produzido por expressão em reportagens e tirinhas.</p>
<b>Nível 4: 300-325</b>	<p>Localizar informações explícitas em infográficos, reportagens, crônicas e artigos. Identificar o argumento em contos. Identificar a finalidade e a informação principal em notícias. Reconhecer a relação entre os pronomes e seus referentes em contos. Reconhecer elementos da narrativa em contos. Reconhecer variantes linguísticas em contos, notícias e reportagens. Reconhecer o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos morfosintáticos em poemas. Reconhecer ideia comum e opiniões divergentes sobre o mesmo tema na comparação entre diferentes textos. Reconhecer ironia e efeito de humor em crônicas e entrevistas. Reconhecer a relação de causa e consequência em piadas e fragmentos de romance. Comparar poemas que abordem o mesmo tema. Diferenciar fato de opinião em contos, artigos e reportagens. Diferenciar tese de argumentos em artigos, entrevistas e crônicas. Inferir informação, sentido de expressão e o efeito de sentido decorrente do uso de recursos morfosintáticos em crônicas. Inferir o sentido decorrente do uso de recursos gráficos em poemas. Inferir o efeito de sentido da linguagem verbal e não verbal e o efeito de humor em tirinhas.</p>
<b>Nível 5: 325-350</b>	<p>Localizar informação explícita em resumos. Identificar a informação principal em reportagens. Identificar elementos da narrativa e a relação entre argumento e ideia central em crônicas. Reconhecer a finalidade de propagandas. Reconhecer variantes linguísticas e o efeito de sentido de recursos gráficos em crônicas e artigos. Reconhecer a relação de causa e consequência e relações de sentido marcadas por conjunções em reportagens, artigos e ensaios. Reconhecer o tema em poemas. Diferenciar fato de opinião em resenhas. Inferir o sentido de palavras e expressões em piadas e letras de música. Inferir informação em artigos; inferir o sentido de expressão em fragmentos de romances.</p>
<b>Nível 6: 350-375</b>	<p>Reconhecer efeitos estilísticos em poemas. Reconhecer ironia e efeitos de sentido decorrentes da repetição de palavras em sinopses. Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo tema, na comparação entre diferentes textos. Reconhecer finalidade e traços de humor em reportagens. Reconhecer o efeito de sentido do humor em tirinhas.</p>